



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Valéria Campos Muniz

**Troca do ponto pela vírgula e da vírgula pelo ponto
em redações de vestibular**

Rio de Janeiro

2013

Valéria Campos Muniz

**Troca do ponto pela vírgula e da vírgula pelo ponto
em redações de vestibular**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Helênio Fonseca de Oliveira

Rio de Janeiro

2013

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

M966	<p>Muniz, Valéria Campos. Troca do ponto pela vírgula e da vírgula pelo ponto em redações de vestibular / Valéria Campos Muniz. – 2013. 244 f.</p> <p>Orientador: Helênio Fonseca de Oliveira. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.</p> <p>1. Língua portuguesa – Pontuação - Teses. 2. Redação - Teses. 3. Exame vestibular – Teses. 4. Língua portuguesa - Gramática - Teses. 5. Língua portuguesa – Estudo e ensino - Teses. 6. Vírgula – Teses. I. Oliveira, Helênio Fonseca de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.</p> <p>CDU 806.90-19</p>
------	--

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese desde que citada a fonte

Assinatura

Data

Valéria Campos Muniz

**Troca do ponto pela vírgula e da vírgula pelo ponto
em redações de vestibular**

Tese apresentada, como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor, ao
Programa de Pós-Graduação Letras, da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Área de concentração: Língua Portuguesa.

Aprovada em 20 de março de 2013.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Helênio Fonseca de Oliveira
Instituto de Letras da UERJ

Prof^a. Dra. Maria Teresa Gonçalves Pereira
Instituto de Letras da UERJ

Prof^a. Dra. Tânia Maria Nunes de Lima Câmara
Instituto de Letras da UERJ

Prof^a. Dra. Marcia Lisboa Costa de Oliveira
Instituto de Letras da UNESA

Prof^a. Dra. Marcia Pereira da Veiga Bucheb
Instituto de Letras da UNESA

Rio de Janeiro

2013

À Monique e Nicolle, minhas filhas, motivação das minhas conquistas

AGRADECIMENTOS

Agradecer significa reconhecer o apoio e o incentivo recebido em diferentes momentos da realização deste trabalho. Desde o início, quando da aprovação para o ingresso no doutorado, até os momentos finais, muitas pessoas se fizeram presentes e contribuíram de muitas formas, cada uma do seu jeito e de acordo com suas possibilidades.

Fazer uma tese significa envolvimento pessoal e familiar muito grande. É difícil para aqueles que estão ao nosso lado compreender nossas ausências nas horas de lazer. Mesmo, quando em casa, estamos distante de nossos entes queridos. Assim fica meu agradecimento às minhas filhas, ao meu marido e aos meus pais, que sempre acreditaram em mim.

Um agradecimento especial à professora Maria Teresa Gonçalves Pereira, por ter feito parte de minha vida acadêmica: graduação, mestrado e doutorado.

A todos os professores do doutorado com os quais passei momentos de intenso aprendizado e muita alegria.

E meu eterno agradecimento, cujas palavras serão sempre pequenas, ao meu orientador, Helênio Fonseca de Oliveira, cujo incentivo, disponibilidade, cordialidade, amizade e ensinamentos foram fundamentais para a realização deste trabalho.

A voz humana não é somente, como ao vulgo parece uma intérprete dos pensamentos; ella o é principalmente das affeições e movimentos inarticulados do nosso animo: as palavras não são, porque assim o digamos, senão o corpo da phrase, e os gestos o seu traje; mas o calor e a alma do discurso é o tom que acompanha (...)

António Feliciano de Castilho

RESUMO

MUNIZ, Valéria Campos. *Troca do ponto pela vírgula e da vírgula pelo ponto em redações de vestibular*. 2013. 244 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

A presente pesquisa objetiva investigar em que contextos ocorrem a troca do ponto pela vírgula e da vírgula pelo ponto em redações de vestibular. Este estudo foi buscar seu referencial teórico-metodológico numa teoria gramatical cientificamente fundamentada, bem como na Linguística do Texto, Análise do Discurso e Estilística. As perspectivas em relação à linguagem advindas do movimento teórico no interior da linguística tiveram consequências diretas na questão do ensino, motivando a construção deste estudo. Para fins de análise, serviram como *corpus* duzentas redações do vestibular da UERJ 2007/2008, além de alguns poucos textos de alunos de primeiro período de uma instituição de ensino particular em que a autora trabalha que mostraram-se interessantes para a análise. A pesquisa evidenciou que a troca da vírgula pelo ponto, de maneira geral, acarretou erro, possibilitando a formulação de regras; e a do ponto pela vírgula concentrou-se na esfera do estilisticamente desejável, favorecendo a formulação de conselhos. Os dados da análise serviram como referente básico para sugestões metodológicas com ressonância prática para os docentes em sala de aula.

Palavras-chave: Sinais de pontuação. Gramática. Linguística do texto. Ensino.

ABSTRACT

The following paper aims to search in which contexts there is the change from final stop to comma and vice versa in university entrance exams. As our theoretical methodology we used a grammatical theory scientifically based on the field of Textual Linguistics, Discourse Analysis as well as Stylistics. Perspectives regarding language in relation to the theoretical movement developed from Linguistics had direct consequences on teaching methods. Thus, the data found on this analysis served as basic referent for methodological suggestions with practical results for teachers. In order to reach such results we made use of two hundred compositions written for UERJ (State College of Rio de Janeiro) entrance exams during the years of 2007/2008 as well as some compositions from other students, which made clear that the change from comma to final stop usually led to mistakes that made it possible to formulate rules; and the change from final stop to comma focused in the field of what would be stylistic desirable making it possible the formulation of useful advice.

Keywords: Punctuation marks. Grammar. Textual linguistics. Teaching.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo ver en que contexto se produce cambiar el punto por la coma y viceversa, en las redacciones vestibulares. Este estudio fué en busca de su marco teórico y metodológico en la teoría gramatical científicamente justificada, así como en Lingüística del Texto, Análisis del Discurso y Estilística. Las perspectivas en relación a la lengua que vienen del movimiento teórico dentro del lenguaje tuvo consecuencias directas sobre el tema de la educación. Por lo tanto, el análisis de datos sirvieron como una referencia básica para sugerencias en la práctica metodológica para los maestros en la sala de aula. Con este fin doscientas redacciones del vestibular de UERJ 2007/2008 sirvió como *corpus*, y también algunos textos producidos por los estudiantes de la autora, mostraron que el cambio de la coma por el punto, en general, causó errores permitiendo formular normas; y la del punto por la coma se concentro en el ámbito de lo estilísticamente deseable, lo que favorece la formulación de los consejos.

Palabras clave: Signos de puntuación. Gramática. Texto lingüístico. Educación.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
1	BREVE HISTÓRICO DA PONTUAÇÃO	17
2	INTERFACE ENTRE PONTUAÇÃO E ENSINO	25
2.1	Aspectos discursivos relativos ao ponto e a vírgula	41
3	PONTUAÇÃO: UMA QUESTÃO PROSÓDICA, SINTÁTICA DISCURSIVA E SEMÂNTICA	60
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS	75
4.1	Troca do ponto pela vírgula	75
4.1.1	<u>Relações assindéticas e sindéticas entre frases</u>	76
4.1.1.1	Caso especial.....	82
4.1.2	<u>Retomada por determinante pronominal + sintagma nominal (SN)</u>	83
4.1.3	<u>Tópico de parágrafo</u>	85
4.1.4	<u>Pontuação relacionada à extensão da frase</u>	89
4.1.5	<u>Conjunções e equivalentes introdutoras de subordinadas deslocáveis para antes da principal marcam o início de uma frase</u>	91
4.1.5.1	A locução “sendo assim” e a pontuação.....	92
4.1.6	<u>Pontuação e expressões resumitivas</u>	93
4.2	Troca da vírgula pelo ponto	94
4.2.1	<u>Regras infringidas</u>	95
4.2.1.1	Não se usa ponto mas vírgula entre a oração subordinada reduzida de gerúndio e o restante da oração complexa.....	95
4.2.1.2	Não se usa ponto, e sim vírgula, entre a oração subordinada adverbial e o restante da oração complexa.....	97

4.2.1.3	Não se separa por ponto, mas por vírgula, a construção relativa explicativa.....	100
4.2.1.4	Não se usa ponto, e sim vírgula, antes de certos conectores reformulativos. Entre eles, “como, por exemplo”.....	102
4.2.1.5	“O que” = “fato que”.....	103
4.2.1.6	Heterodoxia aceitável.....	106
5	OPÇÃO PELO PONTO EM FRASES INICIADAS POR CONECTIVOS COORDENATIVOS.....	107
5.1	Conjunções ou conectivos?	109
5.2	Conectivos e ensino.....	111
5.3	Revisitando conceitos de coordenação e subordinação.....	112
5.4	Análise do percentual dos articuladores após o ponto em <i>corpus</i> de 200 redações.....	114
5.4.1	<u>Em posição intraoracional.....</u>	117
5.4.2	<u>Em posição interoracional.....</u>	121
5.4.3	<u>Em posição interfrástica.....</u>	122
5.4.3.1	Quando o “e” se aproxima de “ai”.....	122
5.4.3.2	Conectivos adversativos.....	123
5.4.4	<u>Conectivos aditivos e expressões reformulativas como introdutores de conclusão.....</u>	125
5.4.5	<u>Conectivos conclusivos no último parágrafo.....</u>	126
6	PROPOSTAS DIDÁTICAS PARA O USO DO PONTO E DA VÍRGULA	128
6.1	Ponto.....	129
6.1.1	<u>Ponto em relação às orações assindéticas.....</u>	129
6.1.2	<u>Ponto antes de determinante pronominal</u>	130
6.1.3	<u>Ponto delimitando tópico de parágrafo.....</u>	132

6.1.4	<u>Ponto antes de expressões resumitivas</u>	134
6.1.5	<u>Ponto em relação à extensão da frase</u>	135
6.1.6	<u>Ponto antes de orações subordinadas deslocáveis</u>	137
6.1.7	<u>Ponto antes da expressão “sendo que”</u>	138
6.1.8	<u>Ponto antes da expressão “sendo assim”</u>	139
6.2	Vírgula	139
6.2.1	<u>Vírgula (ou ponto) antes de expressões reformulativas</u>	139
6.2.2	<u>Ponto separando a subordinada do restante da oração complexa</u>	142
6.2.3	<u>Ponto separando a subordinada adjetiva explicativa do restante da oração complexa</u>	144
6.2.4	<u>Uso indevido do ponto antes de oração substantiva</u>	145
6.2.5	<u>Emprego incorreto de ponto antes da expressão “o que” significando “fato que”</u>	146
6.2.6	<u>Uso de vírgula e de pronome relativo para evitar repetição de termo</u>	148
6.2.7	<u>Uso de vírgula e reescritura</u>	149
6.3	A pontuação em relação aos conectivos	150
6.3.1	<u>O ponto e a vírgula em relação aos conectivos adversativos, explicativos e conclusivos</u>	150
6.3.2	<u>Ponto antes de conectivo aditivo</u>	153
6.3.3	<u>Ponto no lugar de conectivos explicativo e conclusivo</u>	154
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
	REFERÊNCIAS	160
	ANEXO - Redações	165

INTRODUÇÃO

Esta tese centra-se no estudo da troca do ponto pela vírgula e da vírgula pelo ponto em redações de vestibular. O interesse por tal assunto adveio da prática do professor-pesquisador com o tratamento conferido à pontuação em sala de aula. Apesar do papel fundamental desse tema na organização do texto, poucas horas são dedicadas a seu estudo e sinais básicos como o ponto e a vírgula normalmente continuam restritos à intuição dos discentes. Nas gramáticas, de maneira geral, cabe à pontuação um capítulo à parte, com raras referências ao discurso, centrado eminentemente no nível da frase, cujo caráter aparentemente homogêneo subtrai do aluno possibilidades discursivas e estilísticas. A troca indevida da vírgula pelo ponto pode ser “combatida” apenas com a sintaxe, mas da do ponto pela vírgula não se dá conta sem uma abordagem estilístico-discursiva.

Um dos eixos basilares da pesquisa é servir de instrumento reflexivo acerca do sistema pontuatório, desencadeando outros olhares metodológicos para o processo de ensino-aprendizagem. Espera-se que esta análise, voltada para o uso efetivo da língua, possa repercutir sobre as práticas de linguagem desenvolvidas em sala de aula.

Apoiado na Sintaxe, sim, mas não só nela, senão também na Estilística e na Linguística do Texto, este trabalho focaliza fragilidades nas relações sintáticas, no uso inadequado da vírgula no lugar do ponto e deste no daquela. A razão de o prisma escolhido para tratar desse assunto ter sido o trinômio Sintaxe, Estilística e Linguística do Texto é que, embora aspectos prosódicos e semânticos possam também intervir, para o problema específico da diferença entre a vírgula e o ponto, o cerne da questão está nessa trilogia. Na Sintaxe, o docente pode afirmar que não se insere vírgula entre o sujeito e o predicado, nem mesmo quando o sujeito é oracional. Semanticamente, poderia fazer-se a mesma afirmação, de outra forma, “não se deve inserir vírgula nessa posição, pois os elementos estão intrinsecamente interligados”. Trabalhar a pontuação na esfera da teoria não significa desvencilhar-se de possibilidades enunciativas, mas fornecer um caminho mais “concreto”.

Desse modo, como a pontuação se situa na interseção da Sintaxe, da Prosódia, da Semântica e do Discurso, neste incluído o aspecto estilístico, não se deve menosprezar estas outras áreas em prol apenas da primeira.

Muitos estudos sobre pontuação já foram desenvolvidos, sob diversas perspectivas, entretanto nossa pesquisa centra-se na dificuldade do aluno na utilização de sinais imprescindíveis na construção do texto. Ao adotarmos um olhar revelador das especificidades

desses sinais, explicitaremos os contextos de uso. O embasamento teórico que norteou esta pesquisa fundamentou-se não só na sintaxe da Linguística *stricto sensu*, mas também nos pressupostos da Linguística do Texto, bem como nas diretrizes teóricas da Análise do Discurso quando se fizeram necessárias.

Identificados os objetivos da pesquisa, algumas questões foram eleitas para nortear a investigação. Primeiramente, um breve histórico da pontuação será tecido no primeiro capítulo, com foco nas primeiras funções do ponto e da vírgula, nas definições do sistema pontuatório, bem como nas questões relativas à escrita e à fala em virtude da forte correlação entre ambas e suas implicações no uso dos sinais de pontuação.

Como a pesquisa prima pelo aspecto didático no uso dos sinais, os dados que subsidiam o trabalho têm sua fonte em textos produzidos por alunos em fase de conclusão do ensino médio, na medida em que, como configura a etapa final da educação básica brasileira, deveriam apresentar certo domínio na construção do texto e conseqüentemente no uso do ponto e da vírgula. Sob o respaldo da Linguística Aplicada, discutir-se-á a base ortodoxa e heterodoxa no aprendizado dos sinais, considerando-se o papel do interlocutor enquanto partícipe desse processo.

A pontuação, com suas interfaces com a Prosódia, a Sintaxe, o Discurso e a Semântica compõe o tema do terceiro capítulo. Durante muito tempo, questionou-se se a pontuação é determinada pela morfossintaxe ou se sua função é representar a prosódia que autores e leitores atribuem ao texto escrito. Uma das razões para tornar esse debate infrutífero é a posição interseccional da pontuação nas áreas descritas acima. Desse modo, o aprendizado da escrita, mais especificamente do sistema pontuatório, significa uma base gramatical como parâmetro para perspectivas criativas no âmbito do discurso.

O quarto capítulo concentra a análise de 200 redações, mais algumas avulsas julgadas pertinentes, que constituem a referência da proposta do trabalho. Interessou-nos saber em quais contextos sintáticos e discursivos o ponto e a vírgula foram trocados. Primeiramente, realizou-se um levantamento de todas as situações, inadequadas ou errôneas, para, depois, separá-las no grupo do ponto e da vírgula. Subdividiu-se, portanto, o capítulo em duas partes. Na primeira, da troca do ponto pela vírgula, foram formuladas regras estilístico-discursivas, enquanto na segunda, da troca da vírgula pelo ponto, as situações encontradas foram agrupadas conforme as regras infringidas, de conseqüências sintáticas. A troca da vírgula pelo ponto em contextos subordinativos resultou em erro, já em contextos coordenativos revelou-se uma escolha com fundamento organizacional e não estético ou estilístico. As inadequações resultantes do uso da vírgula ao invés do ponto, por sua vez, revelam não só pouca intimidade

com a gramática da língua, como também ausência de leitura, originando parágrafos longos, muitas vezes, enfadonhos ou confusos.

Para efeito de leitura, realizaram-se alguns ajustes nos trechos selecionados nos aspectos irrelevantes para a pesquisa, a fim de não comprometer o assunto em pauta. Do mesmo modo, nos anexos, não se inseriram as redações que não contribuíram para o foco da pesquisa, mantendo-se, todavia, a numeração para efeito de referência.

Em virtude do grande número de casos do uso de ponto antes de conectivos coordenativos, destinou-se o quinto capítulo à discussão dessa escolha, baseada mais no discurso do que na sintaxe. Organizaram-se as situações de acordo com o posicionamento: intraoracional, interoracional e interfrástico, quantificando-se as ocorrências.

Da interação entre o aspecto quantitativo e o qualitativo, num *corpus* de 200 redações para o ingresso na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, no ano de 2008, acrescido de mais alguns casos retirados da prática docente da pesquisadora, foi formulado o sexto capítulo, propostas didáticas para o ensino dos sinais de pontuação.

1 BREVE HISTÓRICO DA PONTUAÇÃO

A história da pontuação está entrelaçada à da evolução da escrita. Conforme Mattos e Silva (1993, p.76), de uma escrita contínua, passou-se aos espaços em branco entre as palavras, como fonte delimitadora, para depois, se chegar à inserção dos sinais gráficos, sendo o ponto, o primeiro deles. Para Houaiss, são três os estágios de evolução da pontuação:

no primeiro, as palavras são separadas por ponto colocado na linha, no meio, ou acima do final do vocábulo; no segundo, volta-se a usar o ponto em altura variável, separação correspondente à noção de parágrafo; no terceiro, o dos gramáticos, filólogos, glosadores alexandrinos, sinais de pausa respiratória (*apud* CAFEZEIRO, 1993, p.87).

Foi um processo gradativo, paralelo ao desenvolvimento da organização do texto escrito, ainda disseminado oralmente. Como a leitura que se processava em voz alta, a pontuação tinha a função primária de indicar pausas que ocorriam na fala, ou seja, estava fortemente relacionada às pausas respiratórias. Havia uma tentativa de transpor para a escrita a sonoridade da frase da língua falada, com sua entoação. Paulatinamente, principalmente depois do advento da imprensa (século XV), que teve como papel fundamental a padronização dos sinais, pois os textos eram produzidos em maior escala, a função dos sinais passa a se desvincular da oralidade, da arte de declamar, para se fundamentar em princípios lógico-gramaticais. Isso nunca significou, todavia, o rompimento do vínculo dialógico entre escrita e oralidade. Há de se comentar, entretanto, que nem sempre é possível estarem em harmonia os dois critérios. Por vezes, pode-se privilegiar o aspecto lógico-gramatical e prejudicar o rítmico-respiratório (MATTOS e SILVA, 1993, p.77), sendo que, o caso inverso, é ainda mais provável.

A característica prosódica da pontuação, nessa época, estava estreitamente relacionada à retórica do texto, ou seja, às pausas realizadas pelo orador, que comandava a leitura num movimento rítmico-semântico que julgasse mais adequado para a situação. Nisso consistia o critério indicativo para o uso dos sinais.

Nos primórdios de sua criação, o uso dos sinais não tinha uma relação com a gramática como hoje. Podiam aparecer “pontos” em lugares considerados irregulares do ponto de vista da gramática normativa atual, como, ponto depois da aditiva “e”, ponto antes do “de” entre o substantivo e o complemento; entre o pronome determinante e o substantivo; entre este e o adjetivo, entre o verbo e o complemento; entre a preposição e o nome regido; e entre o verbo e o predicativo (FERREIRA, *apud*, MATTOS E SILVA, 1993, p.79), para citar casos opostos ao indicado pela gramática normativa, mas perfeitamente normais para a época em

questão. Dessa forma, a segmentação do texto em blocos, em porções de sentido, encontrava-se na dependência do critério prosódico. Conforme Rosa (1994, p.48), a recomendação para o uso dos sinais pautava-se em “critérios sintático-semânticos aliados a **instruções fonéticas**” (grifo nosso), uma vez que a motivação da leitura do texto residia na capacidade retórica do orador. Assim, poderia, em determinadas ocasiões, haver distorção da intenção do autor do texto, que, no ato da leitura, encontrava-se “nas mãos” do orador.

A relação entre leitura/pontuação é indiscutível; para tanto citamos Nicolás Beauzée, para quem os fundamentos da arte de pontuar resumem-se à: “a) necessidade de respirar; b) distinção dos sentidos parciais; c) distinção dos sentidos totais; d) ligação de sentidos com outros, sua dependência recíproca, sua coordenação e subordinação” (*apud*, CAFEZEIRO, 1993, p.92).

Conforme a leitura silenciosa substitui a leitura em voz alta, o leitor ganha outro estatuto, passando de uma posição de apenas intérprete para “autor” da pontuação. Percebe-se, então, que aos sinais gráficos associava-se outra função, não só a de indicar pausas e a de estruturar a lógica interna do texto, mas a de estar também em sintonia com o leitor.

Embora a escrita tenha sido considerada, durante muito tempo, um sistema situado na contraparte da fala, ela atingiu um estatuto tal que permitiu seu estudo como sistema autônomo, em virtude de peculiaridades inerentes a essa forma de linguagem. Mas a imbricação entre elas, fala e escrita, é de tal ordem que aspectos prosódicos são recuperados pela escrita e aspectos característicos da língua escrita o são pela fala. Conforme Kato, “a fala-padrão nada mais é do que a simulação da própria escrita” (2002, p. 23), em outras palavras, aquela não é uma variante “espontânea”, mas fixada pela sociedade, com o intuito de delimitar uma classe social que se sobressai não só por sua condição econômica, como também pela linguagem. Esta, portanto, paulatinamente, constitui-se como mais um, e não menos importante, fator de discriminação.

Enquanto o código escrito pressupõe escolhas do léxico e estruturas que não pertencem à língua oral, utilizada no cotidiano, esta, em contrapartida, quando transcrita, revela-se redundante, repleta de idas e vindas, lapsos, cacoetes, etc., não presentes na escrita, que acabam por tornar essa transcrição circular e, por vezes, confusa. Existem, portanto, entre as duas modalidades de língua — escrita e oral — diferenças que permitem análises separadas entre os dois códigos e reforçam a independência entre eles.

Uma das diferenças levantadas entre esses códigos são as possibilidades expressivas. Enquanto na língua oral, gestos, entoação, olhares e o próprio corpo contribuem para se alcançar carga emotiva, na língua escrita, os recursos são poucos, porém ricamente utilizados

no texto, exigindo do redator conhecimento e domínio do código, de modo a alcançar o que muitas vezes é natural na fala. Entre as possibilidades de construção num texto escrito, a pontuação revela-se forte aliada na tradução das artimanhas da oralidade, não só na indicação das pausas respiratórias, tornando a leitura mais compreensiva, ao separar enunciados em blocos de sentido, fornecendo organicidade ao texto, mas também conferindo-lhe significação, muitas vezes, inusitada, num contexto em que sinais e palavras conjugam-se para atingir efeitos que se circunscrevem ao domínio textual.

É interessante observar que aspectos antigos do sistema de pontuação revelam práticas atuais, mostrando situações que permanecem ou que se tornaram inaceitáveis em virtude das normas vigentes. Um desses casos diz respeito ao uso do ponto. Para José de Azevedo Ferreira (*apud* MATTOS E SILVA, 1993, p.79), “seria função do ponto antes coordenar que separar”, isto é, o ponto não submetia o enunciado a uma hierarquia, fato que permanece. Estudando o documento *Foro Real*, datado do século XIII/XIV, o filólogo identificou que o único sinal utilizado nesse manuscrito era o ponto, ainda sem lugar cativo, apesar de haver situações de uso frequente, como o uso do ponto “ao fim de lei, de rubrica, na enunciação dos títulos nas tábuas e entre numerais” (p. 78 e 79). Verificou ainda o uso do ponto seguido de letra minúscula, com várias funções, opondo-se ao ponto seguido de maiúscula, que sinalizava o término do enunciado.

Na gramática de Fernão d’Oliveira de 1536, primeira da língua portuguesa, constata-se o ponto separando palavras, entretanto, não com a mesma frequência no todo da obra. Há um descompasso entre os primeiros capítulos e os demais, o que comprova prática ainda inconstante. Não é possível saber se essa decisão foi do gramático ou do tipógrafo. A título de ilustração, vejamos um pequeno fragmento da referida gramática (edição de Olmar Guterres da Silveira):

O plural dos nomes segue as regras do acento do seu singular: ainda q mude ou acreçete as letras ou as sylbas ou acâtidad’ dellas. Como **moço.moços:** e **mouco. Moucos.** fermoso: **fermosos. papel. papeis. arnês. arneses. lição. lições.** (no original, til em cima do “q” e do e de “acreçete”). (1954, p. 64)

O ponto, nesse exemplo, não acarretou o uso de maiúscula quando no lugar da vírgula. Há, conseqüentemente, uma diferença entre o ponto (ponto) e o ponto (vírgula) em relação ao uso de maiúscula.

Conforme Junkes (2002, p. 35), “a pontuação começa a esboçar-se, ainda que de maneira assistemática, em manuscritos do século IX [portanto em alguma língua diferente do português, provavelmente o francês, visto que nessa época ainda não havia língua portuguesa escrita], objetivando marcar os símbolos de pausa respiratória, na leitura em voz alta”. Esse

fato perdurou durante muito tempo, acarretando uma pontuação calcada no gosto do escritor e, muitas vezes, à revelia deste e ao gosto do tipógrafo ou do revisor, estendendo-se até o século XIX, quando o surgimento de várias obras regulamenta o uso dos sinais de pontuação (idem, p. 38).

Percebe-se, portanto, nesse início do sistema pontuatório, quando havia poucos sinais, que o ponto era, praticamente, o único sinal utilizado, com a função de não só fechar o enunciado, como também dar continuidade, assumindo característica de ponto de seguimento. Visto dessa forma, o ponto funciona como elemento fundamental na elaboração da coerência do texto, separando ideias, organizando-as, permitindo compreensão. É uma necessidade primeira, enquanto distinguir ideias no interior do texto configura consequência natural do processo de sua elaboração. O sinal que servirá a tal propósito é a vírgula, que, na época, ainda de uso raro, tinha o formato de barra (/), (ROSA, 1993, p. 65). Somente em meados do século XVI, aparece com a forma conhecida nos dias atuais, quando passa a ser mais explorada (ibidem). Sua forma material acaba servindo de inspiração para a criação das aspas, sinal de ampla utilização no século XIX (CATACH, 1980, p. 17).

Ao realizar um levantamento das definições de pontuação, em diferentes gramáticas no período entre 1831 e 2010 — Francisco Solano, Júlio Ribeiro, Maximino Maciel, Mario Pereira, Eduardo Carlos Pereira, Celso Cunha e Lindley Cintra, Rocha Lima e José Carlos de Azeredo —, percebemos que a natureza dos sinais de pontuação tem sua motivação na prosódia, sintaxe e discurso, estando fortemente relacionada ao sentido, à lógica do texto, ao separar palavras e proposições. Embora alguns gramáticos deem mais proeminência a uns aspectos do que a outros, não há verdadeiramente um distanciamento entre eles. Na linha do tempo, as sugestões de regras vão-se reafirmando.

Francisco Solano, em 1831, assim definia a pontuação: “disposição de certos signaes que marcão as pausas que o leitor deve fazer lendo, e o tom e inflexão da voz” (1831, p. 305). Já para Júlio Ribeiro, em 1885: “a pontuação é a arte de dividir por meio de signaes graphics as partes do discurso que não têm entre si ligação íntima, e de mostrar do modo mais claro as relações que existem entre essas partes” (1885, p. 316). No início do século XX, Eduardo Carlos Pereira, em 1907, define pontuação como notações sintáticas ou lógicas, cujo fim é “discriminar os diversos elementos sintáticos da frase, mirando a clareza, as pausas e modulações próprias na leitura” (1942, p. 371 — cita-se pela edição 51ª). Em 1916, Maximino Maciel, de certa forma, mantém a definição de Júlio Ribeiro, ao dizer que a pontuação “é o emprego das diversas notações syntacticas, necessarias á separação das palavras e proposições entre si, para exacta comprehensão do sentido geral do período” (1916, p. 423). Merece

destaque o uso do termo “notações syntacticas” por Pereira e Maciel para designar os sinais pontuação. Mário Pereira, em 1937, mantém a relação dos sinais com o sentido da frase, mas insere a necessidade de respirar como uma das funções das pausas do discurso: “os signaes de pontuação servem para indicar as pausas do discurso determinadas pela necessidade de respirar e pela distincção e relacionamento dos sentidos da phrase” (p. 503). Rocha Lima, em sua gramática (cuja primeira edição data de 1954) também destaca o aspecto prosódico da pontuação, ao inserir como subtítulo desse capítulo “Pausas Rítmicas”. Define pontuação como “pausas rítmicas – assinaladas na pronúncia por entoação característica e na escrita por sinais especiais” (1992, p. 458- cita-se pela 31ª edição). Da mesma forma, Cunha e Cintra ressaltam o traço prosódico da pontuação e inserem como subtítulo desse assunto — “sinais pausais e melódicos”. Iniciam o capítulo afirmando que “a língua escrita não dispõe dos inumeráveis recursos rítmicos e melódicos da língua falada. Para suprir esta carência, ou melhor, para reconstruir aproximadamente o movimento vivo da elocução oral, serve-se da pontuação” (1985, p. 625). Evanildo Bechara (primeira edição, 1957), endossando palavras de Nina Catach, entende os sinais de pontuação como “sistema de reforço da escrita, constituído de sinais sintáticos, destinados a organizar as relações e a proporção das partes do discurso e das pausas orais e escritas. Estes sinais participam de todas as funções da sintaxe, gramaticais, entonacionais e semânticas” (cf. NC.1,7 *apud* BECHARA, p. 604. Cita-se pela edição 2000 que foi bastante reformulada). Para José Carlos de Azeredo, os sinais de pontuação têm “papeis variados, seja para indicação de pausas, como a vírgula, o ponto e as reticências, seja para sinalizar a entoação da frase, como os pontos de interrogação e de exclamação, ou ainda para individualizar algum segmento, como as aspas” (2008, p. 519).

Chama a atenção o fato de apenas um gramático, no período, Mário Pereira, 1937, condicionar a pontuação à respiração. Cabe aqui um parêntese. Essa relação, embora não muito enfatizada nas gramáticas mais recentes, pode sugerir uma arbitrariedade na utilização dos sinais, relegada à intuição, na medida em que o ritmo respiratório varia de pessoa para pessoa, bem como a relação entre prosódia e sintaxe. A gramática mental determina as pausas realizadas para um tipo específico de ritmo de fala, embora muitas das regras prosódicas sejam universais, como, por exemplo, a inexistência de pausa entre o artigo e o substantivo, que só vai existir quando houver *filler* — sons produzidos na fala espontânea com a finalidade de preencher tais vazios fonéticos (OLIVEIRA, 2005). É importante deixar claro que o ritmo da leitura depende do leitor e não do autor do texto. Cabe-lhe definir como gostaria que seu texto seja interpretado e àquele, onde realizar as pausas, pois há pausas que o leitor pode

demarcar e outras não. Os detalhes de refinamento das regras prosódicas também variam de uma língua para outra.

Não há dúvida de que existe uma sintonia entre a cadência da frase e os sinais, mas em que pese a função prosódica e enunciativa, a pontuação não se contrapõe à sintaxe em virtude de sua própria natureza. Desse modo, como o aspecto assimétrico entre fala e pontuação é inerente à própria condição entre os dois códigos — o oral e o escrito —, cabe ao professor, como método didático para o ensino da pontuação, tratar como rígido o que é flexível.

Muitos desses autores afirmam não haver uniformidade no modo de pontuar entre os escritores, o que sugere grande flexibilização no uso dos sinais. Maximino Maciel chega a dizer que as regras podem ser falíveis, o que merece um comentário. De fato, os sinais, entre eles, a vírgula e o ponto, nosso objeto de estudo, têm forte correlação com a sintaxe, visto que são responsáveis pela estruturação do texto, ao conferir-lhe sentido, mas também com a enunciação, devido à própria natureza do ambiente em que operam, o discursivo. Apesar de não constituírem padrão fixo, apresentam casos específicos de uso, considerados unanimidade entre usuários da língua. No tocante à vírgula, pode-se dizer que é um sinal de grande produtividade criativa, bastante complexo em termos de uso, haja vista a quantidade de regras elencadas na gramática normativa, cujo *habitat* natural é a prosa formal não literária. Reafirmando nosso ponto de vista, não há dúvida de que um usuário da língua, a fim de garantir efeitos expressivos, deve pautar-se nos parâmetros previstos pela gramática, os quais funcionam como ponto de partida, burlando o aparentemente fixo, uma vez que seu leitor terá condições de recuperar a transgressão, que, no caso, não se considera defeito, mas estilo.

No que diz respeito às situações de uso apontadas por esses gramáticos, observamos como função da vírgula separar palavras, cláusulas, termos e elementos (a nomenclatura varia), além de uma função demarcativa e isolante (no caso das datas), podendo topicalizar e realçar. O ponto, por sua vez marca a terminação completa do sentido, ou fecha a sentença, além de utilizado em abreviações. O número de regras varia de autor para autor, na medida em que uns detalham mais e outros menos, oscilando entre sete e dezesseis situações. Nas gramáticas mais antigas, já há menção a alguns casos de realce por intermédio da pontuação, bem como a possibilidade de se resolver ambiguidades, por seu intermédio, revelando uma preocupação com o texto anterior aos estudos da Linguística do texto.

Chama a atenção a observação de Francisco Solano (1831, p. 308) a respeito do uso indiscriminado da vírgula por autores portugueses que, muitas vezes, a utilizam entre palavras que não requerem pausa. Costa (s/data, p. 17) endossa as palavras do autor, ao afirmar que a moda era pontuar sempre que possível, enquanto, no início do século XX,

inverteu-se a tendência. O autor faz ainda uma colocação sobre a possibilidade de troca do ponto e da vírgula pelos dois pontos e vice-versa, afirmando, entretanto, que essa prática prolonga os períodos sem a menor utilidade. Discordamos da última afirmativa, pois, hoje, em virtude de estudos estilísticos, há sempre um propósito no uso dos sinais. Além disso, como já comentamos, a pausa pode ou não ser realizada pelo leitor, não havendo necessariamente um “prolongamento”. Em “Fabiano estirou o beijo e enrugou mais a testa suada: impossível compreender a intenção da mulher” (RAMOS, 1977, p. 108), os dois pontos poderiam ser substituídos por:

- a) Vírgula mais conjunção e verbo: “Fabiano estirou o beijo e enrugou mais a testa suada, pois era impossível compreender a intenção da mulher”
- b) Ponto: “Fabiano estirou o beijo e enrugou mais a testa suada. Impossível compreender a intenção da mulher”.

No primeiro exemplo, embora a pausa seja menor, em contrapartida a frase perde o impacto original, enquanto no segundo, o ponto, apesar de não deixar subentendido o conectivo, proporciona destaque à informação.

Em Júlio Ribeiro, temos a reafirmação da possibilidade de a vírgula servir para marcar a respiração: “Um árabe que se destina ao rude officio de salteador do deserto, acostuma-se cedo às fadigas das correrias” (1885, p. 317). De fato, se o leitor não encher os pulmões de ar antes de iniciar a leitura da frase, pode ser necessário respirar após a palavra “deserto”, o que leva alguns gramáticos a admitir vírgula em nome da pausa respiratória. Mas é um caso polêmico, uma vez que não é endossado por todos. O sujeito formado por “um árabe” mais a oração adjetiva “que se destina ao rude officio de salteador do deserto” não precisaria ser demarcado por vírgula, embora haja autores que a admitam quando o sujeito é longo. Conforme já mencionado, a relação entre pausas e vírgula não é perfeita, o que justifica tratá-las de modo diferenciado, deixando as pausas por conta e gosto do leitor. Conforme Oliveira (2005) o ritmo da leitura é fornecido por quem lê e não propriamente por quem pontua o texto. Em matéria de sintaxe, a dispensa da vírgula se justificaria em razão de sua própria natureza — oração subordinada adjetiva restritiva. Como podemos ver, a língua é estável, mas não imutável, isto é, de 1885 para cá, a forma de leitura dessa frase não mudou, contudo, sob uma perspectiva gramatical, o proposto por Ribeiro perde sua validade, uma vez que incorreríamos numa infração ao inserir vírgula entre o sujeito e o predicado.

Em outro exemplo, o autor traz à baila um caso, atualmente considerado erro e por sinal bastante comum nas salas de aula, de vírgula depois do último sujeito de uma enumeração. A vírgula é sugerida pelo autor para que o leitor não tenha a impressão de que o

verbo se refere com mais especificidade ao último sujeito: “Africanos, Gaulezes, Getulos, Egypcios, tinham transformado a linguagem de Roma” (p. 317). A justificativa, apesar de pertinente por sua motivação em critérios enunciativos, se mantida, configuraria exceção, por ferir a regra da vírgula entre sujeito e predicado. Essa exceção, no entanto, seria necessária, pois está em nome da clareza e há inclusive alguns autores, entre eles Sacconi (SACCONI, 1999, p. 416), que também admitem tal vírgula; já a respiratória é desnecessária, pois a relação entre pausas e vírgulas é reconhecidamente irregular.

Fazendo um resumo da concepção desses gramáticos sobre a pontuação, podemos dizer que as definições apresentam um núcleo básico: o sistema pontuatório marca pausas rítmicas, reconstruindo o movimento vivo da elocução oral; divide as partes do discurso, mostrando a relação entre elas, demarcando fronteiras sintáticas e assegurando o sentido.

Enquanto na gramática de Francisco Solano, em 1831, a pontuação era definida como marcas indicativas da leitura, nas demais gramáticas, pertencentes à primeira metade do século XX, já havia um direcionamento da marcação das pausas para a divisão do texto e suas relações. Do mesmo modo, é surpreendente que as gramáticas da segunda metade do século XX estabeleçam um movimento, de certa forma, contrário às demais, ao destacarem o aspecto prosódico da pontuação nas suas definições. A definição de Rocha Lima, entretanto, mostra-se inovadora ao atrelar a funcionalidade dos sinais gráficos ao discurso, enquanto a de Azeredo já se situa na tríplice funcionalidade do sinais.

Considerando a década de 60 um marco em virtude da criação da NGB em 1959 e sua adoção a partir do início de 60, que uniformizou a profusão de terminologias, Orlandi destaca o “apagamento da materialidade da autoria” (2002, p. 160) das gramáticas, que fica ao encargo do Estado. Não há dúvida de que a criação de uma nomenclatura unificando os fatos da gramática foi extremamente benéfica, na medida em que contribuiu para restringir termos novos para fatos iguais. Posto isso, a criação da nomenclatura no tocante à pontuação não trouxe novidade, uma vez que o nome dos sinais permaneceu. Apesar de a NGB não dizer respeito a regras, coincidência ou não, após seu advento, não se observa discrepância entre o instituído pelos gramáticos no tocante à pontuação. A bem dizer, afora algumas poucas regras, as indicações de uso permaneceram sob um viés mais gramatical, que, todavia, não se desvinculou do aspecto prosódico.

2 INTERFACE ENTRE PONTUAÇÃO E ENSINO

Após o movimento iniciado pela Linguística textual na década de 60, aspectos constitutivos do texto e fatores envolvidos em sua produção e recepção tornam-se objeto de estudo dos interessados mais no processo de construção do que no produto propriamente dito. Desse modo, fatores como enunciação, interlocução e condições de produção passam a ser considerados.

A partir daí, se inseriu uma nova concepção de ensino em sala de aula e o texto tornou-se o centro irradiador de estudo da Língua Portuguesa, embora ainda concebido prioritariamente na sua aceção exterior, como um produto pronto, cujo sentido lhe era imanente. Com a intensificação dos estudos do texto, ficou mais nítido que “o ato de linguagem não esgotava sua significação no texto em si mesmo”, conforme Charaudeau (2008, p. 17), porque dependia do leitor, do seu conhecimento em perceber os implícitos, a fim de dar forma ao escrito. Pode-se dizer que, no momento da interação leitor/texto, este se constitui, não só em virtude do aspecto polissêmico dos signos verbais, cujo sentido da palavra é especificado no interior do discurso, a cada situação, de modo específico, como também em decorrência do conhecimento de mundo de cada um. A orientação teórica assim assumida compreende o texto não como produto concebido de forma apriorística, pois seus constituintes desvelam-se no conjunto da totalidade discursiva, no momento em que esse atinge a condição de ato de linguagem (idem, p. 26). Isso esclarece porque o leitor, a cada releitura de um texto, amplia suas condições de inferência, estabelecendo novo processo de interação.

Ao escrevermos, portanto, devemos ter em mente nosso interlocutor, a fim de, em função da imagem dele, elaborarmos o texto antecipando sua “atitude responsiva” (BAKHTIN, 2003). Em consonância com essa linha de raciocínio, a pontuação adquire papel fundamental, uma vez que, na escrita, importa não somente a escolha dos signos linguísticos, mas também a dos sinais de pontuação, pois são constitutivos dos sentidos construídos pelo leitor no ato da leitura.

Com a inclusão do texto como norte na metodologia de ensino da Língua Portuguesa, esperava-se nova dinâmica em seu estudo, isto é, almejava-se estudá-la de modo contextualizado e não mais metalinguisticamente, apenas por intermédio de exercícios em frases soltas. As metodologias sugeridas, entretanto, no tocante à gramática, em sua maioria, continuavam com a mesma prática: os elementos da frase eram identificados no interior do texto, sem uma análise com o propósito de observar os sentidos que se constituíam por

intermédio dos signos linguísticos e da pontuação. Esta, então, raramente era reconhecida como participante da construção do significado.

Nessa nova proposta de ensino, pretendeu-se trabalhar a língua portuguesa por intermédio do texto, substituindo-se uma modalidade de ensino por outra, em vez de se trabalhar de forma conjunta, isto é, o estudo das partes, as frases, aplicado ao todo, o texto. A condenação ao estudo descontextualizado foi muito intensa, porque não se evidenciava uma funcionalidade para o aprendizado obtido pontualmente, com exercícios específicos. Por exemplo, regras como, não se deve inserir vírgula entre o sujeito e o predicado, não se separa por ponto a oração subordinada do restante de sua oração complexa etc, deveriam ser também trabalhadas no interior do texto, ressaltando suas implicações na coerência. Desse modo, não se abandonaria a prática anterior, mas lhe forneceria novo encaminhamento, com o objetivo de o aluno trazer tal conhecimento para o processo de sua escrita.

Como o ensino da pontuação ocorre de forma concomitante ao da escrita, deve-se trabalhar o sistema pontuatório conjugando-se gramática e sentido, uma vez que se deseja desenvolver reflexões sobre as condições de produção da língua, sobre seu funcionamento. É consenso que ensiná-la por intermédio de nomenclaturas é tratá-la cientificamente, como ciência, o que pouco contribui para o desenvolvimento do desempenho linguístico do aluno. Conforme Oliveira (2005, p. 82), “quem se dedica à ciência ‘pura’ às vezes não está sensibilizado para o que é relevante na aplicação dos conhecimentos para cuja produção contribui”.

A utilização de nomenclatura, contudo, nos compêndios gramaticais, principalmente em relação à pontuação, examinada sobretudo pelo viés sintático, vem reafirmar a utilidade de um ensino também metalinguístico. O termo foi envolvido por um tom pejorativo, quando se confundiu ensino de gramática com ensino de nomenclatura. Sem entrar no mérito da questão, acreditamos que um ensino de língua, para ser produtivo, passa pela utilização de termos específicos. Como um aluno poderá consultar uma gramática, se desconhece sua nomenclatura? Os exemplos auxiliam, mas nem sempre são suficientes para esclarecer uma dúvida. Nos dias de hoje, em que se fala tanto da autonomia do estudante, como atingir o objetivo, se não lhe fornecerem instrumentos que lhe possibilitem pesquisar sozinho? Assim como se estimula a consulta ao dicionário, deve-se incentivar a consulta à gramática. O que se pode criticar é o excesso de nomenclatura, mas não a metalinguagem em si. É muito comum em nosso meio a crítica superficial e irresponsável do tipo “ouvir cantar o galo sem saber onde”.

Uma metodologia que privilegie regras, sem menção a critérios semânticos e enunciativos, dificilmente levará um aluno, com pouca prática de escrita, a desenvolver e aprimorar suas habilidades linguísticas. Deve-se considerar o sistema pontuatório em sua atuação na tessitura do texto, cabendo ao professor, sempre que possível, revelar as nuances de sentido advindas da escolha de determinado sinal em detrimento de outro. Podemos dizer, entretanto, que houve evolução na abordagem de ensino, na medida em que da análise intraoracional e da interoracional passou-se para interfrástica (ou textual). Isso, todavia, não foi suficiente no que diz respeito à pontuação, porque o olhar pouco resvalou para a forma como os sinais contribuem para a estrutura do texto.

No que diz respeito ao tratamento dado à pontuação nas gramáticas, apesar da adequada sistematização, as informações mais valiosas estão contidas nas observações dos autores. Nelas, pode o leitor captar sugestão do gramático a respeito de determinada regra. São notas explicativas que permitem a quem consulta os manuais entender um pouco mais a teoria e, conseqüentemente, optar pelo sinal que melhor se encaixa ao seu propósito discursivo. Algumas gramáticas apresentam mais essa prática e outras menos.

Para cada sinal listam-se regras com exemplificação do contexto de uso, que, pela própria natureza do manual, são tratadas no nível do período, numa abordagem intra- e interoracional, mas raramente interfrástica, o que significa relegar sua função discursiva, tão importante para a formação do aluno. Esse aspecto, portanto, fica ao encargo do professor, que, muitas vezes, em face de um extenso planejamento a cumprir, limita-se a repassar as regras que estão na gramática, sem realizar um trabalho discursivo e semântico.

Se pensarmos no aprendizado da escrita, veremos que o aprendiz tem de lidar com noções muito abstratas, como, por exemplo, os espaços em branco entre as palavras (ROCHA, 1996, p. 4). É muito difícil perceber seus limites, na medida em que na cadeia sonora elas são pronunciadas em blocos. Nesse estágio, a sensibilidade da criança não se volta para a palavra em si, mas para a linha melódica da frase, o que leva algumas crianças a utilizarem o artifício de inserir pontos entre as palavras, numa clara tentativa de sinalizar a existência do espaço (ibidem). Conforme Rocha, esse artifício deixa transparecer a dificuldade em lidar com o aspecto negativo da escrita que se contrapõe ao aspecto positivo, isto é, àquilo que se insere, que é escrito. A dificuldade também foi sentida nos primórdios da criação dos sinais, quando os copistas inseriam pontos entre as palavras a fim de separá-las. De acordo com a autora:

Na época clássica, há alusões ao uso esporádico de uma série de sinais (o ponto, o branco, o travessão, o hífen e o traço de união), com a função de separar grupos de palavras. Ao que tudo indica, estes signos diferentes das letras eram de fato empregados, mas seu uso não era

unívoco, não havendo ‘uma correspondência regular, sistemática e convencional entre a forma do signo e sua função’ (DESBORDES, 1990:228, *apud*, ROCHA, São Paulo: 1997, p. 87).

Segundo Rocha (1996, p. 11), a incorporação dos sinais de pontuação ao texto é um processo que se desenvolve paralelamente à habilidade de sua formatação, isto é, há estreita correlação entre o formato externo e interno do texto. Em pesquisa realizada, alunos cujos textos não apresentavam sinais gráficos, tampouco apresentavam uma distribuição espacial adequada. Isso reforça a importância da leitura, pois do contato com textos escritos, a criança percebe sua diagramação, a existência de espaços em branco, os adentramentos dos parágrafos (também chamados brancos paragrafícos) e os sinais utilizados para separar as palavras. E, conseqüentemente, ao organizar o texto na folha de papel, ela incorporará os signos aos quais está exposta, com os sinais de pontuação entre eles. Como os sinais gráficos, entretanto, não são signos facilmente percebidos na oralidade como as palavras, é importante a leitura nesse estágio de aprendizado, pois a memória visual auxilia na inclusão deles ao processo de elaboração das primeiras linhas. Assim, um trabalho que leve a criança a escrever e a pontuar está longe de configurar atividade de cunho estritamente gramatical.

Rosa (1993, p. 65), estudando o período renascentista, verificou que um dos primeiros sinais de uso regular foi o ponto, além dos dois pontos e o caldeirão, este não mais em uso. Tecendo um paralelo com os primeiros sinais utilizados pelas crianças, observamos que o ponto constitui-se necessidade fundamental, pois se relaciona à própria organização do pensamento, uma vez que se destina a separar idéias em “blocos” cujo sentido esteja completo. É interessante ressaltar, todavia, que, naquele período, o ponto tinha a função de estabelecer coesão entre sentenças e orações, e não de delimitá-las como hoje em dia, conforme aponta a autora; delimitando sentenças ou não, sua função na coesão do texto é basilar, uma vez que trocá-lo pela vírgula e vice-versa pode interferir na construção textual, conforme veremos na análise do *corpus*.

As aulas de Língua Portuguesa deveriam centrar-se, desde os primeiros anos do ensino fundamental, nas atividades de produção de texto. O discurso tão propalado sobre a utilização do texto para a efetivação do aprendizado da língua só vem a ratificar a necessidade de o aluno, acima de tudo, escrever e não apenas analisar. Esse tipo de registro desenvolve o pensamento e aguça a linha de raciocínio que se refletirá na língua oral, na perspectiva do vocabulário e da própria organização do discurso.

No momento inicial da aprendizagem, para a compreensão dos sinais de pontuação, é fundamental recorrer não só aos exercícios específicos sobre a função de cada um deles, como também aos de redação, de modo a possibilitar a percepção pelo aluno, na prática, do

aprendido isoladamente. Além disso, a análise de textos também configura excelente método para o ensino da pontuação e, conseqüentemente, para outros tópicos de sintaxe. Cabe ressaltar que, enquanto os sinais ainda não estão no domínio do adquirido, é perfeitamente plausível a primazia de uma concepção ortodoxa, mas, em algum momento, definido pelo professor, podem-se discutir aspectos estilísticos que fujam ao proposto pela norma.

É importante trabalhar essa base subjetiva no ambiente escolar, pois, ao mesmo tempo que opera com a estrutura, favorece outro movimento de dinâmica no uso dos sinais, em favor da criatividade, atendendo às marcas enunciativas de cada um, eludindo, em muitos casos, a expectativa do leitor, que se deve esforçar, a fim de alcançar sentido nas marcas pontuatórias do autor. Caso clássico é o do escritor José Saramago.

A criatividade que permite uma pontuação heterodoxa precisa harmonizar-se com o proposto pela sintaxe. O professor, enquanto usuário maduro da língua, tem a incumbência de ajudar seu aluno a distinguir fatos criativos dos incorretos e dos desaconselháveis. Desse modo, situando-se nos domínios — sintático, discursivo e prosódico (porque o semântico subjaz a todos) — a pontuação exige do professor tarefa árdua, pelo fato de seu ensino não se limitar ao âmbito gramatical *stricto sensu*, apesar de caracterizar aspecto proeminente. Torna-se necessário, por conseguinte, que o discente primeiramente compreenda as regras para, depois de apropriar-se delas, perceba diferentes possibilidades de uso conforme o contexto.

Estudar a pontuação sob essa perspectiva é tomar conhecimento de que seu uso, além de levar à clareza do pensamento na linguagem, configura-se também como valioso instrumento de produção de sentido, alcançando, por vezes, efeitos estilísticos não atingidos numa estrutura frasal tradicional. Por exemplo: “**Jornal. Revistas. Rádio. Televisão. Filmes. Internet. Os meios de comunicação vêm crescendo e evoluindo e, além disso, ganham grande importância na sociedade**” (R11). Possibilidades como essa estão diretamente relacionadas a alguns tipos de gêneros textuais. Se o professor se limitar às regras propriamente ditas, contribuirá para o empobrecimento da competência comunicativa do aluno, tornando-o insensível à expressividade.

Na medida em que um mesmo texto pode ser pontuado diferentemente, pela própria natureza da pontuação, é didaticamente impossível ensiná-la sem operar com regras facultativas. Segundo Oliveira:

A fonologia natural, em voga no final da década de 70 e início da de 80, referia-se aos vários ritmos de pronúncia, utilizando com eles a nomenclatura dos andamentos, tomada de empréstimo à teoria musical. No caso do texto escrito, o andamento da leitura é em grande parte uma decisão do leitor, e não do autor. É o leitor quem decide sobre a velocidade com que vai ler, mas é o autor quem pontua o texto (2005, p. 82-83).

A existência dessa flutuação incide no fato de se poderem inserir sinais gráficos em virtude da preferência do redator, que, segundo Halliday (*apud*, ROCHA, 1998, p. 5), consiste em pontuar pelo ouvido ou pela gramática, sem que falemos em melhor ou pior estilo. O autor, dependendo do gênero, tem a possibilidade de realizar uma pontuação por um viés mais prosódico ou gramatical, a fim de evidenciar sua intenção, no entanto, um ensino de pontuação baseado exclusivamente na prosódia traria complicações para aqueles que não detêm um conhecimento gramatical, porque não há correspondência total entre o ritmo da fala e a pontuação da escrita. No gênero redação escolar, por exemplo, um dos estratagemas utilizados pelos professores para corrigir possíveis distorções é a leitura em voz alta. Escutar o próprio texto configura excelente exercício de revisão, pois obriga o autor a realizar as pausas inseridas e o leva a perceber se a pontuação, motivada pela prosódia, está ou não infringindo as prescrições gramaticais.

A pontuação, no caso, é uma aliada no processo da escrita, ao guiar a organização das palavras para o sentido desejado, não embotando outros, alcançados no decorrer da leitura num processo de interação. O discente deve conscientizar-se de que tão importante quanto à escolha lexical e a dos conectivos, é o papel da pontuação na organização das frases. Além da função demarcativa, há sempre a possibilidade de se optar por alguns dos sinais em detrimento de outros, consideradas as circunstâncias, uma vez que, apesar das regras que normatizam a pontuação, o contexto enunciativo definirá a forma de organização do texto. A regra pode ser subvertida em prol da expressividade, destacando-se a função semântica, que se sobrepõe por intermédio de operações realizadas no nível sintático. No exemplo a seguir, retirado do *corpus*, o aluno separou por ponto a segunda oração, cujo referente é o mesmo da primeira (ver item 5.4.1). Conforme regra da gramática, não se admitiria vírgula, muito menos o ponto, entretanto, a subversão realçou a informação “*Essas propagandas exageradas nos fazem muitas vezes desviar a atenção de coisas que são realmente essenciais para o nosso cotidiano. E podem até tomar o espaço de informações que são vitais para a sociedade*” (R103).

Os sinais de pontuação, longe de acessórios, são participantes ativos da textualidade, interferindo tanto na coesão quanto na coerência. Instauram-se como expediente integrante de todas as estratégias da escrita, imprimindo-lhe um caráter de objetividade ou fornecendo-lhe outros sentidos, num processo de interação com o interlocutor.

O sistema pontuatório possibilita, portanto, que se estabeleçam relações sintático-semânticas com diferentes graus de coesão. Entre os sinais, o ponto, por exemplo, assinala o fim de uma frase; enquanto a vírgula admite que os elementos dispostos — palavras,

sintagmas, frases, orações — estão vinculados entre si. Os sinais, ao separarem e unirem diversos elementos no interior de um texto, solidificam a textualidade por intermédio da coesão e da coerência, na medida em que fazem transparecer para o leitor o que deve ser visto de forma contígua ou como acréscimo de informações. Isso exige do escritor considerações sobre os limites da frase, que variam conforme o estilo de cada um. Em virtude dessa dinâmica, no ambiente escolar, é interessante um trabalho de pontuação desenvolvido em diferentes gêneros, a fim de que o aluno perceba nuances de significado, enfatizando os gêneros aos quais as regras da gramática se referem, a saber, os da prosa formal, sobretudo o da prosa formal não literária. Pode-se dizer inclusive que uma aula de pontuação baseada num poema modernista ou num *outdoor* é inadequada. Será a prática da escrita que o levará a apreender a funcionalidade de cada um dos sinais, percebendo como sua atuação junto aos signos linguísticos contribui para uma construção significativa.

A pontuação, portanto, entre outras funções, não menos importantes, tem papel fundamental na legibilidade do texto escrito, constituindo-se marcador gráfico da enunciação. O nível sintático permite depreender os limites da frase, ao mesmo tempo em que guia as criações enunciativas, sinalizando o que pode ou não ser objeto da intenção comunicativa. O estudante, ao aprender pontuação sob essa perspectiva, toma conhecimento de que seu uso, além de levar à clareza do pensamento na linguagem, configura-se também como valioso instrumento, na medida em que pode levá-lo a obter sentidos inalcançáveis numa estrutura frasal tradicional.

Embora a pontuação tenha papel relevante na construção da escrita, ressaltamos o ínfimo espaço destinado a seu estudo. É comum seu ensino ser ministrado isoladamente, abrangendo somente a sintaxe da frase, em estilo bem próximo da forma como exposto na gramática normativa. Um ensino sistemático da pontuação, ainda que normativo, se configurasse única opção, não seria considerado ruim. Como diz a máxima popular: “é melhor um pouco do que nada”. Voltamos a insistir, porém, nas vantagens de um estudo discursivo.

No tocante aos exercícios, de modo geral, solicita-se a pontuação de frases soltas ou a repontuação de textos com sinais previamente retirados. Esse tipo de exercício é bastante interessante, na medida em que, ao se contrapor o texto repontuado ao original, percebe-se qual o tipo de pontuação utilizado pelo autor, se a preferência é mais prosódica ou sintática. Normalmente, contudo, a comparação é menosprezada em face do exercício em si.

As aulas de língua portuguesa deveriam representar um momento de investigação e funcionar como laboratório, em que docentes e discentes debatessem, levantassem hipóteses, construíssem alternativas, percebendo (ir)regularidades, abrindo espaço para um ensino

também descritivo, numa abordagem funcional da linguagem. Uma metodologia como essa deve-se adaptar ao nível do aluno. No ensino fundamental e médio, não se espera um ambiente de rigor científico, mas, salvaguardando as devidas proporções, discussões sobre a língua representam excelentes momentos para o aprendizado.

É bom esclarecer que, em qualquer análise, o aluno necessita da mobilização de conhecimento linguístico e enciclopédico para produzir sentido. A leitura, portanto, exige ativação de estratégias textuais, em que léxico e gramática se articulem, instaurando continuidade temática. Consequentemente, a pontuação deverá ser estudada nas relações lógico-semânticas estabelecidas entre as orações e entre as frases. Para efeito de ilustração, selecionamos um fragmento de texto em que trabalharemos com conceitos da gramática (frase, oração e oração complexa) e não da Análise do Discurso (enunciado, sequência), por uma simples questão didática, e não valorativa, o que não impossibilita trazer à tona esses conceitos quando pertinentes para o alcance da compreensão. Vejamos:

A leitura está para o aprendizado da língua materna, assim como a imersão em ambientes onde se fale a língua está para o de idiomas estrangeiros. A imersão proporciona fluência, mas não é garantia de se empregarem bem certas construções, cujo ensino sistemático caberá à gramática. O mais é “trauma”, motivado pela memória de um ensino gramatical de má qualidade, o qual faz do conceito de erro de linguagem um tema proibido (OLIVEIRA, 2005).

Na primeira frase, o autor estabelece uma comparação entre dois fatos, **A** e **B**, utilizando a vírgula para evidenciar que os fatos estão numa relação sequencial, delimitando-os. A utilização do ponto faz-se necessária, uma vez que se retomará apenas um dos termos da comparação, **B**, a se desenvolver, ou seja, o referente “imersão” é a base para a introdução de novo referente — “proporciona fluência, mas não é garantia” —, instituindo progressão textual. Na segunda frase, o conectivo de oposição solicita o uso da vírgula, ou do ponto, se o autor desejar conferir destaque à informação encabeçada por ele, de acordo com as regras da gramática normativa. Faz-se uma afirmação, **C** (*A imersão proporciona fluência*), e depois a contrapõe, **D** (*mas não é garantia de se empregarem bem certas construções*). Ainda nessa oração complexa, há outra oração, **E** (*cujo ensino sistemático caberá à gramática*), iniciada por um pronome relativo, que, por introduzir uma explicação sobre o ensino das construções, demanda o uso da vírgula. No caso, aproveita-se para falar da diferença entre orações adjetivas restritivas e explicativas, estas implicando o uso da vírgula. A última frase, por funcionar como a conclusão do parágrafo, é separada por ponto. Podemos destacar a expressão “O mais” que funciona como uma espécie de rótulo, “encapsulando a informação difusa no cotexto precedente” (KOCH, ELIAS, 2011, p. 129). E o predicativo do sujeito, “é trauma” deixa clara a opinião do autor. No interior da última frase, temos duas orações e um

sintagma nominal em função explicativa. O elemento intercalado “*motivado pela memória de um ensino gramatical de má qualidade*” aparece entre vírgulas por ser um segmento justaposto explicativo. Por último, a vírgula separa outra oração relativa explicativa (*a qual faz do conceito de erro de linguagem um tema proibido*) sobre um termo da oração anterior, “memória de um ensino gramatical”.

Analisar o texto dessa forma possibilita ao aluno perceber como as frases se encadeiam, expondo a pontuação em sua interação com os elementos linguísticos e os procedimentos de referência, formando uma cadeia coesiva, que garante unidade de sentido. Trabalha-se, portanto, a gramática em sua dimensão discursiva e não metalinguística, numa acepção estrutural, de composição do texto, das suas condições de produção, resultando um estudo calcado na linguagem como ação, em que pressuposições, inferências e a própria estratégia argumentativa, entre outros aspectos, podem ser trazidos à tona, enriquecendo a percepção do aluno a respeito da língua.

O estudo da sintaxe, conseqüentemente, revela-se importante, uma vez que transparece a forma como as orações combinam-se entre si, constituindo o período. Conceitos sobre frase, oração, oração complexa, suas características e seus sinais delimitativos — ponto, ponto de interrogação, ponto de exclamação e reticências — devem ser trabalhados com o aluno, na medida em que organizam os constituintes linguísticos na estrutura frasal.

Conforme regra da gramática escolar, por exemplo, a utilização do ponto implica sentido completo. Essa noção, entretanto, um tanto vaga, poderia levar o aluno a construir períodos muito longos ou muito curtos, nem sempre com qualidade estilística ou semântica. Já no caso das reticências, o sentido da frase não está fechado, embora se possa dizer que semanticamente completo, pois a informação subentendida encontra-se ao alcance do leitor. Enfim, é importante realizar um trabalho com o aluno em que se conjuguem gramática e texto, a fim de o discente se apropriar dos mecanismos da língua e ter condições de estabelecer qual a melhor maneira de transpor seu pensamento para o papel.

Apesar de a língua escrita não contar com todos os artifícios da linguagem oral, a pontuação mostra-se um excelente meio auxiliar, não só no que diz respeito à organização do texto, mas também na expressão da afetividade e na sugestão de sentidos implícitos. Desse modo, aulas cujo trabalho centra-se somente na gramática da frase, em que o aluno tem pouquíssimo contato com a do texto, contribuem pouco para a tomada de decisão do que deve permanecer unido ou separado, bem como sobre o que se pretende enfatizar ou colocar em segundo plano. Além disso, pelo fato de a pontuação situar-se na área de confluência entre sintaxe, prosódia e discurso, seu emprego não é tarefa das mais fáceis, uma vez que pode

haver flutuação em seu uso, além de existir o risco, para aqueles em fase de aprendizagem, de uma utilização prosódica dos sinais contrariar aspectos sintáticos. Dependendo do gênero, no caso redação escolar, a submissão às normas configura regra. A realização, portanto, de um ensino que priorize apenas uma das áreas, não é garantia de um texto bem pontuado, na medida em que se concebe a estruturação da frase de diferentes formas.

É conveniente sensibilizar o aluno para o fato de que pontuações diferentes podem levar a significados distintos, como em:

- 1) “Três dos acusados — **Júlio César, Bruno Silva e Thiago Souza** — cumprem pena por tráfico.” (exemplo nosso)
- 2) “Três dos acusados, **Júlio César, Bruno Silva e Thiago Souza**, cumprem pena por tráfico.” (idem)
- 3) “Três dos acusados (**Júlio César, Bruno Silva e Thiago Souza**) cumprem pena por tráfico.” (idem)

A mesma frase, redigida de três formas distintas, atende a diferentes propósitos: realçar, enumerar ou dar uma informação a mais, respectivamente. Do mesmo modo, pontuações mal feitas, podem resultar em frases fragmentadas, eclipsando a compreensão, como em:

- 4) “*É necessário que haja um maior discernimento das pessoas ao escolher uma programação para assistir na TV ou ao utilizar o computador. Para assim evitar qualquer tipo de controle e manter viva a liberdade que já foi conquistada há anos.*” (R78, §4)

O aluno cometeu um erro ao separar a oração subordinada reduzida de infinitivo do restante da oração complexa da qual faz parte. Othon Moacyr Garcia nomeia esse tipo de frase como fragmentária, “resultado de uma estrutura verbal malograda, frustrada nos seus intentos por causa de falhas palpáveis de pontuação” (1995, p. 115). Para utilizar o ponto, seria necessário fazer alguns ajustes na segunda frase: “É necessário que haja um maior discernimento das pessoas ao escolher uma programação para assistir na TV ou ao utilizar o computador. Isso evitaria qualquer tipo de controle e manteria viva a liberdade que já foi conquistada há anos.”

Com informações desse tipo, chamamos a atenção do aluno para a estruturação do texto, que, entre outros fatores, encontra-se sujeita à capacidade do escritor para refletir seu pensamento por intermédio também da pontuação empregada.

Em relação aos sinais — travessão, vírgula e parêntese —, destacamos, entre outros usos, os seguintes:

(1) **travessão**: separa certas palavras ou frases, acentuando seu significado, sendo mais “isolante” que a vírgula;

(2) **vírgula**: separa proposições intercaladas e explicativas.

(3) **parêntese**: separa palavras ou expressões acessórias do período, sendo, dos três, o de maior poder “isolante”;

O travessão e o parêntese destacam informações, na medida em que se sobressaem visualmente em meio a outros sinais. A vírgula, apesar de também destacar constituintes textuais, não ganha relevo, em virtude de sua baixa perceptibilidade visual. Essa característica tipográfica dos sinais é amplamente explorada na mídia impressa. Pode-se perceber, por exemplo, nos jornais de hoje, certa predileção pelo duplo travessão, em detrimento dos parênteses: “A revisão do Código de Trânsito Brasileiro — elaborado em 1997 — caminha para sua reta final (...)” (*O Globo – O País*, 13/10/2009, p. 9).

Alguns usos inovadores, antes encontrados somente em textos literários, passam a ser detectados em textos redigidos por alunos. É interessante notar que, embora a maioria das gramáticas se omita quanto a muitos dos usos, o redator, com base em sua experiência de leitor, pode exercer sua criatividade e usar uma pontuação “alternativa”, como a já abordada economia de vírgulas; do ponto para separar sintagmas nominais (que passam a funcionar como **frases** – definição abaixo), bem como para introduzir orações iniciadas por conjunções coordenativas (*idem*), como nos exemplos:

(1) Frio. Fome. Tristeza. Desconforto.

(2) Ele disse que viria. **Mas** até agora não apareceu.

Em ambos os exemplos, seria possível também o uso da vírgula no lugar do ponto, configurando, inclusive, opção ortodoxa. Conforme Garcia (1995, p. 13), casos como do número 1 são denominados frases nominais.

(1') Frio, fome, tristeza, desconforto.

(2') Ele disse que viria, **mas** até agora não apareceu.

Os que só conseguem perceber o papel **interoracional** das conjunções, não se dando conta de seu papel **transfrástico** ou **textual** (!), considerariam (1) e (2) incorretos, só admitindo (1') e (2'), o que não tem o menor fundamento. Inclusive, em (2), o uso do ponto antes da adversativa na verdade realça ainda mais o conteúdo da oração por ela introduzida, que, mesmo com a vírgula, funciona como argumento mais forte.

Nem toda “desobediência” às regras, no entanto, configura recurso estilístico. Em alguns casos, trata-se realmente de *erros de linguagem*. É o que ocorre no exemplo a seguir, retirado de uma redação do vestibular (2007) de uma universidade pública: “*Tendo em vista o grande poder de influência desses meios e a ganância de quem está no poder. O controle dos*

meios de comunicação por uma única instituição, governamental ou não, transformará esses meios em uma máquina de alienação”.

Uma coisa é separar por ponto duas orações ligadas por conjunções coordenativas, como no exemplo com “mas” há pouco examinado. Outra, bem diferente, é fazê-lo com orações envolvidas no processo da subordinação, o qual pressupõe uma relação de parte e todo, sendo a totalidade em questão uma **frase**, entidade definida operacionalmente como: **sequência que vai de uma letra maiúscula até um ponto**. Essa definição, evidentemente, restringe-se à língua escrita, mas, para o fim a que se visa aqui, é quanto basta.

No caso em pauta, o candidato usou ponto entre uma oração subordinada reduzida e a “principal” com que forma um todo, tratou como duas frases o que forçosamente tem de ser considerado como uma única, por exigência não apenas da gramática escolar, mas da própria gramática mental internalizada dos falantes. Consiste, portanto, pura e simplesmente, em *erro*.

Fenômeno semelhante se observa no Jornal *O Globo*, em matéria publicada no dia 6/10/2009, na seção “Opiniões” do primeiro caderno: “Nós, a geração dos anos 60, que nasceu em um Rio que já não era capital federal, que frequentou os mesmos bares, parques, estádios, praias e escolas. Amargou as mesmas perdas, vibrou com as mesmas conquistas [...]”.

O grande número de elementos intercalados entre a forma verbal *amargou*, que deveria ser *amargamos*, e seu sujeito *Nós* levou a duas falhas de desempenho linguístico: o erro de concordância e a colocação do verbo e seu sujeito em sequências separadas por ponto, isto é, em frases diferentes. Em qualquer língua, oração é uma unidade linguística constituída de um *sintagma nominal* (no papel de sujeito) mais um *sintagma verbal* (no de predicado), podendo, em algumas, ocorrer o fenômeno do *sujeito nulo*, denominado *oculto* na nossa tradição escolar, logo um ponto que separe o sujeito do predicado sempre tratará como duas frases o que na verdade é uma única.

Uma oração pode ser *simples* ou *complexa* (correspondendo esta ao *período composto* da tradição escolar) e uma frase pode ou não ser uma oração. Sobre isso, vejam-se os exemplos abaixo:

- (1) As palavras voam.
- (2) As palavras voam e os escritos ficam.
- (3) O André disse que a Tatiana não virá à reunião de hoje.
- (4) “Eta vida besta, meu Deus.” (Drummond, “Cidadezinha Qualquer”)
- (5) As palavras voam. E os escritos ficam.

Em (1) há uma frase e uma oração simples. Em (2) existe uma frase e uma oração complexa constituída de orações “menores” coordenadas entre si. Em (3), uma frase e uma oração complexa estruturada segundo o processo da subordinação. Em (4), temos uma frase e nenhuma oração (note-se que no exemplo não ocorrem verbos), *logo podem existir frases que não sejam orações*. Quanto ao exemplo (5), difere de (2) sintática e discursivamente, visto que contém duas frases e duas orações simples. O redator optaria aí por considerar a sequência como duas frases, talvez para dar individualidade (e destaque) a cada uma delas.

Alguém poderia dizer que houve, na redação do vestibular, a intenção de realçar a sequência posterior ao ponto, mas há um limite para as “infrações permitidas”. O uso do ponto seria equivalente a colocar o artigo depois do substantivo em nome do conceito de figuras de sintaxe, argumentando configurar-se um caso de inversão. Essa licença não é concedida. A liberdade estilística não é infinita.

Do mesmo modo, a intuição linguística de pessoas acostumadas ao convívio com textos escritos rejeitaria uma construção como a que o jornal publicou, que ao que tudo indica resultaria de uma distração ou algo que o valha.

Com esses exemplos, fica evidente que para inovar é preciso primeiro conhecer as regras, o que demanda do professor trabalhar a pontuação pelo viés gramatical, para só depois explorar as possibilidades de infração estilística.

A maneira como os manuais escolares ensinam pontuação está em grande parte pautada na sintaxe, conforme já dito. Nada mais lógico, uma vez que as possibilidades enunciativas e prosódicas são inúmeras, ao passo que a sintaxe é um terreno mais “concreto”. Muitas vezes, porém, o redator depara com situações não previstas nesses manuais, o que exige do professor que “descubra” a regra (para isso recebe treinamento em linguística na graduação). Ele – com a intuição nascida do seu convívio com a língua escrita – percebe como inadequada a pontuação de um texto, apesar de a regra “infringida” não constar nos livros didáticos.

Por exemplo: sabe-se que os dois-pontos “anunciam” a sequência que antecedem e intui-se que entre eles e o ponto do final da frase não deve ficar senão essa sequência (OLIVEIRA, 2010). É comum, entretanto, o aluno inserir um constituinte entre a sequência “anunciada” e o ponto, como em “*Ele foi ao mercado a fim de comprar: arroz, feijão, açúcar e farinha, já que esses produtos estavam em promoção*”. Em tais casos, cabe ao professor propor exercícios para fixação da aprendizagem da regra acima, a qual, embora não esteja nas gramáticas, está na intuição linguística do que se denominaria *usuário maduro da língua escrita*.

Segundo Oliveira:

A infração às regras da ortografia é sempre um erro, qualquer que seja o gênero textual em que ocorra. [...] Esse tratamento especial concedido à ortografia deve-se aos seguintes fatos: (1.º) o sistema ortográfico é [...] inteiramente adquirido na escola, o que o torna mais artificial e rígido que os demais subsistemas da língua; (2.º) a ortografia é matéria de lei no Brasil; (3.º) ela diz respeito exclusivamente à comunicação escrita (1999, p. 74).

A pontuação, como a ortografia, também se adquire na escola e restringe-se à escrita. Só não é estabelecida por lei. Isso a torna mais flexível que a ortografia (como se pôde observar, ela se flexibiliza em alguns gêneros textuais) e menos flexível que os demais aspectos da língua. Nestes, o que é incorreto num contexto pode ser correto em outro. É o caso do emprego de pronomes (*manda ele entrar* ou *mande-o entrar?*), regência (*assisti o jogo* ou *ao jogo?*), ortoepia (*ruim*, pronunciado como monossílabo fonicamente acentuado no /u/ ou como dissílabo oxítono?), emprego de *haver* e *ter* (*tem dinheiro na gaveta* ou *há dinheiro na gaveta?*) etc. Embora o ensino escolar tradicional – que sob esse aspecto está equivocado – veja a primeira opção de cada um dos pares acima sempre como errônea, a verdade é que a escolha adequada entre as duas possibilidades depende do contexto – e sobretudo do gênero textual.

Diante das possibilidades de uso da língua, pelo fato de ela configurar-se como instrumento de interação social, uma boa forma didática de abordar a gramática deve levar em consideração fatores como cognição, cultura, processamento mental, entre outros, uma vez que as informações delineiam-se na estrutura frasal por intermédio dos constituintes. Uma análise eficaz para servir de modelo deve verificar regularidades, de modo a possibilitar ao aluno perceber os mecanismos da língua. Quando seu texto demonstrar a apropriação dos elementos estruturais da escrita, poderá o professor motivá-lo para incursões inovadoras.

No tocante à pontuação, a vírgula faz parte de um grupo de caracteres indicativos de pausa, juntamente com o travessão, os parênteses, o ponto e vírgula e os dois-pontos, que não quebram a continuidade do discurso, isto é, não concluem a frase, como o ponto, simples, final, parágrafo, de interrogação ou exclamação. Enquanto o último é estritamente emotivo, os outros adquirirão certa carga subjetiva dependendo da forma utilizada.

No grupo de pausa não conclusa, tecemos alguns comentários sobre o travessão, os parênteses e os dois-pontos, faltando a vírgula e o ponto e vírgula. Quanto ao último, diremos apenas que a despeito de sua definição nada esclarecedora: “uma espécie de ponto reduzido ou vírgula alongada” (CUNHA, CINTRA, 1985, p. 634), seu uso pode ser bastante reduzido no texto, quando não omitido por completo. É um sinal, sem dúvida, de complexa utilização. Conforme Pinckert (apud DAHLET, 2006, p.10), “o ponto e vírgula é utilizado por aqueles

que não podem decidir entre vírgulas e pontos”. Já Summey, argumenta que sua baixa utilização não está relacionada à sua verdadeira utilidade (ibidem), enfim, apesar da relevância de ambas as afirmações, é fato que o emprego do ponto e vírgula exige maturidade linguística. Os demais sinais, à exceção da vírgula que falaremos adiante, com algumas explicações e realização de exercícios específicos, são de mais fácil apreensão.

A vírgula é o sinal que demanda mais tempo de ensino do professor, basta verificar a quantidade de casos arrolados pelas gramáticas. Algumas chegam a elencar até dezesseis situações de uso. Com isso, o sinal torna-se um problema didático, não só em virtude das diferentes possibilidades de construção do enunciado, como também pelo “perigo” do aspecto prosódico interferir na sintaxe da frase, ocasionando a separação entre o sujeito e o predicado, entre a oração subordinada e sua oração complexa, além de outros casos. É bom, portanto, que o aluno tenha conhecimento da gramática de modo a discernir as construções inovadoras das mal formadas.

A gramática, de maneira geral, por ser ensinada em frases soltas, e muitas vezes voltada para ela mesma, ou a partir do texto como pretexto, o estudante dificilmente consegue perceber a sintaxe estudada na sala de aula nas suas próprias linhas. Como já dizia Drummond, “o português são dois, o outro, mistério” (1967). Desse modo, conseguir desenvoltura na utilização da vírgula torna-se difícil por uma questão simples: falta de um saber consciente das regras da gramática. Há quem cite inúmeros escritores que afirmam ausência de intimidade gramatical, porém, em contrapartida, nossos alunos tampouco apresentam uma construção harmônica. Então, como empregar a vírgula sem estar baseado na intuição (no mau sentido do termo)? É um trabalho gradativo, que não se encerra em uma única aula, ao contrário, deve ser sempre objeto de estudo, ao longo da vida escolar. A escrita é um ato contínuo, fator de preocupação do professor tanto quanto a interpretação. É notório os inúmeros casos de alunos que terminam o ensino médio sem apresentar a competência esperada na produção de um texto. O trabalho com a própria redação revela-se, pois, fundamental para que o discente compreenda sua escrita e a forma como suas ideias se organizam. E, não há dúvida, a pontuação pode servir como balizadora dessa percepção, na medida em que atua na estrutura interna do texto.

Muito eficaz como forma de treinamento para detectar as armadilhas da escrita é corrigir a redação alheia, já que raramente os erros são perceptíveis aos olhos daquele que escreve, porque em seu pensamento as ideias encontram-se ordenadas. A princípio, o conteúdo se sobrepõe à forma, “camuflando” as imperfeições para ajustes. Por isso, o texto do outro, que não conta com a cumplicidade do pensamento, presta-se melhor para revelar

incongruências de sentidos advindas de pontuações inadequadas. Essa correção será corrigida pelo professor que, depois junto com os alunos, apontará erros e acertos cometidos por eles. Tanto aquele que redigiu quanto aquele que escreveu terão oportunidade de aprender. Um trabalho eficaz com redação deve ter retorno para o aluno, caso contrário, pode-se constituir num exercício mecânico, de pouco rendimento, em que os erros se repetem.

Um estudo de pontuação profícuo depende de o professor explorar as possibilidades de uso dos diferentes sinais, de modo a ampliar a capacidade de expressão do aluno. Há sinais, como as reticências, que carregam forte carga polissêmica. E, normalmente, o que se ouve nas aulas é que são mais usadas na literatura (no caso, subentende-se, com pouca serventia para o aluno), o que não é verdade: elas desempenham o importante papel de deixar implícita uma parte do conteúdo textual, o que gera os mais variados efeitos de sentido.

Ao se falar em implícitos e em continuidade do pensamento, é importante mencionar o papel do outro no processo da comunicação. Reforçando o dito, quem se utiliza do sinal com tal intenção conta com a cumplicidade do leitor na elaboração da mensagem. O texto, visto sob essa perspectiva, passa a ter um sentido construído cooperativamente na interação entre autor e leitor, em virtude de fatores situacionais, linguísticos, cognitivos, sociais e culturais; o sentido não é imanente ao texto, mas determinado pelos conhecimentos, posições ideológicas, crenças e valores particulares de cada um, ativados no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As reticências, no uso específico, fazem um convite ao leitor para participar do fechamento da ideia.

O redator, por intermédio dela, transfere para o papel sentimentos e reações, como dúvida, hesitação, surpresa, timidez, ironia, alegria, tristeza etc., que dependerão do contexto para serem captados. Além das possibilidades polissêmicas, também serve para realçar palavra ou expressão, conforme apontam Cunha e Cintra (1985, p. 643): “E teve um fim que nunca se soube... Pobrezinho...”.

A carga emotiva das reticências é forte. Elas se combinam a outros sinais, como a interrogação ou exclamação, adquirindo outros matizes, prolongando a duração da inflexão contida tanto numa quanto noutra. Há também um uso mais intelectual, sinalizando nas citações a supressão de determinado segmento. Enfim, é um sinal que se pode trabalhar dentro de um processo criativo, em que se explore uma pontuação menos “lógica” e mais subjetiva.

O ponto de exclamação é outro sinal polissêmico, designativo de espanto, entusiasmo, raiva, súplica, admiração e outras emoções, que uma leitura acurada identificará. Esse sinal solicita do leitor uma modulação apropriada da voz, a fim de que a intenção almejada se concretize. Caso contrário, a nuance afetiva visada se perderá.

Como já visto, a fim de enfatizar a emoção, pode a exclamação aparecer duplicada, triplicada, “O quê !!! Ele disse isso?” ou ainda vir combinada com outros sinais. A combinação dos sinais exprime, segundo Pereira (1958, p. 386), “dois movimentos da alma”: *Ah, é você?!* No caso, marca-se a modulação da voz de forma ascendente e enfática.

As reticências, a exclamação e a interrogação são, pois, recursos disponíveis para o redator, colocando-se também a serviço da exploração da expressividade, além do seu usual caráter objetivo.

Como percebemos, a pontuação mostra-se um excelente artifício constitutivo do texto, uma vez que “completa ou substitui a informação alfabética” (CATACH, 1980, p. 21)¹.

2.1 Aspectos discursivos relativos ao ponto e à vírgula

A pontuação tem função organizadora do texto, indicando, em alguns momentos, aspectos entoacionais, em tons ascendentes ou descendentes, como em: “Você vem? Perguntou ele.” Ou ainda, denotando breve suspensão da fala, como no exemplo a seguir, por intermédio das reticências: “Ele não deve ... Olhe, ele não deveria sair de casa”, em que a linha melódica pode ser mantida ou se podem enfatizar trechos, pronunciando mais forte uma ou outra palavra de acordo com certas sutilezas discursivas. O sistema pontuatório, ao representar pausas (ou ausência delas), confere ao texto certa cadência (entoação, ritmo, linha melódica), que contribui para a significação da frase, atingindo a estrutura interna do texto, que, por vezes, denuncia aspectos enunciativos paralelamente às palavras.

Conforme Catach (1980, p. 17), “o efeito dos signos, ao contrário do que sua denominação demonstra, não é pontual, mas contínuo”² isto é, sua atuação abrange toda a construção frasal, visto que organiza e hierarquiza informações. Alguns sinais, entretanto, apresentam efeito local em determinadas situações, a exemplo da vírgula no lugar do verbo, “Nicolle ganhou dois livros e Monique, um”, e dos dois-pontos no do conectivo, “Maria não foi à festa: está doente”. Afora casos específicos, a significação alcançada pela pontuação em conjunto com outros elementos presentes no texto ultrapassa o quesito de mera propriedade do texto. Visto sob uma concepção interacional da linguagem, o sentido do sistema

¹ (...) La ponctuation comprend plusieurs classes de signes graphiques discrets et formant système, complétant, ou suppléant l'information alphabétique

² C'est ce qui explique que la plupart du temps l'effet des signes, contrairement à ce que pourrait laisser croire leur dénomination, n'est pas « ponctuel », mais continu, portant sur toute une phrase ou un segment de phrase (...)

pontuatório será “construído na interação texto-sujeitos, que mobilizam seu contexto sociocognitivo, constituindo uma configuração veiculadora de sentidos” (KOCH, 2002, p. 17).

Os sinais de pontuação, fundamentalmente o ponto e a vírgula, são considerados unidades de referência na opinião de Catach (1980, p. 17), que reconhece três tipos de função:

- a) Organização sintática: união e separação das partes do discurso em todos os níveis (junção e disjunção, inclusão e exclusão; dependência e independência; distinção e hierarquização dos planos do discurso).
- b) Correspondência com a oralidade: indicação das pausas, do ritmo, da linha melódica, da entonação, do que denominamos de elementos suprasegmentais, ou seja, de todos os fenômenos não marcados na escrita, mas que podem ser considerados, com propriedade, como terceira articulação da linguagem.
- c) Suplemento semântico: pode ser redundante ou não em relação à informação alfabética, completar ou substituir as unidades de primeira articulação, morfológicas, lexicais ou sintáticas (ibidem).

— organisation syntaxique : union et séparation des parties du discours, à tous les niveaux (jonction et disjonction, inclusion et exclusion, dépendance et indépendance, distinction et hiérarchisation des plans du discours);
 — correspondance avec l'oral : indication des pauses, du rythme, de la ligne mélodique, de l'intonation, de ce que l'on appelle en bref le « suprasegmental », tous phénomènes qui, notons-le, ne sont pas marqués à l'écrit par ailleurs, et qui peuvent être appelés à juste titre « la troisième articulation du langage » (...);
 — supplément sémantique : ce supplément peut être redondant ou non par rapport à l'information alphabétique, compléter ou suppléer les unités de première articulation, morphématiques, lexicales ou syntaxiques.

Essa característica redundante da pontuação, contudo, não é sentida por aqueles preocupados mais com o conteúdo do que com a estruturação da língua. De qualquer forma, mesmo redundante em alguns casos, quando junto às conjunções ou às maiúsculas em início de frase, permanece em seu bojo a função organizadora, ao separar e delimitar frases, alcançando aspecto significativo, mesmo não exercendo papel principal. No caso, à semelhança da flexão de gênero e número nos sintagmas do tipo artigo mais substantivo, em que há redundância, podemos considerar a convenção de empregar ponto após a maiúscula igualmente redundante, uma vez que o limite da frase já estaria determinado pelo uso da maiúscula. Veremos, mais adiante, como Saramago descarta essa característica redundante da pontuação, ao omiti-la em alguns casos em prol da maiúscula, que adquire desempenho essencial na organização do texto. Como isso não é prática corrente, configura excentricidade para os leitores, que a citam como característica de seu estilo justamente a pontuação, ou melhor, sua ausência.

A vírgula e o ponto têm relevante atuação na segmentação do texto, balizando sequências à direita e à esquerda, de utilização intraoracional, interoracional, além de

possibilidades transfrásticas. Enquanto o primeiro é em sua essência um tipo de grafema cuja serventia é separar, isolar ou indicar supressão, sem, contudo, sinalizar o término da frase; o segundo, também a serviço da separação de sequências, diferencia-se da vírgula, pois conclui frases de base declarativa, optativa ou imperativa, conforme Oliveira (2011):

<u>O PONTO E A FRASE DECLARATIVA</u>	
TIPOS DE FRASES:	EXEMPLOS:
1. declarativa	
1.1 objetiva	<i>Teresina é a capital do Piauí.</i>
1.2 subjetiva	<i>Ela é uma pessoa muito estranha.</i>
2. interrogativa	<i>Que horas são?</i>
3. exclamativa	
3.1 sem sintaxe exclamativa	<i>A Fabiana chegou!</i>
3.2 com sintaxe exclamativa	<i>Eta aula chata!</i>
4. optativa	<i>Bons ventos o levem.</i>
	[com “!”, “4” se tornaria “3.1”]
5. “imperativa”	<i>Dê uma olhada nos nossos preços.</i>
	[com “!”, “5” se tornaria “3.1”]

Tais sinais, de atuação sequencial, suscitam muitas vezes dúvidas quanto a sua utilização, alvo de troca pelos discentes. O que poderia ser aparentemente casual explica-se pela duração da pausa. Sinais de pausa maior, como o ponto, em virtude de maior amplitude (ANIS, apud, Dahlet, 2006, p. 57), utilizam-se em lugar dos de pausa menor, como a vírgula. Percebemos isso nas orações coordenadas, em que é possível usar o ponto onde seria de se esperar a vírgula. Por exemplo, “Apeou o marido. **Mas** só com um braço rodeou-lhe os ombros” (COLASANTI, 1997, p. 103), ou, numa enumeração, como já ilustrado (p. 38, R11), em que o sinal esperado é a vírgula, mas se utiliza ponto para realçar os segmentos, “Pode ser o esteta. O doente. A estátua. O pateta. O juiz. O estadista. O genocida” (BLOCH, Arnaldo, *O Globo*, segundo caderno, 4/08/2012, p.12). A troca, embora interessante, deve-se empregar

com parcimônia, uma vez que nem sempre produz bom resultado. Na verdade, o uso do ponto pela vírgula nas enumerações é um caso de desvio estilístico, de desobediência às regras que, no entanto, funciona bem na comunicação. Se se tornam excessivamente frequentes, perdem o atributo da originalidade, sua razão de ser.

Conforme Anis, os sinais de menor amplitude não substituem os de maior amplitude, contudo essa regra não é rígida: pode haver casos esporádicos com efeito positivo (ANIS, *apud*, Dahlet, 2006, p. 58). Na análise do nosso *corpus*, por exemplo, verificamos alta incidência do uso da vírgula no lugar do ponto, porém, na maioria dos casos, o efeito não foi estilisticamente positivo. De maneira geral, ou a construção ficou confusa, em virtude de períodos longuíssimos, ou induziu ao erro, como no exemplo:

*As pessoas não seriam elas, seriam apenas fantoches controlados por um governo autoritário, elas não pensariam, não **decidiriam, tudo**, apesar de não parecer, seria controlado pelo governo e o pior, não iam perceber.* (R17)

A REDAÇÃO CORRETA SERIA:

As pessoas não seriam elas, seriam apenas fantoches controlados por um governo autoritário. Elas não pensariam, não decidiriam. Tudo, apesar de não parecer, seria controlado pelo governo e, o pior, não iam perceber.

OU:

As pessoas não seriam elas. Seriam apenas fantoches controlados por um governo autoritário. Elas não pensariam, não decidiriam. Tudo, apesar de não parecer, seria controlado pelo governo e, o pior, não iam perceber.

OBS.: É muito comum em português o verbo transitivo ser usado intransitivamente. Exemplos:

* **“O Pedro não comeu hoje.”**

* **“Elas não pensariam, não decidiriam.”**

O uso da vírgula, numa primeira leitura, faz-nos pensar que está empregada de forma inadequada, uma vez que o verbo “decidir” pede um complemento, “decidir o quê?”. No caso, “tudo”, a princípio complemento do verbo “decidir”, não se poderia separar do objeto

direto por vírgula, uma vez que não se separa verbo de complemento. Após ler toda a frase, contudo, percebemos que a leitura não é pertinente. Vejamos: “*As pessoas não seriam elas, seriam apenas fantoches controlados por um governo autoritário. Elas não pensariam, não decidiriam tudo. Apesar de não parecer, seria controlado pelo governo e, o pior, não iam perceber*”. O sentido da última frase fica prejudicado, pois o que “seria controlado pelo governo”? Na verdade, o complemento do verbo “decidir” está implícito e o pronome indefinido “tudo” funciona como expressão resumitiva que se refere ao dito anteriormente. Assim, a pontuação adequada é o ponto.

Já a substituição dos sinais de maior amplitude pelos de menor revela-se prática comum no texto de José Saramago. Observe-se a respeito o trecho abaixo:

Mal sentado, porque a cadeira de palhinha era muito mais baixa que o trono, o rei estava a procurar a melhor maneira de acomodar as pernas, ora encolhendo-as ora estendendo-as para os lados, enquanto o homem que queria um barco esperava com paciência a pergunta que se **seguiria**, **E** tu para que queres um barco, pode-se **saber**, foi o que o rei de facto perguntou, com sofrível comodidade, na cadeira da mulher da **limpeza**, **Para** ir à procura da ilha desconhecida, respondeu o **homem**, **Que** ilha desconhecida, perguntou o rei disfarçando o riso (...) (SARAMAGO, 1998, p. 16)

No trecho, as falas do diálogo foram sinalizadas pelo uso da maiúscula, sem indicação de aspas ou itálico. Tampouco houve marcação por intermédio dos dois pontos, sinal característico do discurso direto, mas pela vírgula. O ponto e o ponto de interrogação, ambos, sinais de mesma amplitude, também foram substituídos pela vírgula. Essa prática confere mais fluidez ao texto, contudo exige do leitor atenção especial.

O autor violou as regras de pontuação, mas não comprometeu a compreensão, uma vez que as estruturas frasais são recuperáveis. No trecho, o diálogo não está marcado por recurso gráfico, pontuação ou mudança de linha, mas pelos verbos *dicendi*, que não deixam de marcar “com precisão e colorido, a atitude da personagem cuja fala vai ser textualmente reproduzida” (CUNHA & CINTRA, 1985, p. 619). Os verbos desempenham a função de indicar a mudança de interlocutor, da mesma forma que a pontuação, cuja atuação se revela suplementar, redundante, o que possibilita a troca de sinais de maior amplitude pelos de menor amplitude. Poderia ser o uso esporádico e positivo dessa troca apontada por Anis.

Apesar de o texto contrariar a prática comum no uso dos sinais em diálogo, o leitor, ao se acostumar com a pontuação, realiza todas as pausas indicativas dos sinais pontuatórios propostas pela gramática para as situações de diálogo, com suas entoações, necessitando, quando muito, talvez, de uma segunda leitura, já que, na primeira, tende a ler de modo mais ou menos corrido. Tal característica da escrita de Saramago configura a marca de seu estilo,

apesar de sem grandes funções discursivas aparentes. O fato, contudo, não invalida ou desmerece seu texto, já que, como autor, faz suas escolhas. Apenas centramos nosso comentário nos critérios de pontuação do ensino escolar, necessários a uma padronização da língua. O que Saramago faz é admissível porque se trata do domínio discursivo literário, no qual a liberdade é maior que no jornalístico, no burocrático, no técnico etc. O importante, entretanto, no texto literário, é o autor explorar os recursos que a língua oferece e perceber, se assim o desejar, o modo de fugir ao lugar-comum.

Outro autor que também emprega uma pontuação pouco ortodoxa é Chico Buarque. Em *Leite Derramado* (2009), os parágrafos coincidem com os capítulos, têm extensão de quatro, cinco, seis páginas. Em termos discursivos, não observamos contribuição efetiva, configurando uma opção do autor, que se utiliza das possibilidades da língua, dobrando-a aos seus caprichos. Esse modo de escrita, se levado para os bancos escolares, seria condenado pelo professor que, para fins didáticos, consideraria os parágrafos muito longos. Conforme já afirmamos, o que é recurso de estilo em um gênero textual pode ser defeito em outro. Se nossos alunos, entretanto, tivessem a clareza da escrita apresentada por Buarque, talvez o professor tecesse apenas breves comentários sobre o aconselhável.

Transgressões como as apontadas aqui levam alunos a questionar a legitimidade da licença poética, como espécie de “um peso e duas medidas”: o autor, quando realiza uma pontuação desse tipo, tem a justificativa do estilo, enquanto dele, aluno, se diz que não sabe utilizar adequadamente os sinais de pontuação. É necessário que o professor, ao analisar textos literários, lide com o lado criativo da pontuação, fazendo as devidas adequações a tais textos, sem generalizar como erro o que foge ao proposto pela gramática escolar.

De acordo com Oliveira:

Diante de exemplos de desvios estilísticos, o estudante tende às vezes a sentir-se injustiçado, perguntando por que a mesma “infração” é tratada ora como recurso discursivo bom e válido, ora como construção inaceitável, dependendo do prestígio de quem a tenha empregado. Se quem escreveu é um usuário prestigioso da língua (exemplo: um autor literário), é desvio estilístico, se é ele, aluno, trata-se pura e simplesmente de erro.

É claro que o professor precisa ter sensibilidade para aproveitar o que for aproveitável no texto do aluno, mas há casos em que realmente uma construção de validade polêmica, quando empregada por um sujeito comunicante reconhecido como bom escritor, torna-se aceitável por essa simples razão, e não há nada de absurdo nisso – por incrível que pareça! É preciso, à luz da análise do discurso, fazer o estudante entender que um dos componentes da situação comunicativa é o perfil do sujeito comunicante, e que esses componentes têm um valor semiótico: a mesma frase, dita por um líder sindical, por um padre ou por um professor de Educação Física, pode adquirir sentidos diferentes, em função desses diferentes perfis.

O tema é um tanto delicado, mas podemos dizer que Vinícius de Moraes, pelo *ethos* que construiu ao longo da produção da sua obra, conquistou – digamos assim – o direito de empregar *posto que* com o valor de “porque”, no conhecido poema em que usa “posto que é chama” no sentido de “porque é chama”, o que não implica que devemos estimular o aluno a fazer o mesmo, sobretudo em textos não literários. (OLIVEIRA, Helênio Fonseca de. *Por que a mesma construção é erro na produção textual do aluno e recurso estilístico num texto maduro?*) [Inédito].

O ponto, por exemplo, fonte de possibilidades criativas, tem como função básica organizar e delimitar frases, configurando presença marcante em praticamente todas as modalidades textuais. Vale comentar, portanto, a subdivisão que alguns autores estabelecem para o ponto — simples, final e parágrafo — a exemplo de Rocha Lima (1992, p. 466), e Cunha e Cintra (1985, p. 632). A fim de perceber suas nuances, utilizaremos as definições de Rocha Lima.

O ponto simples, além de usado em abreviaturas, substituindo parte da palavra (único uso a desviar da nossa premissa no tocante ao aspecto frasal), separa orações independentes, “desdobramentos de uma só idéia central, sem mudança sensível do teor do conjunto”; o ponto final “encerra definitivamente o trecho”; e o ponto parágrafo conclui uma “unidade de composição” (LIMA, 1992, p. 466).

A gramática de Cunha e Cintra também trabalha na mesma linha, isto é, nas duas, o ponto pode estar tanto no interior do parágrafo, quanto fechando o parágrafo e/ou o texto — apesar de “trecho” (p. 467), na gramática de Rocha Lima, e “enunciado escrito” (p. 633) na de Cunha e Cintra, poderem ter a mesma compreensão que “unidade de composição”. Já Bechara (2000, p. 606) faz uma junção dos dois primeiros sinais apresentados nas gramáticas citadas, com duas modalidades para o ponto: ponto simples final e ponto parágrafo, que, em essência, não foge ao proposto pelos outros gramáticos.

Didaticamente, é interessante observar as nuances desse sinal, uma vez que se especificam suas ocorrências, contudo, sua função básica é separar blocos de idéias, “assinalando normalmente o fim de uma sequência declarativa de sentido completo” (AZEREDO, 2008, p. 524). Aqui, o advérbio “normalmente” subentende possibilidades enunciativas, como, por exemplo, o desmembramento da oração complexa, coordenada, em duas. O autor não discrimina os diferentes empregos do sinal, provavelmente por considerar sua função uma só, a de delimitar a frase. A opção pelo uso de apenas pontos parágrafos em Chico Buarque não seria, a bem dizer, heterodoxo.

Em que pesem essas questões gramaticais, a dificuldade da utilização do ponto reside no que Azeredo coloca como “normalmente”, que abarca variações de uso, o que obviamente não se restringe ao ponto. De acordo com os alunos, é difícil decidir onde delimitar os assuntos, o que acarreta, muitas vezes, ou rompimento de uma ideia, ou parágrafos muito longos em que os temas se mesclam, dificultando a compreensão.

Quando o ponto é utilizado, espera-se progressão temática, com uma organização hierárquica de informações. É fato a exigência de sentido completo, mas, num texto, como o

assunto versa em torno de um mesmo tema, o que seria “completo”? Não há dúvida de que a noção é fluida, mas a expectativa é a de que esse entendimento diminuísse a margem de erro, pois se trabalha com aspectos relativos ao sentido da frase. Na análise do *corpus*, todavia, encontramos várias situações de emprego inadequado do ponto, que não só denotam falta de conhecimento da estrutura da língua, como também revelam pouco contato com a leitura e a escrita. No fragmento a seguir, no trabalho de um aluno (2011):

(...) É nesse sentido que o mundo proposto por Rubem Fonseca é organizado com personagens sem qualquer pudor em cometer suas atrocidades, rotineiras ou ocasionais, e crueldades que ultrapassam o ponderável. Já que uma sociedade, vivendo a indiferença, só pode esperar o sadismo, a barbárie e a violência vindos de diversas formas: do rico, do pobre, do branco, do negro, entre outros.

o ponto separa erradamente uma oração explicativa de estrutura subordinada, fragmentado a frase. Embora um aprofundamento a respeito de “já que” seja realizado na análise do *corpus*, não nos poderíamos abster de comentar o fato. Conforme Othon Garcia, as “explicativas e conclusivas, mais até do que as adversativas, estabelecem tão estreitas relações de mútua dependência entre as orações por elas interligadas, que a estrutura sintática do período assume característica de verdadeira subordinação” (1995, p. 19). Isso explicaria a inadequação do uso do ponto no exemplo dado, posição defendida por nós. A justificativa, entretanto, não é tão simples assim. Embora Garcia não se atenha à pontuação, a julgar por suas palavras, poderia dizer-se que as explicativas e as conclusivas não admitiriam ponto em virtude de “a estrutura sintática assumir característica de subordinação”, porém, de acordo com nossa pesquisa, todos os conectivos coordenativos em função interoracional admitem o ponto separando a oração que introduzem da precedente. Com as coordenativas explicativas (ao contrário do que afirma Garcia, não vale para as conclusivas), isso é menos frequente, ocorrendo, como em: “Acho que comecei a procurá-lo depois do que aconteceu com Kyun. **Porque** eu simplesmente queria morrer. **Porque** pensei que seria melhor morrer” (SHIN, 2011, p.195). Concluindo nosso posicionamento, de acordo com Marvila (2009), *já que* é sempre explicativo (sob o aspecto semântico) e sempre subordinativo (sintaticamente). Assim, não é plausível o ponto, por se tratar de um conectivo subordinativo.

Na medida em que uma frase se decompõe em mais de uma unidade comunicativa, a segmentação pode-se tornar um problema, originando, conforme já mencionado, parágrafos de uma só frase com número de linhas indeterminado ou muito curtos ou mesmo compostos de várias frases curtas. O problema, porém, não está na simples questão de quantidade de linhas, uma vez que há situações em que isso não implica um defeito, como observamos no

texto de *Leite Derramado*, de Chico Buarque (2009), mas no texto em si, em que o sentido fica prejudicado em razão de as informações não estarem devidamente agrupadas ou separadas.

Em algumas redações, poucas, é verdade, observamos o uso do ponto parágrafo no lugar do ponto simples ou final. Para Cunha e Cintra, o ponto parágrafo separa um grupo de ideias (1985, p. 633), para Bechara, demarca diferentes “centros de interesse” (2000, p. 607). As duas sugestões de uso não delimitam a extensão do parágrafo, constituído de uma linha, de várias ou até de uma página, conforme já abordado. De acordo com o domínio discursivo, a configuração de um parágrafo é variável. No jornalístico, por exemplo, ele obedece às vezes a questões visuais, que ultrapassam razões internas. Como estabelecer, então, um critério didático para o ensino do parágrafo, se existe flutuação na organização dos segmentos tópicos?

De maneira geral, ensina-se nas escolas um método recorrente, a saber, uma paragrafação, que se verifica como tendência e que consiste em usar o ponto parágrafo quando se muda o assunto, quando se acrescenta informação nova, obedecendo-se aos critérios da progressão de informações e da sua não redundância. Ao contrário, quando a temática muda pouca não se cria novo parágrafo.

Nessa sugestão, está em confluência o aspecto semântico com o modo como as informações aparecem no texto. Mesmo assim, a indicação é um tanto vaga para quem tem dificuldade ou está aprendendo as artimanhas da escrita, uma vez que não há regra específica que garanta utilização acertada. Eduardo Carlos Pereira, já nos idos 1907, comentava o fato de a pontuação ser mais “forte e abundante em uns, e em outros mais frouxa e apoucada” (1942, p. 371 — cita-se pela 58ª edição), o que significa bastante proximidade das preferências de cada um. Pontuar com flutuação, contudo, não quer dizer fazê-lo “à revelia”.

Como então ensinar bom-senso no limite das frases, se a pontuação se relaciona diretamente a questões enunciativas, prosódicas, discursivas, sintáticas, semânticas e até à formatação do texto? Situados nessa interseção, os sinais pontuatórios se submetem ora a um dos aspectos, ora a outro, ora a uma superposição de dois ou mais. Num texto argumentativo, como em qualquer outro, o enunciador manipulará os recursos textuais disponíveis a fim de atingir seu objetivo, assim como numa narrativa ficcional, a paragrafação se sujeitará aos efeitos estéticos pretendidos pelo autor. Resumindo, em qualquer modo de organização do discurso, domínio discursivo ou gênero textual, a indicação básica se prende à equivalência do parágrafo à unidade semântica.

Num texto como:

*Muitos jovens, hoje, assistem à televisão por mais de quatro horas seguidas, isso acarreta uma série de **problemas**.*

*Esses **problemas** podem ser de ordem psicológica, visual, comportamental e etc. Hoje, nós devemos escolher o que assistir (...) (R.38)*

identificamos um rompimento da unidade discursiva, pelo fato de a exemplificação dos problemas contidos no primeiro parágrafo ter-se separado por ponto parágrafo e não por ponto simples (também chamado ponto final). Caberia também vírgula depois do sintagma “uma série de problemas”, se utilizado pronome relativo; ou ainda nada: “(...) acarreta uma série de problemas de ordem psicológica, visual, comportamental e etc.”. O erro se poderá facilmente explicar ao aluno, se nos detivermos na questão da unidade semântica: a enumeração das categorias de problemas da segunda frase quase se comporta como um aposto de uma “série de problemas”, o que nos faz intuir as duas sequências como indissociáveis.

No caso abaixo, entretanto, embora o segundo parágrafo se insira no primeiro, dando continuidade às informações sobre os meios de comunicação, ele ganha destaque como unidade paragrafíca.

*Os meios de comunicação foram estabelecidos na sociedade mundial em função de interligar mundialmente as pessoas e fornecer uma visão mais ampla **sobre vários assuntos**.*

***Portanto**, um bem a sociedade moderna, que a auxilia em vários aspectos, tornando o dia a dia mais prático.*

Entretanto, cada pessoa, seja ela de qualquer classe social (...) (R.10)

Situações como essas, além de tantas outras, devem ser trabalhadas em sala de aula com exercícios específicos, na linha do que propõe Travaglia (1997) a respeito da gramática reflexiva, quando sugere uma metodologia de ensino da teoria gramatical. Embora muitos critiquem exercícios assim, por o associarem à teoria de Skinner, cujo método básico é a repetição, o condicionamento, acreditamos, assim como Travaglia (1997) e Oliveira (2010), que atividades do tipo configuram um excelente **primeiro estágio** de aprendizagem. Pode-se afirmar, então, a importância de se fornecer um ferramental seguro para o aluno, de modo que, depois, ele incorra em aventuras, tais como a realizada, no fragmento abaixo, em que observamos em vez de palavras, frases em função enumerativa:

Uma tragédia como essa sempre leva a intermináveis discussões sociológicas e **antropológicas**. **Haverá** os que associarão o assassino ao extremismo islâmico, e se acusará o preconceito da **tese**. **Haverá** os que o associarão a uma certa “cultura” americana de assassinatos em **série**. **E haverá** também os ligeiros que apontarão o objeto inanimado, a arma, como responsável pela triste ocorrência (como se ela disparasse sozinha). Mas a verdade é uma só (...) (O Globo, 8/04/2011, carta dos leitores, p. 8)

Ou, neste outro, com frases curtas, transcritas do discurso oral:

Porque não é mesmo. Quando a gente fala em reforma agrária, pensa em fartura. Mas o que a gente vê é outra coisa: “faltura”. Falta tudo: crédito, habitação, casa digna, escola, posto de saúde, água, estrada. Se a gente tivesse incentivo, como os usineiros, a coisa seria muito diferente. Quase ninguém teve financiamento por aqui, mesmo assim está plantando. Somos nós que garantimos a feira do município vizinho com nossos produtos. Acho que os assentados podem ser considerados heróis por isso (O Globo, 8/04/2011, O país, p. 3).

Frases curtas, constituídas de uma só oração, no texto escrito:

É grande o constrangimento entre os tucanos. Seus dirigentes estão à procura de um papel à altura do ex-governador José Serra. A criação do Conselho Político foi pensada com esta intenção. Mas a ideia não está empolgando (...) (O Globo, 8/04/2011, Panorama político, p. 2).

Ponto separando oração coordenada aditiva:

Esse movimento, no entanto, não é suficiente para dar maioria aos ambientalistas na discussão do relatório do deputado **Aldo Rebelo**. **Nem** deve levar a maioria, alinhada com os ruralistas, a ceder em outras questões do código (O Globo, 8/04/2011, Panorama político, p. 2).

Nessa construção, o uso do ponto antes de conectivo aditivo merece comentário. Em frases como:

- (1) A Joana varria a casa e ouvia rádio.
- (2) A Joana varria a casa, e o Pedro ouvia rádio.

Em 1, os dois verbos das duas orações têm sujeito de idêntico referente, o segundo deles subentendido e representado pela desinência verbal. Segundo a tradição escolar a vírgula antes do “e”, em (1), não é **permitida**, e trata-se de regra válida. Já no exemplo (2), como os referentes dos sujeitos são diferentes, a vírgula é facultativa. Em (1), se esperaria que não se admitisse o ponto antes do “e”, já que nem a vírgula é **permitida**, porém ocorrem com frequência na mídia impressa casos equivalentes a (1) com ponto antes do conectivo. Não só com “e”, mas também com “nem”, como exemplificado. Isso acontece pelo fato de que tanto em (1) quanto em (2), o conectivo tem função interoracional, o que nos permite a seguinte generalização: **conectivo coordenativo de função interoracional, seja aditivo, alternativo, explicativo, conclusivo ou adversativo, mesmo que ligando orações de sujeitos com idênticos referentes, sempre pode ser precedido de ponto**. Quanto à interdição de vírgula no caso (1), podemos interpretá-la como uma convenção perfeitamente tolerável das regras pontuatórias da gramática escolar, ou seja, o melhor a fazer é manter a interdição, embora reconhecendo nela certa incoerência.

Diríamos que no contexto (1) o ponto é admissível, **argumentando com o uso observável no português formal real da atualidade**, e que a vírgula, nesse mesmo contexto, é inaceitável, **porque a tradição escolar assim prescreve**. O quadro é o *status quo* atual da língua e seu ensino.

Alguma opção fazemos como professores: ou a de aceitar o ponto e rejeitar a vírgula, mantendo o *status quo*, ou a de aceitar ambos os sinais, ou ainda a de rejeitar ambos. As duas últimas são as mais coerentes, mas a primeira tumultua menos, e a baixo custo, já que se trata de uma incoerência didaticamente inofensiva. Ficaríamos, portanto, com a primeira.

O exame das possibilidades de pontuação em textos da mídia impressa serve de parâmetro para o uso real da língua, auxiliando o trabalho na sala de aula. No gênero textual redação escolar, em que os textos não são tão curtos quanto os ilustrados anteriormente, é aconselhável alertar os alunos sobre a possibilidade de sua produção tornar-se estilisticamente “ruim”, se houver excesso de frases curtas. A bem dizer, não só nesse gênero, pois a escrita requer equilíbrio de ações, isto é, o tipo de estrutura utilizada deve contar com variações, que proporcionem uma leitura fluida, não cansativa. Aqui não se propõe regra rígida. O professor deve fazer um trabalho de sensibilização com o aluno, para quando é ou não adequada a frase curta, bem como a longa, exercitando sua reescritura.

Um ensino produtivo acerca do fenômeno linguístico, numa visão heterogênea e dinâmica, deve propiciar análise de diferentes gêneros textuais, de modo a exercitar nuances de frase, uma vez que a língua se encontra em perene elaboração, sendo sua estrutura atualizada a cada ato enunciativo. No texto de Marina Colasanti, por exemplo, frases curtas e fragmentárias contribuem para o contexto da história:

Dessa vez, o sapateiro não precisou franzir o cenho nem ferir os dedos. Sapatos cortesãos era tudo o que sabia fazer. E sabia fazê-los melhor que ninguém. Em breve estariam prontos. E em breve o General os calçou. E com eles nos pés foi plantar-se com suas tropas naquele campo de batalha que havia presenciado sua desonra. Desembainhavam-se, do outro, as espadas. O General levantou o baço, dando a ordem. Os trombeteiros sopraram em seus instrumentos. As primeiras notas do toque de ataque saltaram no ar. As tropas saltaram para a frente. (1997, p. 19)

A escolha dos sinais de pontuação somente atinge plena dimensão enunciativa no interior do discurso, quando tem seu significado revelado na associação ao signo linguístico. A afirmativa de que o ponto e a vírgula delimitam e separam respectivamente, não é novidade, mas perceber que, de uma pluralidade significativa, determinados sentidos se instauram, preenchendo uma expectativa discursiva, é trabalhar a utilização dos sinais na dimensão da estruturação do texto, no âmbito sintático, com expressão na prosódia, no discurso e na semântica.

Os efeitos literários provenientes do uso dos sinais de pontuação representam exímio material para se explorarem aspectos enunciativos e discursivos, como também para aprofundar questões sintáticas, dirimindo dúvidas decorrentes do exercício da escrita. Embora o discurso configure material farto para se observar em flutuações na pontuação, o contexto é, ao mesmo tempo, fomentador e limitador das criações do escritor, pois as submete à dinâmica estrutural da língua, o que significa tratar o ensino da pontuação no plano sintático. E, em se tratando de vírgula e de ponto, especificamente, apesar de pausas, com reflexos na prosódia e no discurso, como as relações estabelecidas pelo sistema pontuatório ocorrem no nível intraoracional, interoracional e interfrástico, a frase, didaticamente, deve ser examinada sob um prisma sintático-morfológico.

Assumir esse pressuposto é perceber o próprio tratamento dispensado à pontuação pelos manuais gramaticais, que não a tratam de uma perspectiva eminentemente discursiva, comunicacional, mas de um ponto de vista basicamente gramatical, com exemplos ilustrativos das regras. O mesmo tratamento também é verificado na informática, no *Word*, em que corretor de texto do programa coloca na mesma categoria sintaxe e pontuação, ao marcar com uma linha sinuosa vermelha os casos de erros ortográficos e com uma linha verde os erros no âmbito da concordância, da regência, e da pontuação, o que demonstra que a relação é “natural” no sentido gerativista do termo.

Para a vírgula, de maneira geral, apesar de intrinsecamente significar separar, conforme já dito, outras funções subsidiárias lhe são atribuídas (entre parênteses serão colocadas algumas possibilidades): isolar (o vocativo), demarcar (o aposto), realçar (adjunto adverbial em sua ordem natural), marcar (o adjunto adverbial deslocado), substituir (o verbo), somar (numa enumeração), entre outras similares. A fim de ilustrar:

a) “A concessão alivia pequenos e médios produtores rurais, **base eleitoral petista**” (*O Globo*, 08/04/2011, Panorama político, p. 2) — vírgula demarcando aposto.

b) “Stédile disse ainda que, **somando todos os movimentos sociais que atuam na área rural**, as famílias acampadas hoje não passam de 80 mil, cerca de 400 mil pessoas” (*O Globo*, 08/04/2011, Panorama político, p. 2). — vírgula assinalando intercalação de subordinada reduzida de gerúndio.

c) “Disse isto, e **calou-se**, para ruminar o pasmo do boticário” (ASSIS, 1999, p. 17). — vírgulas de destaque.

Eminentemente de função separadora, a vírgula tem, no interior do discurso, importante ação delimitadora de sentidos, ao precisar e desfazer ambiguidades. Em, “*O professor conversou com o rapaz nervoso*”, há ambiguidade decorrente do adjetivo “nervoso”,

que tanto se refere a “professor” quanto a “aluno”. Uma vírgula depois de “rapaz” (entre outras possibilidades) precisaria um sentido. Já em “*Se o homem soubesse o valor que tem a mulher andaria ansiosamente a sua procura*”, a vírgula depois de “tem” gera um sentido e após “mulher”, outro. Em algumas frases, a vírgula atribui um significado ao que em princípio não tem sentido: “*Maria quando toma banho quente sua mãe diz ela prefiro banho frio*”. Esta frase, pontuada, torna-se compreensível: “*Maria, quando toma banho, sua mãe diz ‘quente’, ela, ‘prefiro banho frio’*”. Quem não conhece o exemplo “*Deixo os meus bens a minha irmã não ao meu sobrinho jamais será paga a conta do alfaiate*”, em que, dependendo da pontuação, os bens ora ficam para a irmã, ora para o sobrinho, ora para pagar a conta do alfaiate? Enfim, são inúmeros casos que, somente no interior do discurso, se definem.

Em virtude de seu aspecto polissêmico, a vírgula é dos sinais o de mais difícil utilização, haja vista as muitas possibilidades de uso, no interior das orações ou entre elas, acarretando erro, tornando as frases malformadas em termos estilísticos, ou ainda, denotando escolha do escritor, como a seguir:

Assim, apontou com especialidade alguns personagens célebres, **Sócrates**, que tinha um demônio familiar, **Pascal**, que via um abismo à esquerda, **Maomé**, **Caracala**, **Dominicano**, **Calígula**, etc., uma enfiada de casos e pessoas, em que de mistura vinham entidades odiosas, e **entidades** ridículas. E porque o boticário admirasse de uma tal promiscuidade (...) (ASSIS, 1999, p. 17).

Em vez de dois pontos após “célebres, já que será introduzida uma enumeração, o autor optou pela vírgula. Do mesmo modo, fez a opção por este sinal para demarcar as orações adjetivas, quando o ponto e vírgula definiria melhor os limites dos elementos enumerados. Antes do conectivo “e”, inseriu-se uma vírgula, a fim de destacar “entidades ridículas”.

Merece um comentário a opção pela vírgula de realce utilizada em “entidades ridículas”. Em termos didáticos, poderíamos dizer que a pontuação está incorreta (uma vez que separa os dois constituintes de um sujeito composto) e para tanto nos pautamos em Oliveira:

No ensino da pontuação, mais do que no de outros capítulos da gramática, não se pode ficar sob a tirania do *corpus*. O melhor a fazer é admitir com clareza que o sistema pontuatório é realmente algo artificial, à semelhança em grande parte do que acontece com a ortografia, e tratar o erro de pontuação como aquilo que OLIVEIRA, 1999 denomina incorreção em termos absolutos, ou seja, como um aspecto a ser tratado rigidamente, pelo menos na prosa formal não literária. Não é porque um autor literário pontuou de determinada maneira que teremos de admitir essa estrutura pontuatória no texto do nosso estudante. Do contrário, em nome da estilística, nos perderemos – nós e nossos alunos – num pantanal de subjetividade que só prestará desserviço ao ensino da língua. É impossível ensinar qualquer língua – nacional ou estrangeira – sem algum grau de normativismo. Ocorre apenas que esse normativismo pode ser preconceituoso e anticientífico ou atualizado e cientificamente fundamentado. (OLIVEIRA, Helênio Fonseca de. *Por que a mesma construção é erro na produção textual do aluno e recurso estilístico num texto maduro?*) **[Inédito]**.

No de literatura de cordel, verificamos a ausência da vírgula que deveria demarcar a elipse do verbo:

Certo dia, Dona Plácida
 Abriu-me seu coração
 E disse: — O meu pai era
 Da igreja o sacristão
 E **mamãe doceira** das
 Melhores da região. (NASCIMENTO, 2008, p. 41)

É importante analisar com os discentes trechos como esse, da literatura, a fim de que possam explorar diferentes nuances advindas de pontuações não canônicas. As formas legítimas de expressão, se observadas sob o aspecto estilístico, constituem fonte inspiradora para textos criativos.

Para fechar, a fim de não nos alongarmos demais, destacaremos os clássicos casos apontados pela gramática a respeito da vírgula que:

a) precisa se o termo é sujeito ou vocativo:

- *Claudia come.*
- *Claudia, come!*

b) restringe sentido nas orações subordinadas adjetivas restritivas:

- *As terras que são improdutivas serão desapropriadas.*

c) ou generaliza, nas orações subordinadas adjetivas explicativas:

- *As terras, que são improdutivas, serão desapropriadas.*

Pretendeu-se com os exemplos, salientar como a vírgula é importante na organização discursiva. O discente deve atentar à sua utilização de modo a que não ocorram rupturas ou interrupções excessivas. Cumpre-lhe monitorar a interação no discurso em termos de sequencialização, a fim de trabalhar coerentemente as fronteiras e definir segmentos em continuidade ou não.

Para evitar certa complexidade no ensino da pontuação em virtude da quantidade de regras, é bem-vinda, no início da aprendizagem, a apresentação de “regras abrangentes”, com as particularidades trabalhadas de forma gradativa. Começamos, então, pelas regras “proibitivas” e pela pontuação interoracional, no caso, numa visão macro para micro. Não abordaremos aqui a pontuação intraoracional para não nos desvirtuarmos do foco da pesquisa.

Como solução didática, o melhor a fazer é estabelecer que “mais de uma oração, separa-se por algum sinal de pontuação”, sem deixar de mencionar que há casos específicos em que vírgula e ponto (atendo-nos a nossa pesquisa) entre outros sinais são proibidos.

Em relação ao uso da vírgula, pode-se dizer que há dois tipos de regras. Aquela que determina o seu emprego e a que o interdita. A interdição da vírgula antes do nominalizador “que” enquadra-se no segundo caso. Ocorre, porém, que existe um PRINCÍPIO GERAL, segundo o qual, quando uma regra do primeiro tipo conflita com uma do segundo, prevalece a do primeiro. Isso explica casos como: “*Ele disse, minha filha, que não viria hoje*”, “*Disse o senhor João da Silva, prefeito da nossa cidade, que pretende inaugurar a escola na próxima semana*”, Esse princípio geral explicará também a vírgula antes de um “e”, ligando orações de sujeito de idênticos referentes como em: “*Nicolle fazia almoço, meu caro amigo, e ao mesmo tempo dançava ouvindo música*”.

No que diz respeito ao ponto e à vírgula, há certa diferença se as orações são sindéticas ou assindéticas. Na estrutura coordenada assindética, cujas orações estão em justaposição, dependendo da situação, utiliza-se tanto um quanto outro sinal. No caso a seguir, como os predicados relativos a “projetos”, sintagma nominal em função de sujeito, estão enumerados, a vírgula é o sinal indicado: “Os projetos educativos trazem a vida real para a sala de aula, envolvem mais as crianças nas atividades, são a melhor forma de trabalhar”. Pode-se tecer um paralelo com a enumeração de palavras, em que a vírgula é utilizada: “As crianças necessitam de amor, orientação e educação escolar”.

O ponto entre orações assindéticas vai depender da frase e de sua extensão. Quando os sujeitos, porém, são distintos, é bastante comum sua utilização, a exemplo de: “A presidente Dilma Rousseff retomou ontem as discussões sobre a reforma ministerial em conversa com o ex-presidente Lula. Os dois se reuniram por cerca de três horas no escritório da presidência em São Paulo” (*O Globo*, 13/01/2012, p.11). Cabe ressaltar que nem sempre a utilização do ponto entre as assindéticas configura o melhor recurso, pois o texto pode perder a fluidez.

A noção de independência defendida como inerente às orações coordenadas revela-se um conceito confuso para o aluno, se não lhe for explicitado tratar-se de uma independência sintática, uma vez que no plano semântico os constituintes estão intimamente correlacionados. Vejamos, “O problema não é brincar, mas fazer da brincadeira o objetivo de uma atividade desenvolvida em sala de aula” (*Nova escola*, abril, 2011, p. 16). O conectivo sinaliza o tipo de oração, mas as duas orações estão semanticamente imbricadas, uma vez que a segunda se contrapõe à primeira, dificultando falar em orações semanticamente independentes. Continua sendo, no entanto, verdade que elas apresentam independência sintática.

Perini (2007, p. 136) considera as orações coordenadas como *membros coordenados* da oração maior: “**Maria saiu e João foi fazer compras**”. A primeira e a segunda orações seriam membros coordenados de um terceiro constituinte, composto pelas duas orações. Analisando dessa maneira, dissipa-se a confusão gerada pela interpretação que coloca as orações em relação de “independência”, pois, na verdade, estariam a primeira e a segunda orações subordinadas à terceira “**Maria saiu e João foi fazer compras**”, já que a relação de subordinação existe entre parte e todo. “Maria saiu e João foi fazer compras” é um todo do qual fazem parte os constituintes “Maria ficou em casa”, a conjunção “e” e “João foi fazer compras”, do mesmo modo como “A Daniela sabe que o Bruno digitou o trabalho” é um todo do qual fazem parte os constituintes “A Daniela sabe”, o nominalizador “que” e “o Bruno digitou o trabalho”. Conforme esse ponto de vista, não se falaria de coordenação sem subordinação.

Ainda em relação ao exemplo, poderia o autor optar pela utilização da vírgula e não do conectivo, conforme já abordado: “*Maria saiu, João foi fazer compras*”. No caso, a vírgula adquire valor de “mais” (aditivo), equivalendo a um “e”.

Em relação à adição de orações, Bechara (2000, p. 476) discute as nuances do conectivo “e”, que, apesar de determinante, na esfera gramatical, para classificar a oração como aditiva, no que diz respeito à interpretação pode adquirir outros significados. Essa interpretação, contudo, segundo o autor, não advém da “relação sintática existente, mas da nossa experiência de mundo”, o que implica a separação entre o aspecto formal e o semântico.

Em se tratando de subordinadas, um processo de dependência entre as orações se instaura, o que nos leva a trabalhar com o conceito de **oração complexa**, em que uma relação de hierarquia se estabelece, isto é, “a unidade subordinada vem contida numa unidade maior” (AZEREDO, 2008, p. 294). Desse modo, a oração complexa funciona como um conjunto, do qual a(s) subordinada(s) é subconjunto. A hierarquização fez com que alguns estudiosos do assunto adotassem a terminologia de **oração principal**, como Garcia (1995) e Rocha Lima (1992) entre outros, não assumida, todavia, por todos, devido às implicações semânticas indesejáveis, nem sempre compatíveis com tal nomenclatura. É até curioso o fato de que a Nomenclatura Gramatical Portuguesa “não acolheu o termo **oração principal**, preferindo **oração subordinante**” a fim de evitar confusão (HENRIQUES, 2008, p. 108). Na frase, “É certo que o período das cheias já começou”, durante muito tempo, considerou-se como oração principal “é certo”. Esse tipo de análise traz duas complicações, porque “é certo” não é uma oração, mas um fragmento. Para alguns autores, como Perini (2007), a oração principal se

constitui pela frase toda, da qual a subordinada sem o “que” é parte. Como nosso foco é o ensino, adotaremos a terminologia oração complexa e não oração principal.

A pontuação das subordinadas é peculiar a cada uma delas. No tocante às chamadas “orações substantivas”, por exemplo, não são em princípio separadas por sinais de pontuação (cf. PRINCÍPIO GERAL descrito acima), já que as “orações” correspondem ao sujeito, aos complementos verbais, ao complemento nominal etc. O aluno percebe a relação intrínseca que se estabelece entre os termos. Sem dúvida, a extensão das frases também auxilia o processo de pontuação, mas, mesmo assim, não é frequente o erro de inserir vírgula entre as orações. Apesar de essa teoria ser tão arraigada na intuição de qualquer falante, há na literatura casos que aparentemente a contrariam, como:

Depois disse que seu nome era Eun-gyu e que seu irmão mais velho era Kum-gyu. **Que** seu pai lhes dera nomes contendo as palavras prata e ouro, na esperança de que ganhassem dinheiro e levassem vida de rico. **Que** ele o chamava de Cofre de Prata e seu irmão de Cofre de Ouro. **Que** talvez por causa disso, o Cofre de Ouro, vivia um pouquinho melhor do que você, o Cofre de Prata. (SHIN, 2011, p.195)

As orações com o conectivo destacado, apesar de “subordinadas substantivas”, estão em processo enumerativo aditivo, o que justificaria o uso do ponto, embora tenham o mesmo referente (ver item 5.4.1). Construções assim (*Monique disse que faria o exercício e que sairia*) correspondem a um processo coordenativo entre orações subordinadas, tratando-se, como diz Bechara de orações equipolentes (2001, p. 158). Já Perini (2007, p. 137) avalia “que faria o exercício” e “que sairia” como duas orações coordenadas articuladas a uma oração maior, subordinada, “*que faria o exercício e que sairia*”, parte da oração complexa “*Monique disse que faria o exercício e sairia*”. Enfim, quer em uma teoria, quer em outra, o ponto verifica-se como possibilidade em virtude da estrutura coordenativa das orações.

A dificuldade maior do ensino da pontuação reside nas orações adverbiais e nas adjetivas. Estas, apesar de objeto de estudo em sala de aula, pouquíssimos alunos, quando escrevem, percebem a diferença de sentido ocasionada pela presença ou ausência da vírgula, o que exige exercícios específicos para solucionar ou, ao menos, amenizar o problema. Quando as frases têm maior extensão, é comum a utilização de apenas uma vírgula, com justificativa prosódica, acarretando muitas vezes a separação do sujeito e do predicado: “*O funcionário que sabe o valor do seu trabalho para a organização e a importância das tarefas realizadas, se empenhará com mais eficiência*”. Além disso, o aluno também não percebe que a ausência de vírgula após “realizadas” restringiria a informação, não se referindo a todo e qualquer funcionário, mas só aos que sabem “o valor do seu trabalho”. O erro é motivado por um

fenômeno prosódico: quando em português, um constituinte da frase fica entre pausas, a perceptibilidade da segunda é maior que da primeira.

Nas orações subordinadas adverbiais, a regra é praticamente igual à dos advérbios. Se a oração estiver no fim da oração complexa da qual faz parte, a vírgula poderá ou não ser utilizada; se, no início, será obrigatório o uso da vírgula. “*Embora estivesse cansada, ajudaria nos serviços da casa*”; “*Ajudaria nos serviços da casa, embora estivesse cansada*” (a primeira vírgula é obrigatória e a segunda é facultativa). Aqui também a regra geral é bem-vinda, visto que inserir a vírgula em qualquer das situações não compromete o sentido da frase.

No início de qualquer aprendizado é interessante reduzir a possibilidade de opções sem, contudo, omiti-las do aluno, quando forem de uso prático. Conforme Oliveira,

(...) em qualquer hipótese, com ou sem a preocupação da aplicabilidade, vamos ter de selecionar noções, porque o sistema de uma língua é um mecanismo tão complexo, que nunca o descreveríamos em toda a sua totalidade no ensino escolar. Sendo assim, que se privilegiem as noções de maior aplicabilidade prática (2005, p. 82).

O professor deve ter bom senso sobre a teoria gramatical, a fim de não tornar o aprendizado da língua maçante. O ensino de muitas regras leva o aluno a olhar a disciplina Língua Portuguesa como enfadonha, cheia de exceções, em que tudo é relativo. Se o objetivo do aprendizado da língua é fazer com que o aluno entenda a sua natureza, para que ele a utilize de forma minimamente adequada, devem-se privilegiar informações que se adaptem a situações reais de uso. Casos específicos podem ser abordados, de modo gradativo, se surgirem situações que requisitem tal ensinamento.

3 PONTUAÇÃO: UMA QUESTÃO PROSÓDICA, SINTÁTICA, DISCURSIVA E SEMÂNTICA

Os estudos sobre pontuação refletem sua plurifuncionalidade e, entre suas funções, algumas são consideradas de mais forte relevância que outras, sem haver opinião consensual entre estudiosos. Ao destacarem a entoação e o aspecto rítmico, associam o sistema pontuatório à fala, mas, de maneira geral, ressalta-se o fato de a representarem de forma “imperfeita”. Quando o sentido, porém, é enfatizado, a inteligibilidade se mostra a característica mais importante dos sinais, conforme observamos nas frases: (1) “*Ela caminhava pela rua silenciosa*”, (2) “*Ela caminhava pela rua, silenciosa*”, em que a vírgula é responsável pelo significado. É a pontuação, por exemplo, que determina a forma de leitura das frases:

- “Ele já chegou.” (curva melódica descendente)
- “Ele já chegou?” (curva melódica ascendente)

Sob uma perspectiva funcional, tanto a pontuação quanto a entoação respondem pelo aspecto significativo das frases, havendo entre as duas correspondência ou assimetria, dependendo do tipo de sinal. Assim, para ilustrar, um ponto indicativo de pausa conclusa demanda a realização de uma pausa, proferida de forma mais ou menos longa, dependendo do leitor; a vírgula, entretanto, nem sempre será demarcada. No último caso, a pausa, realizada, ainda mantém vínculo bastante estreito com respiração; não sendo o único fator decisivo para sua efetivação, uma vez que também está sujeita ao gosto pessoal do leitor. Já um sinal como o ponto de interrogação, por exemplo, exige leitura ascendente. Quando a pergunta é longa e o sinal encontra-se distante, muitas vezes o leitor é obrigado a retornar à leitura, a fim de refazer a modulação da frase, de modo a imprimir-lhe sentido adequado. A leitura das aspas, significando ironia, difícil de ser modulada, obriga aquele que lê em voz alta para uma plateia a indicar de alguma forma esta intenção, seja por intermédio de gesto ou de explicitação.

De modo geral, os sinais apresentam correspondente prosódico, fazem transparecer a intenção subjacente de marcar a modulação da leitura, representando a inflexão da voz, mas mesmo um sinal como a vírgula, por exemplo, com relevante função na organização do texto, nem sempre interfere no modo de ler um texto. O ritmo da leitura dependerá do leitor, havendo sinais que, em razão desse ritmo, não correspondem a pausas, bem como pausas não representadas na escrita. Não há dúvida de que um texto lido com as inflexões de suas pausas permite ao ouvinte organizar informações, enquanto que uma leitura rápida, mesmo com as

palavras bem pronunciadas, dependendo das interferências externas, pode dificultar a compreensão, captando o ouvinte apenas alguns fragmentos.

Há textos em que a pontuação delimita uma interferência do narrador, firmando uma aproximação do leitor, ao transparecer sua opinião acerca do tema em questão: “O que por agora importa saber é que Virgília — chamava-se Virgília — entrou na alcova (...)” (ASSIS, 1994, p.12); “E depois — cogitações de enfermo — dado que chegássemos ao fim indicado (...)” (idem, p.15). Os sinais têm papel primordial, ao estabelecer interação entre narrador e leitor, instituindo uma intimidade. Sua leitura deve-se realizar com uma modulação diferente, de modo que o ouvinte perceba a presença dessa opinião, diferenciando-a da trama narrativa. Situações do tipo, muito frequente nos textos de Machado, demarcam dois atos de fala distintos, produzidos pelo mesmo enunciário. O fragmento sinalizado pela pontuação denota uma apreciação acerca do que está dito no contexto enunciativo. No exemplo a seguir, retirado do jornal, da seção “Dos leitores”, embora não haja um diálogo com o leitor, o autor deixa transparecer sua indignação não só por intermédio da exclamação, como pelo próprio advérbio, que, ao ser colocado entre travessões, transparece “uma voz interior” que se sobrepõe à do próprio ato de fala da carta: “O andamento do processo proposto contra os mensaleiros depende do voto do ministro relator, o esforçado Joaquim Barbosa, o qual não consegue — nunca! — concluir seu voto” (*O Globo*, 15/12/2011, p.8).

Assim como os travessões, o parêntese, nos fragmentos, desempenha igual função: (1) “*Onde estaria ele na hora do crime? (Será que devo dizer?)*”; (2) “*Entregou o governo com uma inflação mensal (é mensal mesmo, leitor), em março de 1990, de 84%*” (*O Globo*, 29/11/11, p.6). O aspecto prosódico da pontuação, nos exemplos, também exige que a leitura dos segmentos intercalados seja feita com uma entoação diferenciada.

Como signos enunciativos, tais sinais — vírgula, parêntese, travessão —, apesar de utilizados em um mesmo contexto, têm objetivos distintos; em situações em que configuram dois atos de fala de um mesmo enunciador ou em circunstâncias polifônicas, para haver o destaque da voz do enunciador, verifica-se frequência absoluta dos dois últimos. Catach (1980, p. 22) aponta a dupla vírgula também com função enunciativa, afirmando que por muito tempo a vírgula junto com o ponto bastava para introduzir o discurso direto ou uma citação. Nos casos, a voz do outro está explícita. Acreditamos que a preferência por sinais como parêntese e travessão, na mídia impressa atual, ocorra em razão de a vírgula não demarcar a voz do autor ou não fazer transparecer o trecho em que a opinião do autor se torna mais explícita, como no exemplo acima, retirado do jornal *O Globo* “— nunca! —”.

Como a vírgula tem outros usos, ela se perde nessa função, enquanto os outros dois sinais favorecem a inteligibilidade do texto. Basta observar os discursos indiretos, em que a delimitação é feita pela vírgula, sem prejuízo da compreensão, pois os verbos *dicendi*, como visto no texto de Saramago, são os responsáveis pela delimitação das diferentes vozes. Já no indireto livre, há um cuidado em não demarcar o discurso polifônico por intermédio da pontuação, dificultando intencionalmente a percepção do leitor. Observemos:

Seu Tomé da bolandeira falava bem, estragava os olhos em cima de jornais e livros, mas não sabia mandar: pedia. Esquisitice de um homem remediado ser cortês. Até o povo censurava aquelas maneiras. Mas todos obedeciam a ele. *Ah! Quem disse que não obedeciam?* (grifo nosso, RAMOS, 1977, p.22)

A parte em itálico é uma reflexão do personagem e não do narrador. A pontuação, contudo, não deixa claro a quem pertence a voz. Talvez por isso discursos assim tenham ficado restritos praticamente ao domínio discursivo literário.

Agindo de modo normativo, com objetivo claramente didático, pode o professor indicar, para demarcar a intercalação de elementos longos, o travessão ou o parêntese; se curto, a vírgula ou um dos anteriores (caso haja uma intenção subjacente de destacar ou fornecer uma informação a mais, respectivamente). Caso a sequência contenha em seu interior uma ou mais vírgulas, o melhor a se utilizar é o parêntese ou o travessão, pois a vírgula não destacaria o constituinte intercalado. As sugestões não constituem regras fixas, já que situações diversas contrariam o que se propõe aqui. Em sala de aula, no entanto, é conveniente instituir quais sinais devem ser utilizados em determinadas situações, de modo a fornecer um contingente teórico em que o aluno se apoie. Há quem diga que isso é perigoso, pois o estudante estaria à mercê do gosto pessoal do professor, entretanto, se as indicações são corretas, não há nenhum mal, desde que se comente, a existência de outras formas de pontuação.

Atualmente, na mídia impressa, por exemplo, observamos que, enquanto o travessão se presta ao destaque de informações, o parêntese tem sido bastante utilizado em situações de identificação de valores, siglas, pessoas e lugares, além de servir como indicador de termos explicativos: “O conceito de que os valores defendidos (capitalismo e democracia) são universais e exportáveis...” (*O Globo*, 27/11/11, p.6). Diferentemente, no texto literário, pode o autor explorar as regras, infringindo, muitas vezes, o prescrito pela gramática normativa de modo a obter efeito estilístico. Assim, verificamos pelas palavras de Mário de Andrade a seu amigo Manuel Bandeira:

Examina a pontuação que adotei atualmente. O mínimo de vírgulas possível. A vírgula a maior parte das vezes, sabes, é preconceito de gramático. Uso dela só quando sua ausência prejudica a clareza do discurso, ou como descanso rítmico expressivo. Também abandonei a pontuação em certos lugares onde as frases se amontoam polifônicas (*apud* OLIVEIRA, 1996, p.42).

O texto jornalístico e o literário são sempre boas fontes de consulta para a sala de aula, servindo como objeto de estudo de outras formas de pontuação que rompem com a construção canônica, desvelando a pontuação como um dos recursos discursivos a serviço do objetivo do autor.

Retomando à questão da relação entre discurso oral e pontuação, muitos discentes, ao pontuarem um texto, guiam-se pela sonoridade da língua, utilizando o aspecto prosódico como norteador da escrita, em vez do critério gramatical. Isso acarreta, às vezes, pontuações inadequadas, como o uso de vírgula entre o predicado e o sujeito, quando este é longo, prática que, aliás, gramáticas antigas toleravam. De acordo com Câmara Jr, “a apresentação do vocábulo na escrita se faz pelo critério formal” (1978, p.69), ou seja, os limites das palavras são definidos pelos espaços em branco deixados entre elas. Todavia, na cadeia sonora, como não existe marca que indique tal limitação, muitos segmentos são proferidos num único grupo prosódico, o que faz, por exemplo, com que crianças, em início do aprendizado da língua escrita, escrevam-nos como uma única palavra: <acasa> <depaulo>. Neste grupo prosódico (ou grupo de força, segundo Mattoso), há dois vocábulos fonológicos, redigidos como duas palavras, em virtude de o monossílabo átono apoiar-se na tonicidade da palavra seguinte. Fatos assim são causa de vários erros de ortografia: “porisso”, “derrepente”, “medeu” etc. Didaticamente, seria aconselhável talvez ensinar que não se põe vírgula entre o sujeito e o predicado, sem exceção, o que pouparia esforço de memorização do aluno. Outro exemplo (entre muitos): alguns usuários da língua escrita têm o hábito de sistematicamente usar vírgula depois da conjunção *que* integrante, o que faz suspeitar que na fala façam pausa nesse contexto, talvez a serviço da ênfase, o que não significa que tais pausas existam em todas as regiões de língua portuguesa, em todas as faixas etárias, grupos profissionais etc. Uma pontuação baseada, portanto, apenas no aspecto prosódico da língua seria excessivamente complexa e pedagogicamente inviável.

Por vezes, é possível identificar tentativas de exprimir na escrita aspectos emotivos da comunicação oral, nem sempre fáceis de transposição para o papel, a qual não conta com recursos, como gestos, olhares, sutilezas entoacionais etc. Para tanto, o recurso utilizado é a combinação ou repetição de sinais — *!?! , ?! , ???* etc. — reveladores da tentativa de sugerir

sentidos que ultrapassem as palavras. Há que se ressaltar, no entanto, não serem esses aspectos prosódicos aceitáveis na prosa formal não literária.

Ao enfocarmos a relação entre pontuação e oralidade, levamos em consideração a diferença entre a leitura em voz alta e a fala distensa, ato de linguagem do cotidiano. A prosódia entre os dois atos de linguagem é diferente, uma vez que as pessoas não leem como falam. Ao ler em voz alta, o leitor tem na sintaxe da frase e nos sinais uma espécie de guia para o ritmo do texto, com reflexos na leitura, mais acelerada ou pausada, em virtude de regras que admitem facultatividade. Deverá, portanto, o leitor conhecer a funcionalidade dos sinais de pontuação, a fim de apreender os sentidos das linhas e das entrelinhas. Por outro lado, um texto sem qualquer sinal de pontuação tenderá a se segmentar conforme a prosódia da língua falada e, por não haver justa simetria entre as duas modalidades, a leitura se dará entre idas e vindas, num ato custoso de reestabelecimento de sentido.

O modo como um texto é lido influencia diretamente seu ouvinte, na medida em que um texto lido sem pausas, de forma monocórdia, além de prejudicar o entendimento, muitas vezes, faz com que a atenção se dilua. Em casos de tradução simultânea, por exemplo, em que o tradutor deve obedecer ao ritmo do palestrante, o ouvinte pode sentir dificuldade em construir sentido, dependendo do conteúdo da palestra, mesmo com a fala em sua própria língua.

Em outras situações, como diálogo ou fala de improviso, as pausas se realizam sem que exista um cuidado prévio e consciente de sua demarcação. Neste tipo de código, quem toma a palavra tem sempre a possibilidade de reformular o enunciado, de modo a desfazer um mal entendido e atingir seu objetivo. As pausas, portanto, se inadequadas, ajustam-se em tempo real. É um ato de linguagem repleto de hesitações, repetições, redundância, em que as pausas estão diretamente relacionadas ao estado emocional do locutor e à própria situação de fala. O código oral e o escrito, por se constituírem em diferentes recursos de expressão, regem-se por regras próprias, que se traduzem em diferenças de sentido, embora haja a projeção de um no outro em determinados momentos, pelo fato de a pontuação estar na área de confluência entre a prosódia e a sintaxe.

Percebemos a projeção quando redigimos. Ao fazermos a autocorreção, muitas vezes, recorreremos a aspectos suprasegmentais presentes na leitura em voz alta, a fim de, por intermédio da sonoridade da frase — ritmo, entoação, linha melódica — percebermos a harmonia do texto e apararmos as arestas da imperfeição. A escuta existe também internamente, conforme Chafe (1987, p. 397), e quanto mais experiente o redator, melhor a percepção dos aspectos. Essa maturidade revela-se crucial nos casos de topicalização. Se

considerarmos que o escritor, no ato de redigir, é também um ouvinte, que “escuta” uma voz interior que lhe “fala” e lhe permite experimentar uma “imagem auditiva” dos ritmos, acentos e pausas, ele poderá inadvertidamente inserir sinal de pontuação onde não existe. A escuta pode induzi-lo a realizações pontuatórias inadequadas, que traduzem formas pessoais de leitura, como o caso, já ilustrado, da vírgula entre o sujeito e o predicado. Como a escrita é um ato ao mesmo tempo de reescritura, o autor, atento às possíveis armadilhas de sua voz interior, saberá como evitá-las ou corrigi-las. Podemos afirmar, então, que a pontuação, em certa medida, é um retrato da escuta do autor (*idem*, p. 396).

Se compararmos o aspecto prosódico da leitura em voz alta com a pontuação de um texto, verificaremos que há momentos em que eles coincidem ou não, o que ocorre porque a construção da forma escrita e a da oral são diferentes. Há casos em que o excesso de vírgulas, por exemplo, rompe a cadência da frase, em outros, a ausência de pontuação obriga ao leitor realizar pausas para tornar a leitura mais confortável. De acordo com Chafe (1988), o falante tende a proferir blocos entoativos com mesma unidade de extensão, o que reafirma a funcionalidade dos sinais de pontuação como sinalizadores da leitura e não uma “camisa de força”. Apesar de o autor centrar seu estudo na língua inglesa, acreditamos que seu comentário valha também para o português, podendo, talvez, ser considerado até certo ponto universal. Quando a leitura é silenciosa, a possibilidade de a entoação coincidir com as pausas realizadas na escrita é maior, pois o leitor tem mais tempo para processar a informação do que quando se exige que leia em voz alta.

Em outras palavras, a relação entre prosódia e pontuação não é biunívoca, o que fica ainda mais claro se considerarmos o sistema pontuatório inerente a todas as línguas que utilizam o alfabeto latino (GLEASON, *apud* ROSA, 1994, p. 26). No caso, não podemos falar da medida exata relativa à sua prosódia, uma vez que cada uma delas tem um ritmo frasal que lhe é peculiar. É perfeitamente plausível uma variação no que diz respeito às regras de uso, pois a pontuação se sujeita às características próprias de cada língua. Mesmo assim, grande parte das regras vale para todos ou quase todos os idiomas que utilizam tal alfabeto, o que as caracteriza, até certo ponto, como universais.

A diferenciação entre pontuação e fala também se identifica em textos de épocas distintas, em estilos diversos. No português atual, pode-se verificar – na prosa de ficção e em alguns gêneros textuais por ela influenciados – uma predileção por frases curtas, coordenadas. As orações complexas dão lugar às simples, para realçar determinadas sequências discursivas, recurso impensável numa pontuação mais tradicional. Essa maneira mais hodierna de pontuar contrasta com o estilo “caudaloso” da ficção de outras épocas, de estrutura frequentemente

subordinativa, “característica marcante do classicismo e de certa fase do romantismo” (GARCIA, 1995, p. 105). Nota-se que a inovação no uso dos sinais chega à sintaxe da frase, caracterizando um novo estilo, em que concisão e clareza acompanham a rapidez da informação, significando economia de tempo. A pontuação, portanto, também segue, assim como a própria estrutura da língua, as tendências de época.

É precisamente por existirem diferentes ritmos de fala que se torna inevitável, na gramática escolar, incluir regras facultativas de pontuação (OLIVEIRA, 2010), o que se dá em razão de sua essência plurifuncional. Muitas vezes, a regra não é facultativa, mas o tipo de contexto, mídia impressa, por exemplo, em nome de uma “clareza visual”, pode “infringi-la”, sem que isso seja condenado, como o caso do uso da vírgula na indicação de adjuntos adverbiais deslocados: “Mas *nos últimos anos* tem havido uma crescente politização da ajuda humanitária...” (*O Globo*, 1/12/11, p.37). Conforme a gramática escolar, é facultativo colocar o adjunto adverbial entre vírgulas e, quando deslocado para o meio ou o início da frase, a vírgula é aconselhável, sobretudo se ele for longo (os conceitos de “longo” e “curto” ficam por conta da intuição de quem escreve): “*Nas ruas do país*, a notícia foi acolhida com uma mistura de alegria...” (*O Globo*, 1/12/11, p. 37).

Há situações em que, dependendo da intenção comunicativa, mais de um sinal pode ser utilizado numa mesma situação enunciativa, como:

- a) ponto e vírgula no lugar da vírgula: “— Não — respondeu ele estremecendo —; não; admiro o esplendor da noite. Veja; está celestial!” (ASSIS, 1994, p.34).
- b) ponto no lugar da vírgula: “Naturalmente haveria que se providenciar o estudo das condições de adequação do aeródromo para uso civil, com os investimentos para tanto necessários. Mas certamente valeria a pena” (*O Globo*, 1/12/11, p.7).
- c) ponto e vírgula no lugar dos dois-pontos: “Entro na primeira loja que tinha à mão; era um cubículo — pouco mais — empoeirado e escuro” (ASSIS, 1994, p.53).

Existe também a possibilidade de se omitir uma conjunção em prol de um sinal de pontuação:

- a) dois-pontos em vez da conjunção causal: “O capitão perguntou-me se tivera medo, se estivera em risco, se não achara sublime o espetáculo: tudo isso com um interesse de amigo” (ASSIS, 1994, p.35).
- b) ou, mais raramente, ponto e vírgula em vez de conjunção causal: “Renunciei tudo; tinha o espírito atônito” (ASSIS, 1994, p.42).

Enfim, cada situação, de modo particular, definirá o sinal utilizado, resultando dessa escolha nuances de significado, assim como, há outras em que é indiferente sua utilização, caso do vocativo utilizado nas cartas empresariais, em que se admitem vírgula, dois pontos, ponto, ou até mesmo nada (CUNHA e CINTRA, 1985, p. 637).

A pontuação é, por assim dizer, uma das responsáveis pela estruturação do texto, situa-se no entremeio da organização das informações advindas do pensamento, e da própria circunstância comunicativa — o contexto. É, conseqüentemente, fator de planejamento do processo da escritura, revelando, à semelhança dos modalizadores, posições do escritor, favorecendo a reflexão de seu leitor. Conforme Chafe (1988, p. 399), um dos grandes méritos de um escritor experiente é transferir para seu texto a entoação de unidades da língua oral por intermédio da pontuação.

Apesar da forte motivação prosódica do sistema pontuatório, algumas regras da gramática escolar são convencionais, embora com uma justificativa sintática. Em relação à vírgula, por exemplo, entre os casos “proibitivos”, há a prescrição de não a inserir entre o sujeito e o predicado, entre o verbo e o complemento, entre o objeto direto e indireto.

Observamos, todavia, que pausa separando os dois constituintes básicos da oração — sintagma nominal sujeito e sintagma verbal (predicado) —, embora incorreta para a gramática normativa, não causa estranhamento, haja vista os inúmeros casos de vírgula entre sujeito e predicado, em redações escolares, em virtude das topicalizações que aquele sofre, índice de que o aluno intui a existência de tal pausa na fala, o que evidentemente não justifica a vírgula.

Já pausas entre o verbo e o complemento, direto, indireto, relativo, circunstancial ou “complemento do predicado” (PERINI, 2007, p.82), são improváveis: “O João emprestou ↓ o livro à Alice”, “Eu obedeco ↓ ao chefe”, “Raul gosta ↓ de futebol”, “Maria mora ↓ no Ceará”, “O Rio de Janeiro é ↓ a cidade maravilhosa” (nestes exemplos, o símbolo “↓” indica pausa improvável; tudo leva a crer que, quando ocorre, trata-se do tipo de pausa que o falante faz às vezes para pensar o que vai dizer e que costuma ser preenchida por *fillers* (OLIVEIRA, 2005).

Não se justifica, portanto, admitir a vírgula num contexto em que a pausa só é possível em condições tão alheias à língua escrita. Já entre o sujeito e o predicado, como vimos, bem como entre o objeto direto e o indireto, ocorrem pausas na fala em circunstâncias “normais”, como em “O João ↓ emprestou o livro ↓ à Alice” (o símbolo “↓” desta vez significa pausa “normal” facultativa). No caso, a gramática escolar (acertadamente) opta por uma solução convencional, interditando o emprego da vírgula em contextos nos quais a pausa “normal” é possível.

A pausa entre o objeto direto e o indireto se explicaria em razão de este situar-se numa área de confluência entre termo integrante e acessório, de ser “mais acessório que o objeto direto e mais integrante que o adjunto adverbial” (OLIVEIRA, 2010). Aliás, há muito em comum entre o objeto indireto e o adjunto adverbial, inclusive a possibilidade de fazer pausa entre ele e seus “vizinhos”. Convém repetir: isso não quer dizer que o ensino escolar tenha cometido um erro em não admitir a vírgula nesse contexto.

Decorrente do modo de apreender os sinais, verifica-se que as regras “proibitivas” não recebem o mesmo tratamento na gramática escolar, que dá o mesmo peso às três “proibições”. Didaticamente, há situações em que tratar questões de língua de forma binária é mais fácil para o aluno assimilar as noções envolvidas. Como explicar a existência de graus prosódicos em relação a essas pausas? Dentro de tal ordem de ideias, o ensino escolar interdita igualmente a vírgula nas três situações. Seria pedagogicamente indesejável falar em graus de interdição.

Embora o ensino da sintaxe, e da gramática como um todo, tenha sido “combatido” com variados argumentos, durante muitos anos, como objeto de estudo nas salas de aula, não há dúvida de que seu conhecimento embasa a criação de diversos tipos de construção frasal. Se pensarmos que a pontuação situa-se na interseção da prosódia, sintaxe, semântica e discurso, a sintaxe, devido a sua própria natureza constitutiva de regras, dessas áreas, é a opção que, ao mesmo tempo que define, descarta criações que contrariem a lógica da língua. Às vezes, trechos mal pontuados ou com pontuação inusitada exigem do leitor incômodas idas e vindas. Apesar da proeminência sintática, reforçamos a necessidade da inclusão de conceitos discursivos e semânticos na descrição da língua, que se encontram presentes mesmo que de forma subjacente. A língua existe para significar conteúdos, logo a semântica está presente em todas as situações de sua utilização, a serviço de alguma função da linguagem, não necessariamente a de comunicar. O aspecto discursivo, portanto, fica onipresente (OLIVEIRA, 2007).

A área de confluência, da qual o sistema pontuatório é integrante, faz com que estudiosos do assunto ora destaquem uma função em detrimento de outra. Os estudos, todavia, não se devem analisar de forma excludente. De modo geral, há certo consenso em torno de a função primordial da pontuação facilitar a leitura e contribuir para a compreensão do texto. Esta, segundo Dahlet (1995, p. 339), até poderia ser seu aspecto básico, se a escrita significasse expressão do pensamento, isto é, o discurso pertenceria ao sujeito e os sinais gráficos consistiriam num fato de língua, a serviço da clareza do pensamento. No caso, ler estaria circunscrito a decodificar, na medida em que o texto apresentaria apenas um sentido. A

pontuação, portanto, teria papel de mero acessório, o que garantiria a transmissão da mensagem. Se considerarmos a língua como instrumento de comunicação e o sujeito determinado pelo sistema (KOCH, 2002, p. 17), o texto se configurará como produto codificado, cabendo ao leitor também uma atuação passiva, uma vez que, com acesso ao código linguístico, sua tarefa se limitaria a decifrá-lo. Se pensarmos, entretanto, a pontuação como partícipe do ato enunciativo, podem seus sinais submeter-se a todas as funções, sem regularidade de apenas uma delas, sem que se conceba plenitude de uma única função. Valores prosódicos, estilísticos, sintáticos e semânticos harmonizam-se em torno de um objetivo único, o texto.

Se escrever é inscrever-se como enunciador, o sentido do texto não estaria neste ou naquele ponto, mas na soma de todos, numa espécie de completude, fazendo do texto um tecido, em que nenhum fio pode estar solto, sob pena de sua descaracterização. Na medida em que a escrita requer organização do pensamento, está a pontuação – em alguns momentos mais que em outros – associada à sintaxe e/ou à prosódia, podendo também subordinar-se às necessidades discursivas do enunciador, submetendo-se às circunstâncias do discurso, à relação contratual, aos efeitos de sentido almejados.

Os sinais de pontuação, vistos como constituintes da cadeia gráfica, não podem ser considerados elementos acessórios, como talvez pareça ao leigo, pois compõem sentido junto às letras. Ao funcionarem como elemento de continuidade na elaboração das ideias, exercem papel estruturante do pensamento, indispensável na ordenação das palavras. Se analisarmos os sinais de pontuação também como signos linguísticos, que à maneira das palavras instrumentais têm caráter contínuo e não pontual, não há como menosprezá-los em função dos outros signos, na medida em que singularizam linguisticamente as unidades na cadeia discursiva. Um texto sem tais caracteres resultaria num emaranhado de palavras, até legível, mas sua leitura seria custosa, quando não impraticável. Tão importante quanto a escolha lexical e o uso de conectivos, na construção do texto escrito, é o papel dos sinais de pontuação que, além da função demarcativa, oferecem a possibilidade ao usuário de optar por um deles em detrimento de outros, dependendo das circunstâncias.

Vista sob essa ótica, a pontuação, ao lado de outras funções, constitui-se marcador gráfico da enunciação; ficando na interseção entre a prosódia, a sintaxe, os estudos do discurso e a semântica, que, direta ou indiretamente, está presente em todos os níveis da análise linguística: onde houver linguagem haverá significação.

Como “nossa gramática ‘mental’ contém regras que correlacionam a hierarquia das pausas com as fronteiras sintáticas” (OLIVEIRA, 2005, p. 82-83), é didaticamente

interessante recorrer a conceitos morfossintáticos na formulação das regras para o emprego desses sinais, sobretudo da vírgula.

Exemplos (para citar apenas três):

- (1) De modo geral não há pausa entre o artigo e o substantivo, daí ser inconcebível algo como “*o, livro*”, “*a, mesa*”, “*os, pássaros*” etc., mesmo que entre os dois haja um *filler*; num caso assim, o que se poderia usar na escrita seriam talvez as reticências: “*o... livro*”, “*a... mesa*”, “*os... pássaros*”.
- (2) O aposto explicativo fica entre pausas – daí ficar entre vírgulas na escrita.
- (3) O vocativo também fica entre pausas – daí as vírgulas.

O aspecto discursivo da pontuação decorre, portanto, do fato de que todo texto é produzido numa situação comunicativa concreta, o que leva alguns sinais a adquirirem valores discursivos. É o caso: (1) dos dois-pontos, que anunciam o que vem depois, tendo, portanto, valor catafórico; (2) das reticências, a serviço do suspense; (3) das variadas emoções que exprimimos com o ponto de exclamação, às vezes combinado, como já se disse, com o de interrogação (!, !!, !!!, !?); (4) do ponto de interrogação em função interrogativa ou interacional, com pergunta retórica. E assim por diante...

Desse modo, a pontuação pode adquirir, entre outros valores, o afetivo, ou expressivo, permitindo ao usuário da língua a realização de suas intenções estéticas, tornando possível ir além da face intelectual da linguagem, principalmente na prosa literária. Observemos o trecho:

Quando a mulher da limpeza lhe perguntou pela nesga da porta, Que é que tu queres, o homem, em lugar de pedir, como era costume de todos, um título, uma condecoração, ou simplesmente dinheiro, respondeu, Quero falar ao rei, Já sabes que o rei não pode vir, está na porta dos obséquios, respondeu a mulher, Pois vai lá dizer-lhe que não saio daqui até que ele venha (...) (SARAMAGO, 1998, p. 9).

O autor dispensa os dois-pontos ou das aspas para marcar as falas, empregando apenas uma pontuação de palavra, a maiúscula. Isso se tornou uma característica do seu estilo, uma marca particular de utilização do sistema pontuatório. Sem dúvida, causa estranhamento ao leitor num primeiro contato com seu texto, além de demandar atenção específica.

Apesar da existência de regras que normatizam a pontuação, o contexto enunciativo, conforme já visto, influenciará de forma decisiva na organização do texto, isto é, as regras poderão flexibilizar-se em prol da expressividade e das exigências de cada gênero textual. É bom esclarecer que os preceitos da gramática escolar referentes à pontuação se aplicam, tipicamente, à prosa formal não literária. Na poesia atual, em textos publicitários e mesmo na prosa de ficção hodierna, ou não se aplicam, ou sofrem adaptações (OLIVEIRA, 2010).

Um dos traços comuns à pontuação dos gêneros é a “economia” de vírgulas. Entre os profissionais de publicidade existe o conceito de que as vírgulas “sujam” o texto, “o poluem” visualmente. Os publicitários explicitam o que poetas e ficcionistas fazem sem explicitar ou explicitam esporadicamente, mas não com um discurso unânime como o deles. Em tais gêneros, vírgulas, pontos e dois-pontos tendem a limitar-se aos indispensáveis. Ponto e vírgula, nem pensar. Até pode ocorrer, mas como um verdadeiro apatriado.

Na prosa de ficção, observa-se ainda – opcionalmente – a obediência à pontuação canônica, que, no gênero, é um pouco mais aceitável que na poesia ou no anúncio. Afinal é prosa, ainda que de ficção. O *habitat* natural das regras é a prosa formal não literária. No conjunto de gêneros textuais, a pontuação apresenta um comportamento que justifica sua descrição em base predominantemente sintática, com algumas aberturas para prosódia e para o discurso. No trecho de uma redação, o aluno optou pelo ponto em vez da vírgula, de uso regular: “*Sinais de fumaça. Telegramas. Código Morse. Telefone. Rádio. Telefone. Celular. Computador. Internet. Bluetooth. O mundo gira, a roda muda e os meios de comunicação avançam, atropelam e são atropelados.*” (R106). Com certa cronologia, o aluno enumera o avanço nos meios de comunicação, fornecendo maior destaque ao utilizar o ponto que, nem por isso, demanda uma leitura com a pausa que lhe é devida. Pode o leitor ler o trecho como se os pontos fossem vírgulas, mas, apesar de no aspecto prosódico ser quase indiferente, estilisticamente se percebe no ponto a ênfase dada à criação de cada tipo de tecnologia. Indo além, o ponto denuncia o tempo para o surgimento de cada um. Então, esse tipo de pontuação, trazido da prosa de ficção, revela que as fronteiras entre os gêneros não são tão fixas. A prosa não literária incorpora, às vezes, inovações surgidas no texto literário.

Um exemplo de obra ficcional pontuada de modo pouco ortodoxo é a de José Saramago, conforme vimos, mas ele não é o único. Há, na literatura de ficção da atualidade, uma tendência à pontuação com economia de vírgulas. Sem elas, o texto flui melhor. A tendência não se restringe às literaturas de língua portuguesa. Veja-se a respeito o fragmento de *À l’abri de rien*, de Olivier Adam (manteve-se a pontuação do original):

(...) todas essas coisas espalhadas por lá tinham de ser arrumadas mais cedo ou mais tarde, o pacote de cereais rasgado os garfos as facas as colheres, os biscoitos a garrafa de leite e no salão os brinquedos as revistas os quebra-cabeças, a latinha de cerveja o saca-rolhas o cinzeiro cheio o cobertor o pacote de lenços (...) (2007, p. 53).

(...) toutes ces choses qui traînaient et qu’il faudrait ranger à un moment ou à un autre, le paquet de céréales éventré les fourchettes les couteaux les cuillers, les biscuits la bouteille de lait et au salon les jouets les magazines les puzzles, la cannette de bière le tire-bouchon le cendrier plein la couverture le paquet de mouchoirs (...) (2007, p. 53).

Pela regra que se conhece, separam-se com vírgulas os itens de uma enumeração. A personagem-narradora, no entanto, os agrupou em blocos e limitou-se a colocar vírgulas entre os blocos, o que permite a interpretação de que se trataria de uma pontuação icônica: o desânimo de arrumar a casa se teria manifestado no texto sob a forma de “preguiça” de pontuar.

O texto literário, por sua natureza estética, é muitas vezes fonte de inovações estilísticas que posteriormente se incorporam a outros domínios discursivos. Por isso, mesmo em pesquisa cujo foco sejam discursos não literários, há interesse em observá-las.

O aspecto subjetivo da produção textual está ligado ao processo criativo da escrita, o qual é uma atividade que exige planejamento, envolve escolhas e decisões. Perguntas como “o que se pretende escrever?”, “de que forma?” são importantes, pois definem estratégias que apontam para o objetivo almejado. O aluno, ao escrever, precisa atentar às suas idéias e à disposição e hierarquização delas no texto, além de perceber que a maneira como pretende organizá-las não é indiferente. A leitura de um texto, por sua vez, envolve entender o que significam as palavras no interior de determinado contexto, com as necessárias ligações, a fim de permitir concepção coerente do objeto lido. Como afirma Charaudeau (2008, p. 26), “não se pode determinar de forma apriorística o paradigma do signo, já que é o ato de linguagem, em sua totalidade discursiva, que o constitui a cada momento de forma específica”. O sistema pontuatório, por fazer parte da organização do texto escrito, atua lado a lado com as palavras e, de modo singular, aos conectivos, complementando o sentido, possibilitando integração leitor/texto.

Estabelecer a importância do texto como unidade de linguagem em uso, manifesta em determinada circunstância, implica salientar sua característica básica — unidade semântica, veiculadora de significado. A pontuação, enquanto partícipe da estruturação compósita, compartilha tanto da coesão quanto da coerência.

Um fator que contribui para a coerência na constituição do texto são os mecanismos coesivos responsáveis pelas relações de sentido entre suas partes. A pontuação, como um desses elementos, sinaliza para os nexos que se processarão, recuperados pelo leitor no momento da interação. Há casos em que se dispensam os conectivos, sendo a coerência estabelecida de forma linear e pluridimensional, como em: “Joana acordou cedo. Sua mãe preparou o café. Ela precisa chegar cedo à escola. Haverá prova de matemática no primeiro tempo.”

Em outro caso, “*Manhã, banho, café, ônibus, trabalho, obrigações, almoço, obrigações, ufa!, ônibus, casa, noite, banho, janta, televisão, cama!!!*” (exemplo nosso), em

que temos uma enumeração, a pontuação, aliada ao campo semântico, ordena hierarquicamente as palavras, favorecendo sua unidade. De maneira geral, afirma-se que o texto não apresenta elementos de coesão, pois consideram apenas os conectivos como responsáveis pelo processo. Para nós, entretanto, existe coesão, que se estabelece por intermédio da pontuação de forma complementar ao arranjo das palavras.

Analisar um texto é precisar “as condições de produção da linguagem, o processo de interação” (ORLANDI, 2001, p. 146), a fim de captar o sentido contido na combinação das palavras no enunciado que lhe deu origem. Uma frase destacada do contexto será suscetível de tantas leituras quantos forem seus leitores. Um religioso, um político ou um historiador, provavelmente, terão diferentes interpretações para um mesmo enunciado, pois a compreensão se processa de acordo com o conhecimento de cada um. Tão importante quanto o estudo da composição do texto é compreender a finalidade das diversas situações comunicativas, engendradas pelos diferentes gêneros textuais, que servirão de parâmetro a nortear o processo decisório que leva à obediência ou à desobediência de determinadas regras, que se submeterão à sensibilidade de quem escreve.

Entender o gênero textual é importante dentro do processo ensino-aprendizagem, uma vez que para se obter sentido é necessário contextualizar o enunciado. Cada texto está submetido às “regras” de um “contrato de comunicação” e às “circunstâncias do discurso” (CHARAUDEAU, 2008), não sendo o ambiente material suficiente em si mesmo. Os gêneros são imbuídos de características que nos levam a apreender sua função. Em um jornal, esperam-se encontrar notícias verídicas, enquanto num texto ficcional não existe tal expectativa. Perceber isso é dar-se conta das diferentes possibilidades de pontuação, uma vez que como vimos a pontuação da notícia não pode ser exatamente igual a da literatura de ficção.

A leitura, portanto, como ato interativo, significa momento de elaboração de sentido(s), que variará de leitor para leitor em conformidade com seu conhecimento, de modo a perceber os implícitos. Cumpre destacar que a participação do leitor não se limita a preencher “lacunas”. Apesar da existência do “princípio da cooperação” proposto por Grice (*apud* MAINGUENEAU, 2004, p. 31), não se pode fazer do leitor um “co-produtor”. Um texto sem pontuação, embora permita maior flexibilidade para interpretação prosódica sobre parâmetros sintáticos que lhe parecem coerentes, possibilita também compreender o oposto do almejado, ou ainda compreender de forma um pouco diferente, ou mesmo não compreender nada. Significa, portanto, que aprender a lidar com a língua escrita implica aprender a colocar

em consonância sintaxe, prosódia e discurso, de modo a que interpretações prosódicas se realizem sobre padrões sintáticos específicos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

4.1 Troca do ponto pela vírgula

Neste tópico, observaremos quais implicações decorrem da troca dos sinais de pontuação. Demonstraremos que não ocorre propriamente erro, como identificado na troca da vírgula pelo ponto, conforme visto adiante. No caso, o da troca do ponto pela vírgula, o problema revelou-se estilístico, e não gramatical. Se considerarmos que cada frase de um texto está sempre numa relação de coordenação, geralmente assindética, com a frase seguinte, e coordenadas assindéticas, em teoria, sempre podem separar-se por vírgula, o que se verifica são inadequações estilísticas.

Trata-se, com efeito, de um resultado a ser alcançado na razão direta de sua relação com a complexidade da linguagem. Admitimos um gosto estilístico coletivo, um tanto fluido, que impera em nosso grupo social. Se não devemos submeter-nos a tal gosto, convém pelo menos estar em harmonia com ele. No caso, não se trata de regra ou de erro, mas daquilo que fica melhor, conforme a percepção de um usuário maduro da língua, não contido na norma gramatical.

Verificamos tal gosto em uma simples frase como, “Dilma, que é candidata do PT, tenta eleger-se como presidente do Brasil”, também redigida como, “Dilma, candidata do PT, tenta eleger-se como presidente do Brasil”. Diante de frases como essas, um usuário da língua, ao ser consultado sobre qual das duas construções é estilisticamente melhor, tenderá, com grande probabilidade, a escolher a segunda, pela concisão. Isso demonstra que é possível falar em regras estilísticas, desde que se faça a ressalva de que são regras mais flexíveis que as da gramática, daí a necessidade de as modalizarmos de forma mais prudente e utilizarmos expressões como, “é aconselhável”, “evite-se”, “fica melhor” etc.

Em matéria de estilística da frase, as possibilidades de escolha são numerosas, no entanto, no campo da sintaxe, as regras compiladas pelas gramáticas fazem supor que a língua, tem uma relação fechada, cuja estrutura não permite escolhas estilísticas. Câmara (1978, p. 65) salienta que esses manuais

só vêm na sintaxe relações necessárias e cerradas. Criam uma norma artificial no seu caráter rígido e surda às injunções da expressividade, com o único e discutível mérito de evitar hesitações a quem pretende apenas, fria e singelamente, servir-se da pura linguagem de informação.

Diante de um ensino tão prescritivo, salutar seria uma discussão sobre noções de estilo em sala de aula. É importante que o aluno descubra sua “personalidade linguística” e perceba

a língua, não só como um fim estritamente prático, mas também como um conjunto de recursos expressivos. Exercícios que exploram esse âmbito da linguagem contribuem para o desenvolvimento da competência comunicativa do aluno e para a própria percepção prática da língua. Manusear as palavras, descobrir possibilidades de construção, não só em relação à sua ordem e escolha, como também no que diz respeito à pontuação; exercitar a redação de um mesmo texto de diferentes maneiras; perceber quais aspectos estilísticos existem nesta ou naquela frase, que a tornam melhor dentro de determinado contexto permite ao usuário uma intimidade com a estrutura da língua não alcançada por intermédio de exercícios mecânicos de gramática normativa ou mesmo de produção de textos. No caso, apesar de extremamente eficaz para o aprendizado da escrita, pouca serventia terá o ensino, se não se desenvolver um trabalho que ultrapasse a dinâmica do aluno escrever e do professor corrigir.

Na esfera didática, vemos, portanto, três maneiras de lidarmos com o ponto no lugar da vírgula: a) descobrindo e ensinando ao aluno “regras estilísticas”; b) sensibilizando o ouvido do aluno, por meio da leitura em voz alta, para o tamanho da pausa: se pequena, vírgula; se grande, ponto; c) juntando as duas técnicas.

Demonstraremos, então, como é importante tal tipo de trabalho em sala de aula, pois o *corpus*, no tocante à troca do ponto pela vírgula, revelou-se bastante expressivo em trabalho que conjugue sintaxe e estilo.

A fim de facilitar a compreensão da tarefa, colocamos em negrito a palavra que antecede e a que sucede a vírgula considerada problemática. Ajustamos alguns fragmentos selecionados, a fim de não tirar a atenção do assunto em pauta, sendo sempre possível a leitura do texto do aluno nos anexos do trabalho. Em algumas situações, julgamos pertinente uma versão corrigida para endossar e ilustrar nosso comentário.

Compilamos os casos encontrados em itens sob determinadas rubricas, de forma a orientar a consulta e tornar a exposição didática.

4.1.1 Relações assindéticas e sindéticas entre frases

Vamos redigir a frase abaixo de quatro formas distintas, de modo a discutirmos a pontuação.

R9, §1: *Os meios de comunicação aparecem rotineiramente em nossa vida, seja por meio de jornais, revistas, televisão, seja pela internet, com variados tipos de*

informações e opiniões, cabe a nós refletir sobre o que devemos ou não absorver e utilizar em nosso dia-a-dia.

(1) Os meios de comunicação aparecem rotineiramente em nossa vida com variados tipos de informações e opiniões, cabe a nós refletir sobre o que devemos ou não absorver e utilizar em nosso dia a dia.

(2) Os meios de comunicação aparecem rotineiramente em nossa vida com variados tipos de informações e opiniões. Cabe a nós refletir sobre o que devemos ou não absorver e utilizar em nosso dia a dia.

(3) Os meios de comunicação aparecem rotineiramente em nossa vida com variados tipos de informações e opiniões, portanto cabe a nós refletir sobre o que devemos ou não absorver e utilizar em nosso dia a dia.

(4) Os meios de comunicação aparecem rotineiramente em nossa vida com variados tipos de informações e opiniões. Portanto, cabe a nós refletir sobre o que devemos ou não absorver e utilizar em nosso dia a dia.

A primeira opção é estilisticamente desaconselhável, enquanto as outras três são estilisticamente aceitáveis.

Em (1) e (2), a relação entre a premissa e a conclusão é assindética. Em (1), temos assindéticas na mesma frase, e, em (2), assindéticas em frases diferentes.

Em (3) e (4), a relação entre a premissa e a conclusão é sindética. Em (3), são sindéticas na mesma frase; ao passo que em (4) são sindéticas em frases diferentes.

Formulamos uma “regra estilística”, melhor traduzida como “conselho estilístico”. Quando a relação entre duas orações é assindética, é estilisticamente aconselhável o uso do ponto, a não ser que se trate de orações muito curtas (como em “Cheguei, vi, venci”) ou de enumeração (como em “E na manhã do oitavo dia, quando acordou e viu a porta aberta, juntou sete passos e mais sete, atravessou o corredor, desceu a escada, cruzou o pátio e correu para a floresta à procura da sua Rainha.” COLASANTI, 1979, p. 41). Nos exemplos acima, o único desaconselhável é o item (1), o que justifica o uso do ponto no fragmento retirado do texto do aluno (R9).

De acordo com nossa pesquisa, vários foram os casos de desobediência a essa “regra”, conforme veremos a seguir.

R178, §1: *Os meios de comunicação sofreram um grande controle na área da política na **ditadura militar, hoje em dia**, o que não falta são piadas e críticas ao governo.*

Apesar de se tratar uma sequência curta, cabe o ponto exclusivamente devido ao fato da estrutura assindética. Mais alguns exemplos:

R9, §2: *Durante o período do governo militar, assim como os artistas, a mídia sofreu absurdamente com a censura. Essa censura privou a população de tomar conhecimento de informações relevantes, impedindo assim, que a mesma formasse uma opinião **concreta, a única** verdade que era conhecida era a dos militares.*

R34, §3: *As pessoas não seriam elas, seriam apenas fantoches controlados por um governo autoritário, elas não pensariam, não **decidiriam, tudo**, apesar de não parecer, seria controlado pelo governo e o pior, não iam perceber.*

R58, §2: *Essa censura faz com que a população se torne cada vez mais ignorante, pois graças a ela, informações como a importância de votar, a roubalheira dos deputados, entre outras, não chegam. O que faz com que o povo fique cada vez mais **alienado, a imprensa** é um meio muito importante de informação, mais que isso, é uma forma de as pessoas mostrarem suas idéias e debaterem sobre elas, o que faz as pessoas pensarem sobre os assuntos debatidos.*

R84, §3 *Os meios de comunicação aparecem rotineiramente em nossa vida, seja por meio de jornais, revistas, televisão, seja pela internet, com variados tipos de informações e **opiniões, cabe** a nós refletir sobre o que devemos ou não absorver e utilizar em nosso dia-a-dia.*

R84, §4: *As modificações são claras e evidentes, seus pontos positivos e negativos **também, o indivíduo** ainda tem a autonomia de escolher e controlar o que ele que ver como ele também controla onde vai comer.*

R70, §4: *(...) Se vivemos em um país livre, democrático, temos o direito de fazer nossos programas e sabermos a verdade, seja ela qual for, pois censura esconde a verdade e verdade leva **ao progresso, pois** um povo ao saber a verdade elegerá a pessoa mais preparada para governar seu país.*

Em R70, a última frase ficaria melhor como assindética e, no caso, seria aconselhável o uso do ponto.

No exemplo a seguir, embora a frase sindética, a junção do advérbio “principalmente” à conjunção “todavia” torna o período mal estruturado. É preferível o uso do ponto no lugar da vírgula, conforme observamos:

R91, §3: (...) *Por exemplo, as reformas constitucionais através de plebiscito popular por Hugo Chaves, na Venezuela, são duramente criticadas pela maior parte da imprensa brasileira, sendo taxadas de autocráticas, devido à cláusula de reeleição **principalmente, todavia** essa mesma imprensa não criou esse sentimento de ameaça à democracia quando Fernando Henrique Cardoso conseguiu a aprovação ao direito de reeleição, consultando apenas o Congresso Nacional.*

Neste outro exemplo, a palavra denotativa de inclusão deixou a oração “*por meios de comunicação é uma ideia válida*” solta. Assim, retirando a palavra e considerando que estamos diante de um período assindético, melhor o uso do ponto.

R97, §4: *Portanto, é coerente percebermos que a censura é um bloqueio à liberdade de expressão, porém para tudo deve haver **limite, inclusive** a criação de leis que visem precaver a população de abordagens sem permissão, prévia ou não, por meios de comunicação é uma ideia válida.*

Em,

R99, §2: *Essa exclusão promovida pelos grandes é, pode-se dizer, uma censura disfarçada, em que o usuário, limitado àquelas empresas vinculadoras de informação, fica restrito a apenas um tipo de opinião, não podendo ver ou ouvir o outro lado da **história, e com** a capa de liberdade de expressão, são impostos à população uma única ideologia, padronizando o povo e seus pensamentos.*

a estruturação do período ficaria melhor se a vírgula fosse substituída pelo ponto, constituindo-se o parágrafo por duas ideias: a da “exclusão” e a da “capa da liberdade”. Com isso, reafirmamos a regra estilística do uso do ponto no lugar da vírgula para períodos assindéticos.

Na redação R139, é interessante observar que há duas razões para o uso do ponto, e não da vírgula: a extensão do fragmento (motivo defendido por nós) e a natureza assindética da relação entre as duas frases.

R139, §2: *Hoje em dia, a televisão deixou de ser apenas um veículo de informação para se transformar em um “membro da **família**”, **um meio** que tinha como objetivo proporcionar a todos os tipos e classes de pessoas uma boa informação passa a muito mais do que isso.*

VERSÃO CORRIGIDA:

Hoje em dia, a televisão deixou de ser apenas um veículo de informação para se transformar em um “membro da família”. Um meio que tinha como objetivo proporcionar a todos os tipos e classes de pessoas uma boa informação passa a muito mais do que isso.

Para a utilização da vírgula, o vestibulando deveria ter mantido o paralelismo: “*Hoje em dia, a televisão deixou de ser apenas um veículo de informação para se transformar em um “membro da família, um meio capaz de proporcionar...”*”, em que o substantivo “meio” reforçaria o sintagma anterior “membro da família”, desenvolvendo-o.

Há também a possibilidade de se utilizarem os **dois-pontos**, conforme versão corrigida a seguir, o que se explica pelo fato de, em certos contextos, esse sinal equivaler a “ou seja”:

Hoje em dia, a televisão deixou de ser apenas um veículo de informação para se transformar em um “membro da família”: um meio que tinha como objetivo proporcionar a todos os tipos e classes de pessoas uma boa informação passa a muito mais do que isso.

A fim de esmiuçar um pouco mais o assunto:

- (1) “Branca de Neve comeu a maçã envenenada. **Ela, entretanto,** foi salva pelos anões.”
- (2) “Branca de Neve comeu a maçã envenenada. **A princesa,** entretanto, foi salva pelos anões.”
- (3) “Branca de Neve comeu a maçã envenenada. **Foi** salva pelos anões, entretanto.”
- (4) “Branca de Neve comeu a maçã envenenada. Entretanto, **foi** salva pelos anões.”
- (5) “Branca de Neve comeu a maçã envenenada, entretanto foi salva pelos anões.”

Nas frases, em que a coesão é estabelecida por um referente pronominal, hiperônimo ou por elipse, mesmo havendo a elipse total, substituição por Ø, deve-se utilizar o ponto, merecendo uma ressalva os dois últimos exemplos. Além do ponto, admite-se também ponto e vírgula.

No exemplo (3), reforça-se a regra 1, com a ausência do conectivo ou estando ele deslocado, utiliza-se o ponto ou ponto-e-vírgula, mas nunca a vírgula, em virtude de um tratamento hierárquico entre as pausas. A primeira, prosodicamente, é maior do que a segunda, daí a impossibilidade da vírgula na primeira ocorrência. No caso em questão, devido ao fato de o conectivo estar deslocado, podemos conferir o mesmo tratamento dado às relações assindéticas. Se considerarmos a natureza adverbial dos conectivos adversativos (à exceção de “mas” e “só que”), estaremos diante de uma situação limite, em que um tratamento assindético se torna pertinente.

Em relação aos exemplos (4) e (5), por se enquadrarem na regra das orações coordenadas, é possível o uso tanto da vírgula quanto do ponto. A elipse total é, portanto, em construções do tipo, um caso à parte.

Formulamos, então, uma regra para os casos de coesão referencial: com ou sem conjunção, se um referente é retomado por pronome ou hiperônimo, usa-se o ponto. Nos casos de elipse, quando o conectivo estiver deslocado, usar-se-á o ponto, sendo facultativo ponto ou vírgula, quando o conectivo estiver no início da frase.

A opção entre esses sinais — vírgula e ponto — revela uma escolha do falante diante do material da língua, a fim de espelhar de modo condizente seu propósito comunicativo. A referenciação, portanto, em confluência com a pontuação são recursos discursivos do falante em situações de “interação verbal” (KOCH, ELIAS, 2011, p.124).

No trecho abaixo, o mais apropriado seria o ponto em vez da vírgula, uma vez que será desenvolvida outra ideia, “a da indução da mídia sobre o julgamento do leitor”, que explica a frase anterior:

R198, §2: (...) *Se um jornal veicula a imagem de um policial recebendo propina, induz que todos policiais o fazem, sendo uma parte pelo **todo, sobre** o julgamento do leitor, há uma forte indução da mídia, o que compromete a livre interpretação.*

Em outra redação, apesar de não configurar troca entre vírgula e ponto, consideramos relevante tecer comentário, pois o candidato sequer percebeu a necessidade da inserção de uma pausa entre as palavras destacadas por nós:

R185, §5: *É possível sugerir, destarte, que todo tipo de censura, além de potencialmente ineficaz, atua fundamentalmente como elemento escamoteador das limitações do **ser humano é um ordinário** comodismo ético atuar nos meios e comprometer seus fins. A história nos mostra nosso fracasso em lidar com o que criamos. Maquiavel confirma.*

O sinal utilizado deveria ter sido o ponto, ou, reafirmando o proposto no item, vírgula, caso se inserisse um conectivo, o que vem a demonstrar a necessidade de o professor, no ensino de pontuação, preocupar-se também com a ausência do sinal, onde seria necessário e não apenas na troca de um pelo o outro. Observem-se as versões corrigidas:

R185, §5: *É possível sugerir, destarte, que todo tipo de censura, além de potencialmente ineficaz, atua fundamentalmente como elemento escamoteador das limitações do **ser humano. É um ordinário** comodismo ético atuar nos meios e*

comprometer seus fins. A história nos mostra nosso fracasso em lidar com o que criamos. Maquiavel confirma.

R185, §5: *É possível sugerir, destarte, que todo tipo de censura, além de potencialmente ineficaz, atua fundamentalmente como elemento escamoteador das limitações do **ser humano, pois é um ordinário** comodismo ético atuar nos meios e comprometer seus fins. A história nos mostra nosso fracasso em lidar com o que criamos. Maquiavel confirma.*

4.1.1.1 Caso especial

Em casos como o da R37, quando a locução “sendo que” está explícita, devemos utilizar vírgula; quando é omitida, melhor ponto.

R37, §2: *Nem sempre existe tempo para assimilação de todas as informações que os diversos veículos, tais como televisão, rádio, jornais e internet **apresentam, sendo que**, explicitamente ou não, encontram-se diferentes versões sobre cada fato, respeitando fatores distintos como interesses políticos, econômicos e até culturais.*

A respeito é interessante observar o quadro abaixo:

<p>X, sendo que Y X.Y</p>

O gerúndio pode ter nuances semânticas que lhe conferem valores só definidos no contexto. Entre esses valores, interessa-nos o gerúndio com valor aditivo: “O professor entrou na sala, apagando o quadro”. A frase poderia ser transcrita, como: “O professor entrou na sala e apagou o quadro”. O gerúndio aditivo torna obrigatório o uso da vírgula antes dele. No caso que analisamos, o “sendo que” é uma espécie de expressão idiomática, em que o gerúndio aditivo se cristalizou, assumindo valor de conectivo, sem, contudo, perder seu comportamento semântico aditivo. Sintaticamente ele é subordinativo, tanto que se trata de uma reduzida de gerúndio fossilizada, daí o uso da vírgula, entretanto, ao eliminarmos a locução “sendo que”, substituímos a construção subordinativa por outra, coordenativa (e aditiva), sendo, portanto, aconselhável o uso do ponto. Isso nos faria retornar à “regra” das assindéticas explicitada no item 1.

Além disso, a locução “sendo que” pode-se parafrasear como “sendo verdade que”, “é verdade que”, endossando o uso da vírgula, pois, discursivamente, desenvolve a informação contida na oração anterior.

E, para fechar o assunto, um texto bem escrito, não significa apenas estar gramaticalmente correto, mas também clareza e “soar bem aos ouvidos”, isto é, podemos dizer que para escrever é importante um “ouvido musical”. No exemplo em questão, um leitor menos experiente poderia relacionar, numa primeira leitura, “sendo que, explicitamente ou não” a diversos veículos, o que o obrigaria a retornar sua leitura. Com o uso do ponto, omitindo-se essa locução, o texto ganha um grau de inteligibilidade maior, justificando, portanto, o conselho da mudança da vírgula pelo ponto, com supressão do conectivo “sendo que”, até porque o conectivo, embora aceitável no texto escrito formal, é um tanto coloquial, contribuindo sua eliminação para elevar o estilo do texto, recomendável em determinados gêneros textuais.

4.1.2 Retomada por determinante pronominal + sintagma nominal (SN)

A retomada de um referente textual precedido por um demonstrativo torna aconselhável o uso do ponto, conforme verificamos em:

R9, §2: *Durante o período do governo militar, assim como os artistas, a mídia sofreu absurdamente com a **censura**, essa censura privou a população de tomar conhecimento de informações relevantes, impedindo assim, que a mesma formasse uma opinião concreta. A única verdade que era conhecida era a dos militares.*

O parágrafo estaria melhor redigido se utilizado ponto antes do demonstrativo: “*Durante o período do governo militar, assim como os artistas, a mídia sofreu absurdamente com a **censura**. Essa censura privou a população (...)*”.

Se o referente for retomado sob a forma de um relativo, entretanto, a vírgula será recomendável: “*Durante o período do governo militar, assim como os artistas, a mídia sofreu absurdamente com a **censura**, que privou a população (...)*”.

A explicação para os dois fatos consiste em que no primeiro se trata de coordenação e no segundo, de subordinação. Mais alguns exemplos, para ilustrar:

R16, §2: *Com a evolução dos meios de comunicação e sua banalização, sua influência torna-se poderosa. Logo, aparece o medo da alienação da **população tal receio** é real, visto que há empresas que monopolizam diversos ramos da*

*informação e não se pode deixar massas vulneráveis a desejos dos **grandes grupos**, a **proteção destas** é necessária para o desenvolvimento saudável da sociedade.*

R101, §3: *Na internet, o controle devia ser maior, pois mesmo com o aviso de idade, o menor consegue acessar sites **adultos**, **esses sites** deveriam ter seu acesso mediante um cadastro, onde a pessoa colocaria seu CPF e através do banco de dados da receita federal, o servidor saberia a idade do usuário, liberando ou não seu acesso.*

R141, §1: *Jornais, rádio, televisão e internet, veículos de informação em um mundo **globalizado**, **esses meios** de comunicação se tornaram necessários à sociedade mundial.*

R181, §3: *Pois bem, um controle deveria ocorrer de fato, porém não muito para que não haja esse **sentimento de censura**, **esse sentimento** não iria agradar aos adeptos dos meios de comunicação, então isso deveria ser controlado de uma forma gradual e suave.*

No último caso, a manter o texto como está, com a elipse parcial (sentimento de censura/ esse sentimento), cabe o uso do ponto, embora talvez estilisticamente mais recomendável o emprego da vírgula com o pronome relativo. Versão sugerida:

R181, §3: *Pois bem, um controle deveria ocorrer de fato, porém não muito para que não haja esse **sentimento de censura**, **que** não iria agradar aos adeptos dos meios de comunicação, então isso deveria ser controlado de uma forma gradual e suave.*

No outro exemplo, o uso de possessivo como processo de coesão referencial merece análise mais minuciosa.

R113, §3: *(...) Apesar de ser apenas ficção, “Cidadão Kane” pode ser retratado como um caso real que ocorre no Brasil e protagonizado pela Rede Globo e seu ex-presidente Roberto **Marinho**, **sua interferência** vai, desde a censura no período da ditadura, à manipulação das pesquisas e debates das eleições de 1990 (...)*

O possessivo é igual a “de + SN”, o que significa que o pronome “sua” = “da Rede Globo”. O SN é que retoma um referente textual anterior (anáfora) ou posterior (catáfora). No trecho, “sua interferência” não retoma “Rede Globo”, mas sim um “ela” implícito: “sua” = dela; “ela” = “Rede Globo”.

Fazendo uma comparação com a **R9**, percebemos que o sintagma “a censura” foi retomado integralmente por “essa censura”, enquanto, no trecho da redação **R113**, o sintagma “a Rede Globo” é retomado, de forma indireta, por um pronome “ela” subentendido, contido

em “sua interferência” (sua = da Rede Globo = dela = de + ela). A relação de correferência se dá entre sintagmas, e não entre palavras. Em termos de pontuação, a exigência é a mesma, o uso do ponto. A diferença entre os dois casos está no grau de sofisticação, de complexidade, do mecanismo coesivo.

Quando o referente é “isso”, contido em “de + isso”, o correto é o uso do ponto

R186, §2: *Algumas dessas transformações foram boas e outras ruins, um exemplo disso é o excesso de propagandas a que somos submetidos, que nos leva a um consumismo “barato”, que sai caro (somos escravos do dinheiro ou dos nossos olhos?); por outro lado, uma grande massa da população pôde tornar-se participante da cultura (assistindo espetáculos, ouvindo músicas, etc...).*

Apesar da frase ser uma construção semanticamente afim de “Algumas dessas transformações foram boas e outras **ruins. Por exemplo**, o excesso de propagandas (...)”, elas são sintaticamente diferentes, o que justifica a inserção do exemplo (**R186**) neste item da coesão referencial e não no dos conectores reformulativos.

No trecho abaixo, embora não haja erro, é interessante comentá-lo. A palavra “fato” funciona como expressão resumitiva, que retoma o dito anteriormente, sendo, portanto, a vírgula o sinal de pontuação ortodoxo. Por questões prosódicas, também seria pertinente a utilização do ponto, como pontuação heterodoxa, isto é, alternativa.

R114, §3: *A televisão como principal, e com maior visibilidade, meio de comunicação, tem sua programação com o objetivo principal, a maior audiência possível, resultando em programas apelativos e sem conteúdo, o que torna cada vez mais a população despreparada e com poucos conhecimentos, fato muito conveniente para a permanência da rede de corrupção existente em nosso país.*

4.1.3 Tópico de parágrafo

Na nossa tradição escolar, o termo mais usual é “tópico frasal”, proposto por Othon Garcia (1995, p. 206), mas consideramos “tópico de parágrafo”, adotado por Abreu (2000, p. 56), mais adequado. A escolha se pauta pelo fato de que “frasal” é ambíguo: “frasal” porque é em forma de frase ou porque é da frase? Outro ponto a se destacar é que “tópico frasal” pode incluir mais de uma frase, mesmo que raramente mais que duas. No caso, para efeitos terminológicos, optamos por “tópico de parágrafo”.

Na redação a seguir (R84), a primeira frase, até “monstruosa”, tem característica de tópico do parágrafo, pois desenvolve uma ideia núcleo, funcionando as demais como expansão do tópico. De acordo com Jubran (*apud* CASTILHO, 2010, p. 232), “tópico

discursivo (variante de tópico de parágrafo) é um conjunto de referentes concernentes entre si e em relevância num determinado ponto da mensagem”, ou seja, concernentes, pois estão numa relação de interdependência semântica e relevante, por configurar o tema central desenvolvido no parágrafo.

No caso, é estilisticamente aconselhável o uso do ponto, e não da vírgula, por uma questão de estrutura textual. Há nas frases, sequências com funções distintas na estrutura do texto, o que nos possibilita dizer que são frases diferentes. Nesse parágrafo, a primeira frase funciona como uma unidade de maior relevância, a ser desenvolvida, e o restante do parágrafo, como um arranjo temático secundário, uma espécie de subtema (ibidem).

R84, §1: *O avanço das telecomunicações acontece dia a dia em escala **monstruosa**, o **bombardeio** de informações deixa a sociedade por muito confusa, porém ainda é possível definir o que você quer observar desse mundo de informações.*

VERSÃO CORRIGIDA:

*O avanço das telecomunicações acontece dia a dia em escala **monstruosa**. O **bombardeio** de informações deixa a sociedade por muito confusa, porém ainda é possível definir o que você quer observar desse mundo de informações.*

Mais alguns exemplos:

R170, §2: *Há fatores positivos em fiscalizar os meios de comunicação, mesmo num país livre como o **Brasil**, há certos assuntos que não devem ser expostos, como a pornografia infantil, por isso a fiscalização da televisão e principalmente da internet é importante.*

R42, §1: *O meio de comunicação evoluiu muito nesse último **século**, se no início do século XX, a população se informava principalmente por rádios e jornais, agora a informação circula muito mais rápido através da televisão e da internet.*

VERSÃO CORRIGIDA:

R42, §1: *O meio de comunicação evoluiu muito nesse último **século**. Se no início do século XX, a população se informava principalmente por rádios e jornais, agora a informação circula muito mais rápido através da televisão e da internet.*

No exemplo, nem toda conjunção depois de ponto significa que a segunda frase esteja ligada à primeira. Este “se” introduz uma oração subordinada anteposta à principal, com o valor de concessão, conforme na frase: “Se (é verdade que) o prefeito Pedro da Silva não fez uma administração brilhante, (é verdade também que) pelo menos governou com honestidade”. A expressão inserida entre parênteses visa destacar a relação de concessão,

estabelecida pelo conectivo “se”. Poderíamos também transcrever a frase com o conectivo “embora”, considerado o concessivo por excelência: “Embora o prefeito Pedro da Silva não tenha feito uma administração brilhante, pelo menos governou com honestidade”.

Há quem leia essa frase e perceba uma relação de comparação entre o passado e o presente, o que mudaria um pouco o sentido, sem, contudo, prejudicar a leitura do parágrafo. Isso nos leva a afirmar que, em casos assim, é um tanto fronteira a relação entre a comparativa e a concessiva. No exemplo, portanto, o “se” está introduzindo uma concessiva anteposta à principal, sem relação com a primeira frase em termos de subordinação.

A frase “*O meio de comunicação evoluiu muito nesse último século*” está, por conseguinte, funcionando como tópico do parágrafo, numa típica relação de tese e argumento (o restante do parágrafo), daí a necessidade do ponto.

Consideremos o exemplo a seguir:

R153, §3: *Através do marketing, da simples escolha de palavras, as grandes empresas manipulam a população usufruindo dos meios de **comunicação**, se não **houver** algum tipo de controle, as empresas vão poder fazer o que quiserem com o espaço que lhes é dado.*

No caso, o “se” é condicional, e não concessivo, mas a estrutura, para fim de pontuação, é semelhante à do exemplo anterior.

O ponto no lugar da vírgula, na redação R78 abaixo, justifica-se por dois motivos: primeiro, a frase “A luta pela liberdade é antiga” funciona como tópico do parágrafo; segundo, a frase que se inicia por “durante” pertence ao conectivo reformulativo “por exemplo”, o que reforça o uso do ponto no lugar da vírgula.

R78, §1: *A luta pela liberdade é **antiga**, **durante** a ditadura militar, por exemplo, diversos protestos foram criados para que atualmente fosse possível obtê-la.*

Há casos, porém, em que pode-se encarar determinado segmento como tópico de parágrafo, mas, mesmo assim, cabe a vírgula, a saber, quando sintaticamente o desenvolvimento se enquadra na mesma oração que o tópico de parágrafo, o que demonstra que o critério sintático, para o emprego da vírgula, tem predominância sobre o discursivo. Um exemplo disso é:

R36, §5: *O governo deveria dar mais atenção ao que é veiculado à **população**, **com** medidas simples, desde censura de idade e orientação aos responsáveis sobre*

a importância dessa medida, até controle do que é passado na televisão e na internet, para que todos tenham diversão e cultura ao mesmo tempo.

Em R79, o autor poderia manter a vírgula se optasse por uma construção relativa.

R79, §4: *E ainda há o caso da ocorrência de quebra de sigilo telefônico com autorização do governo para apuração de **suspeitos**, às vezes, não são culpados, mas, se não houvesse esse tipo de busca, criminosos não seriam descobertos.*

VERSÃO CORRIGIDA:

R79, §4: *E ainda há o caso da ocorrência de quebra de sigilo telefônico com autorização do governo para apuração de **suspeitos**, **que** podem não ser culpados, mas, se não houvesse esse tipo de busca, criminosos não seriam descobertos.*

A preferência pelo ponto, entretanto, acarretaria explicitar o sujeito de “culpados”, conforme versão corrigida abaixo:

R79, §4: *E ainda há o caso da ocorrência de quebra de sigilo telefônico com autorização do governo para apuração de **suspeitos**. **Às vezes**, eles podem não ser culpados, mas, se não houvesse esse tipo de busca, criminosos não seriam descobertos.*

No item 5, abordamos alguns casos relacionados ao conector “assim”, entretanto, julgamos mais apropriado incluí-lo neste item, uma vez que tópico de parágrafo normalmente funciona como uma tese do parágrafo, sendo o desenvolvimento seu argumento, como o exemplo em questão:

R186, §3: *Tudo em excesso é **prejudicial**, **assim** uma forma de controle dos meios de comunicação, acredito, não seja uma censura indevida, mas um equilíbrio tolerável para manter a saúde mental e até mesmo física de cada um.*

Conjunções (e palavras e locuções afins), como diz Oliveira (2001) podem desempenhar função:

- a) intraoracional: (*O carro e a moto estavam na garagem*);
- b) interoracional: (*O carro estava com a Maria e a moto, com o João*);
- c) intrafrasal, interfrástica ou textual:

(...) Devagar levantou-se, evitando pensar que matara exatamente o que mais amara.

E como se tivesse sobrevivido à morte do pássaro, impeliu-se a olhar o mundo naquilo que ele próprio acabara de o reduzir:
O mundo era grande (NEVES, 2011, p.252).

No caso abordado em **R186, §3**, o conector “assim” exerce o papel de uma explicativa transfrástica em relação à primeira frase, que desempenha a função de tópico do parágrafo, podendo o conector ser substituído por *haja vista que, já que, isto posto* e afins: “Tudo em excesso é prejudicial. **Isto posto**, uma forma de controle (...)”, sendo, portanto, mais pertinente o uso do ponto em vez da vírgula.

Esmiuçando um pouco mais:



Na frase “*A Joana é esquisita, porque não namora ninguém*”, a primeira oração é uma opinião, funcionando, portanto, como uma tese, enquanto a segunda, introduzida pelo conectivo explicativo é o argumento dessa tese. No caso, embora tenhamos a relação apontada no primeiro retângulo, o emprego da vírgula é mais adequado, devido ao uso do conectivo. Se estivesse ausente, o ponto também seria boa solução: “*A Joana é esquisita. Não namora ninguém*”. O exemplo, apesar de se enquadrar na regra do primeiro retângulo, diferencia-se do exemplo da **R186**, por não se tratar de tópico de parágrafo. A frase em sua completude poderia funcionar como tópico de parágrafo.

4.1.4 Pontuação relacionada à extensão da frase

Em:

R43, §2: *É importante observarmos que, com o desenvolvimento de novos e mais rápidos meios de comunicação, não devemos fazer a **censura**, **todavia** devemos sim fazer o controle através da educação dentro de casa e nas escolas, com os pais e educadores, porque é só eles que sabem o que é melhor para cada um de nós e não o governo que, na verdade, só sabe que existimos quando vão pedir voto ou cobrar impostos.*

a frase iniciada pelo conectivo “todavia” contraria a expectativa gerada pela primeira frase do parágrafo, como acontece em: “O João estudou, todavia foi reprovado”. Assim, tanto nesta frase, quanto em **R43,§2** é facultativo o uso do ponto ou da vírgula.

Sob o ponto de vista estilístico, podemos observar que, na frase iniciada por “João”, a vírgula fica melhor ou é no mínimo indiferente, ao passo que, no exemplo do aluno, é estilisticamente melhor o ponto. Fazemos a afirmação, pautados na regra da gramática normativa, em que as adversativas devem vir precedidas por pausa (ponto, ponto e vírgula, ou vírgula), havendo, no entanto, a ressalva de, se as frases forem muito curtas, admitir-se estilisticamente a omissão da vírgula. Como a frase iniciada pelo conectivo “todavia” tem grande extensão, melhor o ponto, em vez da vírgula.

Abaixo, faremos um quadro resumitivo da nossa proposta, estabelecendo um paralelo entre as frases de acordo com sua extensão.

CONSTRUÇÃO MAIS <u>LONGA</u>	CONSTRUÇÃO MAIS <u>CURTA</u>
Recomendação do <u>ponto</u> como melhor opção estilística.	Recomendação da <u>vírgula</u> .
Recomendação da vírgula.	Recomendação de Ø

Há uma relação entre a extensão da frase e os sinais. Quanto mais longa a frase, se deverá utilizar o sinal de maior duração, no que diz respeito à pausa. Resumindo:

CONSTRUÇÃO MAIS <u>LONGA</u>	CONSTRUÇÃO MAIS <u>CURTA</u>
Recomendação do sinal de maior duração	Recomendação do sinal de menor duração

Nos dois trechos a seguir, além da extensão, há também o fato de que a relação entre as partes é assindética. Poderíamos, ainda, inserir o caso no item anterior, considerando que a primeira frase, até “distâncias” funciona como tópico de parágrafo. Na verdade, não há fronteira rígida entre os dois casos. Isso não interfere na pontuação a ser utilizada.

R139, §3: *Controlar os meios de comunicação, não necessariamente está associado à censura, até porque a censura é uma forma de proibir que a melhor informação chegue às pessoas, já que, através dela, se tem uma restrição para certos assuntos, o ser humano deve parar de pensar na televisão como uma parte da família, parar de ser controlado por esse meio de comunicação, e ver que esses aparelhos vão lhes ensinar coisas novas e sempre os manterão informados.*

R181, §1: *Os meios de comunicação são muito importantes em nossas vidas hoje em dia, pois é uma forma de podermos estar cientes do que ocorre no mundo, faz com que haja o encurtamento das distâncias, nós aqui no Brasil podemos saber o que está acontecendo lá no Japão em tempo real, isso é um privilégio que temos em função do desenvolvimento nos meios de comunicação.*

4.1.5 Conjunções e equivalentes introdutoras de subordinadas deslocáveis para antes da principal marcam o início de uma frase

Nos exemplos a seguir,

R152, §1: *(...) Na relação mídia-indivíduo isso não é diferente, assim como os meios têm liberdade de comunicar, o cidadão tem a mesma liberdade para cobrar e adquirir informações de qualidade.*

R152, §4: *A informação é algo muito valioso no mundo contemporâneo e muitos reclamam de sua manipulação, assim como a mídia manipula, o ser humano contesta e a liberdade não é ferida. Muitas vezes, os indivíduos também controlam a comunicação, pois em certas horas isso é cômodo para ele.*

melhor seria o uso do ponto em vez da vírgula antes da expressão “assim como”, porque há outra informação antes da comparação. Vejamos algumas situações:

- (1) “Dois está para cinco, assim como vinte está para cinquenta.”
- (2) “Assim como vinte está para cinquenta, dois está para cinco.”
- (3) “Há fatos interessantes. Assim como vinte está para cinquenta, dois está para cinco.”

No caso (3), como vem outra informação antes da comparação, há ponto antes de “assim como”, conforme observamos em R152. O raciocínio vale não só para “assim como”, mas também para qualquer conjunção introdutora de oração subordinada colocada antes da principal. Exemplo:

- (1) “Embora ele esteja passando bem, nós continuamos preocupados.”
- (2) “Nós continuamos preocupados, embora ele esteja passando bem.”
- (3) “Ele já foi operado. Embora esteja passando bem, nós continuamos preocupados.”

O caso de “sendo assim” ou “assim sendo” é um subtipo deste, conforme veremos adiante.

4.1.5.1 A locução “sendo assim” e a pontuação

Na redação abaixo, a opção pelo ponto revela-se mais apropriada, como observamos na versão corrigida.

R108, §2: *Ao longo da história da humanidade, já foi comprovado que qualquer tipo de controle, de alguma forma, acaba se tornando uma censura, visto que o que está certo para uma pessoa pode estar errado para **outra, sendo assim**, não há como chegar a um acordo sobre o que pode ser mostrado e o que deve ser censurado.*

VERSÃO CORRIGIDA:

*Ao longo da história da humanidade, já foi comprovado que qualquer tipo de controle, de alguma forma, acaba se tornando uma censura, visto que o que está certo para uma pessoa pode estar errado para **outra. Sendo assim**, não há como chegar a um acordo sobre o que pode ser mostrado e o que deve ser censurado.*

Temos, até o ponto, uma oração complexa de estrutura subordinada, com uma “principal” (usando a terminologia da tradição escolar) acompanhada de três subordinadas e, a partir do ponto, uma subordinada reduzida de gerúndio, ainda que gramaticalizada, seguida da parte restante de uma segunda oração complexa, também composta por subordinação. Isso prova que a locução “sendo assim” deve ser precedida por ponto, já que sempre introduzirá uma nova oração complexa, como no exemplo, o que equivale a dizer uma nova frase. **Uma frase, na escrita, é uma sequência de palavras que vai de uma letra maiúscula até um ponto.**

É interessante comparar o caso com o de “sendo que”, examinado no item 4.1.1.1, em que a reduzida gramaticalizada, cujo verbo é “sendo”, se subordina a uma “principal” à

esquerda, ao passo que no caso de “sendo assim” a “principal” fica à direita, o que torna necessária a vírgula no primeiro caso e o ponto, no segundo.

4.1.6 Pontuação e expressões resumitivas

Deve-se preceder por ponto a frase iniciada pelo “isso” resumitivo, e expressões afins, ou seja, o “isso” retoma o conteúdo de uma oração inteira, ou de um conjunto de orações, e não apenas de um sintagma nominal.

R181, §1: *Os meios de comunicação são muito importantes em nossas vidas hoje em dia, pois é uma forma de podermos estar cientes do que ocorre no mundo, faz com que haja o encurtamento das distâncias, nós, aqui no Brasil, podemos saber o que está acontecendo lá no Japão em **tempo real**, isso é um privilégio que temos em função do desenvolvimento dos meios de comunicação.*

Essa prática é bastante encontrada em textos produzidos por alunos como expediente conclusivo da redação, numa espécie de enquadramento direcionado para o acerto, ensinado pelos cursinhos pré-vestibulares, que multiplicam uma formatação, a fim de auxiliar os que apresentam dificuldade em escrever.

Além do uso de pronomes com essa finalidade, há também, conforme Koch e Elias (2011, p.129), “as nominalizações ou rotulações” que configuram excelente processo de referenciação. Excelente, porque, diferentemente do uso do pronome, expressões lexicais além de “transformar enunciados anteriores em objeto de discurso” (ibidem), transparecem também uma opinião, operada pelo autor, numa determinada situação de interação, de forma a atingir seu propósito comunicativo. Daí a autora chamar esse processo de “rotulação”. O exemplo a seguir, retirado do Jornal *O Globo*, ilustra bem a situação:

O tempo transcorre, nós envelhecemos e o discurso e os fatos não mudam. Já não é surpresa a ocorrência de mais uma modalidade de roubo, mais cruel, mais eficaz que as anteriores, mais uma morte por ‘bala perdida’, mais uma criança desaparecida (provavelmente morta), recaindo a suspeição sobre os agentes de segurança pública, ou ainda mais um caso absurdo de corrupção. **Mais um dia comum.** Estamos no Brasil (adaptado, 31/08/11, p. 7).

No parágrafo, o sintagma “mais um dia comum” introduz um referente novo que encapsula tudo o que foi dito, representando a informação em um sintagma comentário, sendo um tipo de referenciação rotulante. O mecanismo, para ser ativado e compreendido pelo leitor, pressupõe certo partilhamento de conhecimento entre autor/leitor, de modo a que o interlocutor possa captar a intenção subjacente na expressão ou sintagma. No caso acima, para qualquer cidadão do Brasil, são fatos corriqueiros no nosso cotidiano. Em vez de estimular uma reação, representa apenas uma indignação acomodada.

Seria interessante levar o aluno a fazer exercícios destinados a desenvolver a habilidade de empregar esse recurso que, no *corpus* por nós examinado, tem baixíssima ocorrência. Fica a sugestão, embora ela se desvie um pouco de nosso tema específico.

Em construções *substantivo + esse (ou essa) + que* (substantivo + determinante demonstrativo + pronome relativo), o normal é a vírgula, enquanto o ponto configura um caso de pontuação heterodoxa. Na redação abaixo, se o aluno tivesse iniciado a segunda frase pelo pronome demonstrativo, o ponto seria perfeito.

R192, §4: *Portanto não são poucos os motivos que levam a crer que os meios de comunicação deveriam sofrer uma forma de controle por parte do Estado. Controle esse que não deveria ser encarado como uma censura, mas sim como uma forma de garantir o bem-estar da população.*

4.2 Troca da vírgula pelo ponto

No *corpus* da pesquisa, todos os casos identificados de uso do ponto pela vírgula foram considerados erros gramaticais que comprometem a qualidade do texto. Na medida em que o sistema pontuatório é um importante recurso coesivo, atingindo dimensão sintática e semântica na construção da textualidade, interessa-nos verificar quais os tipos de infrações cometidas, de forma que possamos propor exercícios que sirvam como fonte de pesquisa ou de modelo para o exercício da pontuação.

Diante do *corpus*, essa troca não se configura como a maior problemática enfrentada pelos alunos, pois foram identificados poucos casos, 2,5%. Todavia, mostraram-se valiosas as contribuições do capítulo, pois permitiu vislumbrar a dificuldade de entendimento dos alunos em relação à gramática, em especial no que diz respeito à natureza da oração, o que nos possibilitou criar exercícios que conjugassem a pontuação com a construção da frase. Apesar de não representar novidade, é importante o professor perceber tal viés como uma perspectiva de ensino, e oferecer a seu aluno a vivência da teoria na prática: ensinar a estrutura frasal em sua interface com a pontuação. Ao mesmo tempo em que se trabalha o reconhecimento da oração, trabalha-se a estruturação da frase, auxiliando posteriormente o discente na tarefa de construção de textos. Além disso, a pontuação deixa de ser vista como mais um assunto a ensinar, assumindo seu papel de organizadora e veiculadora de sentidos.

Na análise, foram inseridas outras redações de alunos do primeiro período de uma universidade particular, da qual a pesquisadora é docente, consideradas de interesse para a

pesquisa. O adendo não interferiu no trabalho, porque o nível do calouro universitário é praticamente o mesmo do vestibulando.

Como metodologia adotada, fez-se um levantamento dos casos encontrados, agrupados em um mesmo item, porque o *corpus* deve contribuir para a identificação dos problemas e não constituir o foco da pesquisa. De forma similar ao item anterior (da troca do ponto pela vírgula), erros não pertinentes à nossa análise foram corrigidos, a fim de não tornar a leitura cansativa e não desviar a atenção do foco da problemática por nós estudada.

4.2.1 Regras infringidas

4.2.1.1 Não se usa ponto, mas vírgula entre a oração subordinada reduzida de gerúndio e o restante da oração complexa

Na frase, “**Tendo em vista as atitudes irresponsáveis do filho, o controle da empresa passará para as mãos do genro**”, a oração sublinhada exprime a causa do conteúdo da segunda oração e, por não se constituir em um período completo e gramaticalmente independente, não se pode separar por ponto da segunda oração. A infração à regra ocorreu com frequência no *corpus*. Eis alguns exemplos:

R 3, §4: *Tendo em vista o grande poder de influência desses meios e a ganância de quem está no poder por mais poder. O controle dos meios de comunicação por uma única instituição, governamental ou não, transformará esses meios em uma máquina de alienação e total ignorância ainda maior.*

R46, §2: *Isto porque o sedentarismo cresce no mundo todo, causando diversos danos a um indivíduo, por perder horas em frente a um computador, **por exemplo. Perdendo**, assim, o controle de sua vida cotidiana com interferência desse meio de comunicação em sua rotina diária, comprometendo sua saúde e relações na sociedade prejudicada pelo sedentarismo.*

R47, §3: *Os pais têm papel fundamental nessa questão, pois são eles que podem saber melhor, o que é permitido ou não para seus **filhos. Fazendo** assim um acompanhamento do crescimento deles.*

R61, §3: *Com a internet e a televisão, qualquer ser humano consegue estar informado e passar informações em questão de segundos para toda parte do planeta que esteja conectada a esses meios de **comunicação. Interferindo** de maneira direta ou indiretamente, podendo trazer benefícios ou malefícios para o próprio ou para outrem.*

R76, §1: *(...) Sendo assim, esses meios exercem diretamente influência nas nossas escolhas, opiniões e **atos. Só nos restando** discutir até onde devemos ou podemos controlar tais influências dos detentores dessa infra-estrutura.*

R80, §5: *É necessário que cada pessoa ache a melhor maneira de utilizar o que está a **disposição**. Sabendo que os limites são impostos a você por você mesmo.*

R102, §3: *O que se deve ter cuidado é para que esse controle não invada a privacidade e a liberdade de expressão e de ir e vir do indivíduo. Algo que atualmente é o chamariz da rede e que acarreta a diversidade cultural, política, religiosa e **racial**. Possibilitando ao internauta conhecer novas pessoas, interagir de maneira mais rápida (...)*

R102, §4: *Tais argumentos reforçam a idéia de que o controle sobre a mídia não deve ser uma forma de controlar o indivíduo, mas sim um meio de ajudar a **convivência social**. Não privilegiando alguns grupos economicamente ou politicamente.*

R149, §4: *A democracia de informações e a apresentação de todas as realidades pode possibilitar maior conscientização do que ocorre em diferentes camadas sociais, ocasionando a mistura informacional, possibilitando a diversidade cultural ser mais **explícita, livre**. Assim promovendo mudanças que transformariam pensamento diminuindo preconceitos e violências.*

R153, §3: *Através do marketing, da simples escolha de palavras, as grandes empresas manipulam a população usufruindo dos meios de comunicação, se não houver algum tipo de controle, as empresas vão poder fazer o que quiserem com o espaço que **lhes é dado**. Não pensando na população e sim em benefício próprio.*

R161, §2: *(...) com isso, ela apenas divulgará aquilo que a favorece, bem como, omitirá tudo aquilo que a **prejudica**. Podendo assim manipular as pessoas de forma que a empresa pareça uma instituição limpa e honesta.*

R179, §2: *(...) Por causa dessa falta de controle, a infância das crianças está terminando cada vez mais cedo, fazendo com que elas ajam **precocemente**. Criando ainda mais preocupações para os pais.*

R184, §1: *Temos assistido, nos últimos anos, a uma revolução midiática poucas vezes notada na história. “Gadgets” eletrônicos e ferramentas de comunicação surgem a cada **momento**. Encurtando distâncias e construindo uma rede de comunicação.*

R199, §2: *A liberdade dada à mídia é muito importante para o desenvolvimento de uma democracia, todavia é necessário impor limites, já que uma grande parcela dessa sociedade é influenciada pelo que assistem nesses meios de **comunicação**. Podendo considerar essa influência positiva ou negativa.*

O exemplo abaixo, apesar de se enquadrar no mesmo caso deste item, apresenta uma peculiaridade no que diz respeito ao gerúndio.

R46, §4: *(...) Por isso, o controle dos meios de comunicação tem que ser exercido de alguma maneira que possa intervir de forma não prejudicial nessa **sociedade**. Sendo assim favorecida com os benefícios que os meios de comunicação lhe oferecem e atribuem, causando assim um avanço e uma maior interação entre os indivíduos e as sociedades.*

A oração introduzida por “o controle dos meios de comunicação” funciona como principal das subordinadas introduzidas por “*que possa intervir*” e por “*sendo assim favorecida*”. O sujeito da reduzida de gerúndio tem de ter o mesmo referente da sua principal, porque o gerúndio não contém desinência número-pessoal, “herdando” o referente do sujeito da oração principal.

No parágrafo, portanto, o sujeito de “sendo” deveria ser “*o controle dos meios de comunicação*”, e não “*sociedade*”, como está escrito. Admitindo o erro, seria mais um fator a endossar o uso da vírgula e não do ponto depois de “*sociedade*”, conforme verificamos nas versões corrigidas:

O controle dos meios de comunicação tem de ser exercido de modo não prejudicial à sociedade, sendo esta beneficiada com o que os meios têm a lhe oferecer.

O controle dos meios de comunicação tem de ser exercido de modo não prejudicial à sociedade. Sendo esse, o único caminho realmente democrático.

4.2.1.2 Não se usa ponto, e sim vírgula, entre a oração subordinada adverbial e o restante da oração complexa.

Nesse tópico, trataremos da reduzida de infinitivo e da desenvolvida, uma vez que encontrou-se apenas um caso da primeira no *corpus* e uma formulação *ad hoc* é talvez didaticamente recomendável, ou, pelo menos, inofensiva. Optamos por ela, pois conforme Oliveira:

A preocupação de juntar duas ou mais regras numa só está ligada ao PRINCÍPIO DA ECONOMIA DESCRITIVA, importante aliado de quem descreve línguas, não só com fim científico, mas também com propósito didático. Deve-se, pois, dentro do possível, buscar uma formulação mais econômica para as regras. É claro que há situações em que o “casuísmo” é necessário. Em linguística teórica, quanto menos abrangente é uma regra, menos valorizada ela é. Evitam-se as regras de baixa abrangência chamadas “regras *ad hoc*” (ao pé da letra, regras “para isso”). Na descrição pedagógica, todavia, embora também se deva em princípio evitar regras *ad hoc*, há situações em que elas são necessárias (2011, p. 64)

Uma oração como a sublinhada em, “*É necessário que ele volte logo, para estudar português*”, exprime finalidade do conteúdo da primeira, portanto, por não se tratar de um período completo, deve-se usar vírgula, e não ponto, entre ela e a “principal”. A respeito, vejamos a pontuação realizada pelo aluno:

R78, §4: *Em suma, é necessário que haja um maior discernimento das pessoas ao escolher uma programação para assistir na TV ou ao utilizar o computador. Para*

assim evitar qualquer tipo de controle e manter viva a liberdade que já foi conquistada há anos.

A seguir, mais exemplos de “quebra” da oração subordinada adverbial desenvolvida:

R196, §5: *Logo, o melhor a ser definido seria o controle sobre as propagandas que fogem à ética, vetando os exageros para a venda de um **produto**. De forma que ficassem divididos entre canais, o perfil de programas para que o telespectador não fosse obrigado a assistir o que não quisesse.*

R64, §5: *O que tem que haver nos dias de hoje é respeito e conscientização por parte de quem faz esses meios de **comunicação**. Para que eles não mudem as cabeças das pessoas, não exercendo sobre elas controle.*

R148, §4: *Logo, é possível que se mantenha um controle sem proibições, mantendo uma boa relação entre os meios de comunicação e os **interlocutores**. Para que assim estejam bem informados, literalmente.*

R avulsa §4: *Sendo assim, cabe a população atual caminhar sempre em direção a um futuro certo, íntegro. Para isso, é necessário a orientação e o bom exemplo, partindo das pessoas mais próximas, como pais, parentes e **amigos**. Para que o futuro seja cheio de profissionais íntegros, competentes, cheios de força para lutar e vencer.*

No parágrafo abaixo, o conectivo “visto que” estabelece uma relação de **explicação** (a tradição escolar diria “**causa**”) em relação à primeira oração. Embora a norma gramatical admita o uso do ponto entre coordenadas explicativas, no exemplo, a intuição de usuários maduros da língua padrão percebe o ponto como inadequado, o que nos permite inferir que entre as orações existe, na realidade, uma relação de subordinação.

R16, §3: *Entretanto, as liberdades conquistadas ao longo de gerações não podem ser **afetadas**. Visto que o respeito à cultura, aos diferentes gostos, idéias devem ser garantidos.*

De acordo com Oliveira (2010), dos sinônimos de “porque”, os mais fortes “candidatos” a funcionar como subordinativos, mesmo semanticamente explicativos, são “já que” (principalmente), “visto que” e “uma vez que”. Assim, temos, no exemplo em questão, um “visto que” semanticamente explicativo, mas sintaticamente subordinativo.

No caso abaixo, ocorre uma construção semelhante com o “já que”.

R92, §4: *Impedir que informações sejam transmitidas está errado, pois cada um tem o direito de decidir aquilo que quer **saber**. Já que o principal objetivo dos meios de comunicação é comunicar, deixar a população informada.*

Classificar orações como coordenadas e subordinadas é uma questão sintática, e identificá-las como explicativas ou causais é problema semântico. De acordo com a tese de Aurení Marvila, a locução “já que”, semanticamente, é sempre explicativa, ao passo que sintaticamente é sempre subordinativa. Para a autora, o conectivo introduz uma assertiva que funciona como argumento, tendo, portanto, natureza **explicativa**. Sua classificação como **causal**, só poderia advir do fato de se considerar a causa como “argumento para justificar seu efeito” (MARVILA, 2009, p.52). O sentido causal estaria em segundo plano em face da explicação primordial contida no argumento. No caso, estaríamos diante de um conectivo subordinativo de natureza explicativa, o que implicaria a existência de uma **oração subordinada explicativa**. Assim como Marvila, não vemos problema em fugir da classificação tradicional, haja vista questões admitidas por vários gramáticos, como o caso da oração subordinada adverbial modal, não reconhecida pela NGB.

Apesar de correta a substituição do ponto pela vírgula entre coordenadas (tanto é válido, por exemplo, “*O imóvel é bom, entretanto é mal localizado*” quanto “*O imóvel é bom. Entretanto, é mal localizado*”), no caso em pauta se intui claramente que não cabe o uso do ponto. Só é possível a vírgula, o que fornece evidência em favor da análise de Marvila, segundo a qual, como vimos, “já que” é sempre explicativo (aspecto semântico), e sempre subordinativo (aspecto sintático). Vejamos mais casos:

R108, §2: *Ao longo da história da humanidade, já foi comprovado que qualquer tipo de controle, de alguma forma, acaba se tornando **uma censura**. Visto **que**, o que está certo para uma pessoa pode estar errado para outra, sendo assim, não há como chegar em um acordo sobre o que pode ser mostrado e o que deve ser censurado.*

R136, §4: *Vale lembrar que, ao fazermos restrições principalmente com as crianças quanto ao conteúdo que é passado na televisão e na internet, estamos buscando uma forma de **protegê-las**. Já **que** a legislação internacional e brasileira é pouco eficaz quanto à distribuição de sites na rede.*

R192, §4: *O pior e mais grave dos problemas diz respeito à formação de **opinião pública**. Uma vez **que** são meios de comunicação, estes vinculam informações. Sem nenhuma forma de controle, colocarão à disposição do público, o que quiserem, desde histórias distorcidas até mesmo inventadas (...)*

No trecho abaixo, por termos um conectivo causal, o uso do ponto não é aceitável. O correto é a vírgula. A leitura com o ponto faz o leitor estranhar o texto. Pelo menos para um

leitor com intuição linguística aguçada, pelo hábito da leitura. Nada impede que se use ponto antes do conectivo “porque”, desde que ele seja coordenativo explicativo, como no exemplo: “*Não adianta se lamentar quando fatos desagradáveis acontecem na vida. **Porque eles terão de ser solucionados de qualquer jeito.***” O ponto de R74, §2, portanto, só é incorreto porque se trata de um conectivo subordinativo causal.

R74, §2: *Esta criação antrópica, que foi uma das maiores invenções criadas, está perdendo o controle. Porque a internet não tem leis, fazendo com que países entrem na justiça, pois há conteúdos que são proibidos de serem mostrados a suas populações.*

No exemplo a seguir, rompeu-se a enumeração das subordinadas adverbiais finais. As orações iniciadas por “*que cresçam como cidadãos de bem*”, “*que não sejam alienados*” e “*que possam participar*” são subordinadas finais da oração complexa: “*Desde pequenos devem lhes ser oferecidos educação, respeito, para que ...*”. No trecho, a pontuação adequada, na verdade, seria o ponto e vírgula separando as orações, uma vez que algumas orações contêm vírgulas. Uma das possíveis causas para tal erro pode ser a extensão da frase, que influenciou na preferência pelo ponto.

Além disso, o segundo parágrafo jamais configuraria um parágrafo, porque é uma subordinada, conforme já dito, e a oração/ parágrafo ficou solta.

R avulsa §2: *Desde pequenos, devem lhes ser oferecidos educação, respeito, para que cresçam como cidadãos de bem, podendo lidar com o cotidiano e possam encarar todos os problemas com facilidade. Que não sejam alienados o suficiente para serem excluídos de um padrão de vida digno.*

Que possam participar da vida, de um modo geral, com direitos e deveres, sem restrições.

4.2.1.3 Não se separa por ponto, mas por vírgula, a construção relativa explicativa

Se considerarmos que o “que” equivale a “os quais”; portanto, pronome relativo, no exemplo abaixo, não se separa por ponto do sintagma nominal a que se refere: “crianças e adolescentes”. Se o considerarmos sinônimo de “porque”, sua classificação será a de **conjunção coordenativa explicativa**, estando correto o uso do ponto.

R47, §2: *Os canais de rádio e televisão devem se preocupar com o que expõem na mídia, não só pelas crianças, mas também pelos adolescentes, ambos em fase de*

aprendizagem e formação de caráter. Que absorvem de tudo um pouco do que ouvem e/ou assistem.

É, portanto, um caso de “que” ambíguo, que, segundo Oliveira (2010), tem sua origem na passagem do latim para o português.

No latim, “*quia*” significava “porque” e, na evolução para o português arcaico, passou a “*ca*” (*quia* [kwia] > *quia* [kya] > *ca*), ainda significando “porque”.

Em relação ao pronome relativo, temos a forma latina “quem” [kwem], que, pelo fenômeno da apócope, originou “que” (pronome relativo).

Assim, em “*Errada é a Regina, que não gosta da escola*”, o “que” é sinônimo de “a qual”, Já em “*Errada é a Regina. Que não gosta da escola*”, o “que” é sinônimo de “porque” (no segundo caso, pode-se empregar, facultativamente, vírgula ou ponto).

Caso 1: “que” = “a qual” (pronome relativo).

Oração subordinada adjetiva explicativa, conforme a tradição escolar.

Caso 2: “que” = “porque” (conjunção explicativa).

Oração coordenada sindética explicativa.

No caso 1, o uso do ponto é inaceitável, uma vez que a sequência introduzida pelo “que” funciona como um modificador do sintagma “*Regina*”, ou seja, a sequência “*que não gosta da escola*” é um constituinte de nível subordinado (PERINI, 2007, p.140). No caso 2, o “que”, sendo uma conjunção, introduz uma oração que funciona como coordenativa explicativa, justificando o uso ponto ou, facultativamente, também o da vírgula — como vimos.

Conclui-se que a construção com “que” como conjunção coordenativa explicativa precedida de ponto (como em **R47, §2**), apesar de correta do ponto de vista gramatical, tem um **grau de aceitabilidade** menor que a equivalente com “porque”, visto que esta não dá margem à ambiguidade da primeira.

----- . Porque (EXPLICATIVO) ----- :.gramaticalmente correto e plenamente aceitável do ponto de vista estilístico;

----- . Que (EXPLICATIVO) ----- :.gramaticalmente correto, mas não plenamente aceitável do ponto de vista estilístico.

Mais alguns exemplos de “que” ambíguo (conectivo explicativo e pronome relativo ao mesmo tempo):

R189, §3: (...) *Atualmente no Brasil, a hegemonia televisiva é a **Rede Globo**. **Que** por sua vez obtém ramificações não só na televisão, como exemplo: *Jornal O Globo*.*

R196, §3: *Deveria haver leis que proibissem programas sensacionalistas de caráter apelativo ou informações **deturpadas**. **Que** chegam aos meios com o intuito de induzir um indivíduo a algum ato.*

R.avulsa § 2: (...) *Um estudo de qualidade vai depender dos governantes agirem da forma correta, com os recursos e investirem melhor em projetos para as classes mais carentes. Já uma boa educação vai depender dos **pais**. **Que** devem dar amor, carinho e ensinar valores para elas crescerem com dignidade, para se tornarem homens e mulheres de bem.*

4.2.1.4 Não se usa ponto, mas vírgula, antes de certos conectores reformulativos. Entre eles, “como, por exemplo”

As principais opções, no caso da exemplificação, são as seguintes:

I- ORAÇÃO, como, por exemplo,...

II- ORAÇÃO. Por exemplo,...

III- ORAÇÃO, como (com uma única vírgula antes de “como”)

Opção I: “*Ele foi ao Ceará e visitou praias lindíssimas, como, por exemplo, a praia do Futuro, a do Forte, Cumbuco e Iguape.*”

Opção II: “*Ele foi ao Ceará e visitou praias lindíssimas. Por exemplo, a praia do Futuro, a do Forte, Cumbuco e Iguape.*”

Opção III: “*Ele foi ao Ceará e visitou praias lindíssimas, como a praia do Futuro, a do Forte, Cumbuco e Iguape.*”

No caso, a exemplificação abrange apenas alguns elementos do conjunto (OLIVEIRA, 2001, p. 99).

Nos fragmentos, outros exemplos de pontuação incorreta:

R76, §2: *Tal infraestrutura ainda é carente de leis que protejam seus usuários, que, na maioria das vezes, são afetados sem nem mesmo **perceber**. **Como, por exemplo**, no caso da internet, onde os detentores dessa infraestrutura podem saber tudo o que você faz, com quem se relaciona e o que compra na internet, sendo isto uma arma valiosa para grandes empresas e governos totalitaristas.*

R122, §3: *A internet, que é o maior exemplo de livre expressão, demonstra esse paradoxo quando permite a demonstração de atitudes **preconceituosas**. **Como** comunidades racistas, pedófilas e outras que violam os direitos pessoais, por exemplo.*

R187, §2: *Todo ser humano tem a tendência de respeitar algo que viu. **Como foi o caso** do filme *Tropa de Elite*, no qual passaram a existir vários filmes no Youtube que imitavam as torturas.*

R136, §2: *(...) Só que todo esse avanço tecnológico traz também **malefícios** **exemplo disso** os sites de pedofilia, cenas de sexo explícito...*

Neste último trecho, o vestibulando não inseriu qualquer sinal de pontuação. O adequado seria o ponto, que também se justifica se o caso for inserido no tópico 4.1.2, de retomada por determinante pronominal mais sintagma nominal.

4.2.1.5 “O que” = “fato que”

A sequência “o que”, quando significa “fato que”, normalmente vem separada por vírgula da oração que a antecede, e não por ponto, em construções do tipo: “*Muitos convidados não foram à festa, o que deixou a aniversariante magoada.*”

Em casos assim, o termo fundamental do aposto, isto é, o constituinte oracional por ele “explicado”, é uma oração: “*Muitos convidados não foram à festa*”. O mesmo acontece em “*Sá Carneiro, poeta português, era amigo de Fernando Pessoa*”, com a diferença de que, na oração, o termo fundamental é um sintagma nominal: Sá Carneiro.

A retomada anafórica, na segunda oração, poderia realizar-se pelo demonstrativo “isso”. O emprego do ponto seria inquestionável: “*Muito convidados não foram à festa. Isso deixou a aniversariante magoada*”.

Merece comentário, entretanto, o uso do ponto em frases iniciadas por “o que”, que, à primeira vista, parece incorreto, mas que tentaremos demonstrar que é um caso de **construção não ortodoxa**, mas **aceitável**.

Não se pode trabalhar a noção de correto e errado como dois polos extremos, uma vez que esta última apresenta certo grau de relatividade. Existe o uso correto; o indubitavelmente errado; e o não ortodoxo, mas aceitável. Nos trechos transcritos a seguir, encontramos exemplos não ortodoxos, mas aceitáveis.

R 6, §1: *Muito se discute sobre a influência que os meios de comunicação exercem sobre a sociedade atual e até que ponto essa situação deve ser objeto de controle por parte dos órgãos governamentais. O que, entretanto, deve ser avaliado com muita cautela, uma vez que há uma enorme dificuldade em distinguir-se o que seria censura de uma forma racional de controle. (= fato que)*

R119, §3: *Entretanto, no campo do bem estar social, no sentido de problema social, como o preconceito, a AIDS entre outros, a mídia está sendo participativa e positiva. O que faz com que ainda existam pessoas, além das que controlam a mídia a fim da continuidade da censura, porém com algumas correções. (= fato que)*

R 146, §1: *(...) Essa problemática já ocasionou a mudança de certas grades de programação e muitos questionam se essas transformações servem de fato para proibir crianças de assistirem ao que não é recomendado. O que não se pode negar é de como a mídia possui influência na cultura e nos hábitos dos brasileiros. (= fato que)*

R 147, §4: *(...) Censurar pode controlar, mas é direito de cada um escolher no que acreditar e o que é melhor. O que precisa ser revisto e debatido são os valores, a diferença entre o certo e o errado (...) (= fato que)*

R 168, §3: *(...) Esse exemplo mostra não só a utilidade, mas também a necessidade de se exercer controles nesse tipo de mídia.*

O que pode muito facilmente ocorrer, e também é o que dificulta a classificação da censura, é a falta de afinidade de uma emissora com determinado tema e por conseguinte sua eliminação. (= fato que)

R 198, §3: (...) *Este controle se apresenta de formas sutis, como a falsa liberdade de expressão e o monitoramento das pessoas, seja no telefone, no banco, em lugares comuns, nas câmaras de vigilância, chegando à internet. O que muitas vezes traz segurança, inibe a liberdade. (= fato que)*

R 199, §4: *Mas quando a mídia faz uma apologia às ideias negativas como o desrespeito, falta de educação, entre outros, a população acaba sendo influenciada pelo o que assistiram. O que é ruim, já que a tendência dessas pessoas é se desrespeitarem, não serem educados umas com as outras. O que é ruim para o desenvolvimento de uma sociedade. (= fato que)*

A fim de reiterarmos a possibilidade dessa ocorrência, retiramos um exemplo de uma tese de doutorado:

De qualquer forma, como se sabe pela história, a corrente de Afrânio Coutinho acabou vencendo a batalha e Álvaro Lins e seu impressionismo foram, de certo modo, relegados ao ostracismo. O que não quer dizer que [= ou seja] a assim chamada análise estilística praticada por Garcia tenha conquistado espaço definitivo na cena crítica brasileira. (CONFORTE, 2010, p. 93)

Uma vez que se admite o uso do ponto entre orações em relação de coordenação, a aceitabilidade do ponto antes da sequência “o que” talvez resida no fato de a relação entre o **aposto explicativo** e **termo fundamental** ter algo de “coordenativo” (diríamos que entre as categorias **coordenação** e **subordinação** há uma zona fronteira relativamente nebulosa e que essa relação se encontra em tal fronteira hábil).

No exemplo de Marina Colasanti: “*Foi assim que o príncipe a viu. Metade mulher, metade corça, bebendo no regato.*” (1979, p. 39), o aposto “metade mulher, metade corça” está separado do termo fundamental “assim” por ponto. A preferência pelo ponto ajuda a enfatizar o aposto.

Na redação:

R94, §2: *Se a liberdade de expressão é vista como um direito e cerceá-la representa para muitos uma medida totalitarista. O que gera contestações, pois inúmeros Estados já presenciaram o abuso de poder, como nos regimes nazifascistas brasileiro, italiano e alemão.*

O conectivo “se” é inadequado, uma vez que considerá-lo implicaria dizer que a frase está incompleta. O uso da vírgula, no contexto, é melhor do que o ponto. A oração subordinada condicional e o restante da oração complexa ficam inseparavelmente ligados. Separá-las é mais inaceitável do que separar uma oração subordinada final, causal etc. Considerando o grau de aderência em relação às adverbiais, podemos afirmar que a consecutiva e a condicional são as mais fortemente imbricadas em relação ao restante da frase.

No caso, “O que” não pode ser precedido de ponto. A possibilidade só existe quando a sequência que antecede “o que” constitui uma oração completa, simples ou complexa.

4.2.1.6 Heterodoxia aceitável

São considerados casos de heterodoxia aceitável, entre outros:

a) o uso de “ou seja”, “isto é” precedidos de ponto e seguidos por vírgula:

R7, §3: “(...) Como diz Caetano Veloso: ‘o homem é o lobo do homem’. **Ou seja**, as máquinas que os cientistas inventam, apoiado pela sociedade são as mesmas que destroem e causam medo.” (= **isto é**)

R176, §2: *A mídia nada mais é do que uma fonte dispersora de ideias, mas não uma formadora de opinião. Nós homens, animais complexos dotados de razão e poder de raciocínio, ao invés de deixar que a mídia manipule nossos pensamentos, nós devemos manipulá-la para ser usada a nosso favor. **Ou seja**, ao invés de acatarmos tudo o que nos é passado pelos meios de comunicação, nós devemos conviver com a mídia, absorver todas as informações passadas, organizá-las e usá-las segundo nossas concepções.* (= **isto é**)

b) ponto separando “frases nominais”, como em:

Desabamento de shopping em Osasco. Morte de velinhos numa clínica do Rio. Meia centena de mortes numa clínica de hemodiálise em Caruaru. Chacina de sem-terra em Eldorado dos Carajás. Muitos meses se passaram e esses fatos continuam impunes. (VIANA et al, 1998, p,79)

No parágrafo, o emparelhamento das frases nominais, decorrentes de nominalizações dos verbos, fornece dinamicidade à leitura. Há uma enumeração de fatos que possibilita leitura com uma prosódia ascendente das frases, como se em vez de ponto, se utilizassem vírgulas.

5 OPÇÃO PELO PONTO EM FRASES INICIADAS POR CONECTIVOS

COORDENATIVOS

A pontuação está diretamente relacionada à estruturação da frase, com suas orações simples ou complexas (períodos simples ou compostos na tradição escolar), atuando, muitas vezes, de forma concomitante aos conectivos e articuladores textuais, o que acentua seu papel redundante nas situações. Na pesquisa, embora tenha relação com o uso dos conectivos, centra-se na troca do ponto pela vírgula e vice-versa. Optamos, entretanto, por dedicar um capítulo ao uso do ponto em relação aos conectivos coordenativos, pela frequência de sua utilização no *corpus* analisado.

As orações coordenativas podem ser separadas por vírgula ou por ponto. Por exemplo, é facultativo o emprego de:

- (1) “*Ele foi à praia, mas não entrou na água*” ou
- (2) “*Ele foi à praia. Mas não entrou na água*”.

portanto, não nos estamos desviando do objetivo do trabalho. Apesar do levantamento não se centrar em situações inadequadas ou errôneas, por se tratar de uma opção estilística do escritor pelo ponto, julgamos pertinente seu estudo. Convém esclarecer que, malgrado a existência de uma pequena diferença discursiva entre os dois sinais nesse contexto, tal distinção é quase imperceptível, o que autoriza o professor a falar em facultatividade. A diferença está no fato de a segunda oração, que ganha destaque em qualquer das hipóteses, destacar-se ainda mais quando se usa o ponto, por se tratar de uma pausa maior. Há na língua uma regra prosódico-semântica que torna proeminente uma sequência precedida de pausa.

Enquanto a opção pela vírgula se baseia na sintaxe, a preferência pelo ponto, de certa forma, centra-se mais no discurso, submetido aos arranjos que melhor favorecem ao propósito comunicativo. Assim, não nos é possível tratá-la sob uma perspectiva unilateral, pois ela se encontra na interseção da gramática com o discurso, sem total privilégio de uma ou de outro.

A abordagem linguística, ao se associar à cognitiva, passa necessariamente pela competência enciclopédica do autor. Desse modo, a escolha dos conectivos em posição inicial de frase revela uma organização estrutural das categorias cognitivas em prol de um ajustamento entre contexto e discurso. Conforme Perini, “a coordenação aproxima-se dos fenômenos discursivos, muito menos dependentes da estrutura interna das formas linguísticas e baseados, em vez disso, de preferência em fatores semânticos e cognitivos em geral (2007, p. 143).

Na análise do *corpus*, privilegamos o papel da pontuação como elemento de ligação nunca perdendo de vista a construção oracional. Em virtude da riqueza de um estudo discursivo, pretendemos nesse tópico analisar a contribuição dos sinais na estruturação do texto, observando de que maneira alunos concluintes do ensino médio utilizam o recurso. Diferentemente do realizado até aqui, voltaremos nosso olhar para a pontuação em atuação com os conectivos em início de frase.

No levantamento da ocorrência desse fato no *corpus*, não consideramos os casos de conectivos subordinativos, uma vez que o emprego de ponto entre a oração subordinada e a “principal” resulta em erro, situação já abordada. Entre os coordenativos apontados pela gramática, chama a atenção o fato de apenas um candidato entre 40 ter utilizado ponto antes do conectivo “ou” em posição interoracional. Talvez por não ser comum, embora se saiba da existência na língua dessa possibilidade. Por exemplo: pode-se empregar tanto (1) quanto (2) em casos como os que se seguem:

(1) “*Não saia nesse temporal, ou pegue um guarda-chuva.*”

(2) “*Não saia nesse temporal. Ou pegue um guarda-chuva.*”

O ponto só é aceitável porque o conectivo em (1) está em função interoracional, o que tornou possível atribuir-lhe papel transfrástico ou textual em (2). Só se pode substituir vírgula por ponto antes de conectivos coordenativos de função interoracional. Com os que ligam termos da oração (isto é, têm função intraoracional) isso não pode ocorrer. Parece consenso a proibição. Nos próprios textos do *corpus*, em torno de 60 alunos utilizaram o conectivo nessa posição, porém com vírgula e não ponto. A restrição vale tanto para os alternativos quanto para os demais conectivos coordenativos. Maiores detalhes sobre conectivos intraoracionais, interoracionais e interfrásticos ver item 5.1.

Qualquer conectivo coordenativo, desde que interoracional, pode ser precedido de ponto, assumindo posição interfrástica, o que não ocorre com os intraoracionais, como vimos. Apesar da possibilidade, nem todos os coordenativos comportam-se da mesma maneira. É o caso dos alternativos e explicativos. Os primeiros são mais frequentes em posição intraoracional, e os últimos, em virtude de afinidade com a natureza subordinante das causais, trazem para a coordenação uma dificuldade de serem precedidos por ponto, embora o sejam, apesar de sem muita frequência.

Interessante ressaltar que, apesar de não consistir objeto de estudo específico nas aulas de Língua Portuguesa, o uso do ponto antes de conectivos revela-se prática usual, confirmando a teoria de que a leitura é coadjuvante no processo da escrita. Talvez, por isso mesmo, sua utilização ocorra de modo mais proeminente como organizador de informações,

do que realce do segmento em que se insere. O critério para uso não está ancorado numa escolha estética.

A opção pela separação por ponto da oração, introduzida pelo conectivo, que normalmente teria a função de realçar o segmento seguinte, revelou-nos que a preferência do aluno por esse sinal se deu mais em virtude da extensão da frase. O medo de errar somado às noções difundidas, de maneira geral, nos cursinhos preparatórios para o vestibular sobre o cuidado na redação de frases longas podem levar os alunos a optarem pelo ponto.

5.1 Conjunções ou conectivos?

Faremos uma breve explanação a respeito das conjunções em algumas gramáticas, de modo a discutir sua atuação e nuances conforme diferentes pontos de vista. É unânime, entretanto, sua classificação como palavra invariável, que liga orações ou termos.

Para Cunha e Cintra (2008, p. 593), “as conjunções subordinativas ligam duas orações, uma das quais determina ou completa o sentido da outra, enquanto as coordenativas não se alteram com a mudança da construção, pois ligam termos independentes”. Nessa definição, os termos “determinar” e “completar” relacionam-se de forma mais específica às adjetivas e substantivas respectivamente, enquanto às orações adverbiais, o termo “acrescentar ou modificar” seria mais apropriado, em virtude da função dos advérbios. Em relação às conjunções coordenativas, não são elas que “não se alteram”, mas as orações ligadas por elas.

Na gramática de Rocha Lima, a conjunção tem a função de “relacionar dois elementos de mesma natureza (coordenativas) ou orações de natureza diversa, das quais a que começa pela conjunção completa a outra ou lhe junta uma determinação (subordinativas)” (1992, p. 184). O autor, assim como os anteriores, usa a mesma nomenclatura, “completar e determinar”.

Bechara (2000, p. 319) chama as “conjunções coordenativas de conectores, que reúnem orações de nível sintático, independentes, e unidades de mesmo valor funcional”. Enquanto as conjunções subordinativas atuam como transpositores de “um enunciado que passa a função de palavra”, exercendo função própria de substantivo, adjetivo e advérbio. Rotula a oração subordinada como “degradada”, ou seja, aquela que se rebaixa à condição de termo, que, nas palavras de Carone (2002, p. 49), seria uma oração subalterna, pois faz parte de uma “sub-ordem” de orações.

Perini (2007), diferentemente dos outros, não insere na classe das conjunções os conectivos coordenativos, aos quais nomeia de “coordenadores”, exceto os “deslocáveis”,

que, segundo ele, precisam de melhor estudo. Seriam conjunções somente as subordinativas e as integrantes (nominalizadores).

Muitos autores colocam as conclusivas e as explicativas como um quadro à parte dos conectivos coordenativos. Conforme Oliveira (2010), as conclusivas, menos “logo”, e as adversativas exceto “mas” e “só que”, em virtude da possibilidade de deslocamento, constituem caso fronteiro com a classe dos advérbios, porque há grande tendência na diacronia da língua de advérbios se tornarem conjunções. Pode-se dizer que são “conjunções mutantes” (idem). As explicativas, entretanto, diferem dos coordenadores propriamente ditos (*e, nem, ou, mas* — cf. Perini 2007) porque coordenam menos, isto é, há contextos sintáticos em que elas não se encaixam. Além disso, ambos os conectivos não se prestam à função de ligar termos (*“*casa porque comida*” ou * “*casa logo comida*”). Numa enunciação, sintagmas do tipo podem até fazer sentido, desde que o interlocutor recupere seus implícitos, mas em tais casos o conectivo não coordenará as palavras *casa* e *comida*. Tratar-se-á de uma contiguidade por mera coincidência, a serviço de outras estruturas sintáticas, como em “*Ela cozinha em casa porque comida de quentinha não utiliza orgânicos*” ou “*Ela cozinha em casa, logo comida de quentinha não faz falta para ela*”.

Numa visão textual, Santos, por exemplo, ressalta o papel dos tradicionais conectivos coordenativos (transfrásticos) enquanto “*articuladores textuais*, delimitando etapas discursivas, estabelecendo a coesão e a progressão textual” (grifo nosso, 2003, p. 14). Para Dijk (*apud* SANTOS, 2003, p. 30), “os valores semânticos costumam ser percebidos entre orações, e os pragmáticos ocorrem geralmente quando os articuladores aparecem em início de frase e são responsáveis pela coerência, pois estabelecem relações entre as partes do texto”. Assim, os conectivos apresentam comportamento diferenciado, no interior da frase ou no início, uma vez que assumem papel sintático ou discursivo respectivamente.

Quando o arranjo das informações se estabelece em nível sintático, temos o fenômeno da subordinação, explicitada por intermédio dos subordinantes, já se as associações ocorrerem entre orações, arranjos de base discursiva, opera-se o fenômeno da coordenação (AZEREDO, 1999, p. 48). No caso, Azeredo distingue a coordenação discursiva *stricto sensu*, relacionada por coordenantes, da *latu sensu*, relacionada por intermédio dos operadores discursivos (ibidem).

Os conectivos podem ocupar posição intraoracional, interoracional e interfrástica (ou textual), sendo que apenas alguns ocupam posição intraoracional, já abordado nas palavras de Rocha Lima (1992). Admitindo-se, entretanto, na esteira do que faz Perini, analisar somente o explícito na frase, podemos considerar que só raramente conjunções subordinativas ocupam

posição intraoracional, como em: “*Ela é honesta, embora antipática*”. No caso, também, se aceitarmos o tratamento dado às comparativas na tradição escolar, mas não operando com verbos subentendidos, poderemos dizer que em “*Manoel comeu tanto quanto Maria*”, a conjunção comparativa está em posição intraoracional. As orações comparativas merecem um comentário mais aprofundado. Para tanto, consultar Oliveira (2001, p. 93), para quem, no exemplo, há um período simples, com uma conjunção comparativa, exprimindo grau comparativo.

Podemos, então, assim resumir a ocorrência dos conectivos:

Posição	Conectivos coordenativos	Conectivos subordinativos
<u>intra</u> oracional	sim	raramente
<u>inter</u> oracional	sim	sim
Interfrástica ou textual	sim	não

Os conectivos coordenativos admitem ponto antes, desde que não tenham função intraoracional, pelo menos em termos ortodoxos. Quando utilizado nessa função, é no máximo heterodoxo.

5.2 Conectivos e ensino

Em nossa prática docente, observamos a dificuldade de muitos alunos no uso dos conectivos em virtude do desconhecimento de seu papel semântico, o que faz com que a própria classificação, trabalhada durante tantos anos na vida escolar, torne-se um desafio a ser vencido pelos discentes, que, de maneira geral, enveredam pela memorização dos conectivos para chegar ao acerto.

Por outro lado, a nomenclatura também é um terreno arenoso e assustador para aqueles que não conseguem ultrapassar a fronteira do explícito e veem na gramática um “amontoado” de palavras. Classificar orações sem um entendimento das relações estabelecidas torna uma classificação como *oração subordinada substantiva completiva nominal reduzida de infinitivo* um enigma. Embora a nomenclatura seja extensa, ajusta-se perfeitamente ao fato:

complemento nominal em forma de oração, ausência de conectivo (exceto preposição) e verbo no infinitivo.

No que se refere ao uso do ponto entre orações coordenadas, a maioria dos gramáticos não se posiciona a respeito e o professor, por sua vez, dificilmente utiliza o viés da pontuação no ensino das orações. Ao mencionar as coordenadas assindéticas, o foco recai na ausência de conectivo e não no uso da vírgula (muito menos do ponto) como indicativo do limite das orações. Perini (2007, p. 143) é um dos poucos para os quais: “a marca de coordenação, propriamente dita [nessas construções], é apenas o sinal de pontuação”.

A possibilidade da vírgula de forma redundante em relação aos conectivos não chega a objeto de comentário. Na frase, “*Ele estudou muito, portanto passará de ano*”, a demarcação das orações ocorre tanto pelo uso do conectivo, como pelo sinal de pontuação. Vale ressaltar que a redundância, no caso, fenômeno comum nas línguas, não significa que a regra da gramática escolar seja uma escolha ruim. Na verdade, é uma forma de proteger o usuário contra a falta de clareza.

O fato de alguns professores corrigirem equivocadamente conectivos coordenativos precedidos de ponto, talvez se deva a uma crença, consciente ou inconsciente, de que tais conectivos devam ser sempre interoracionais, não levando em conta seu uso interfrástico. Essa atitude insere-se numa tendência geral no sentido de uma gramática da frase e não do texto. O ensino e o estudo dos processos subordinativos e coordenativos estão intrinsicamente ligados à estruturação da língua, lugar onde ocorre a sua materialidade, entretanto, a simples memorização dos conectivos não desvela todas as relações entre orações, ocasionando uma relação harmoniosa entre a pontuação e a gramática. O uso do sistema pontuatório situa-se na interseção da sintaxe, semântica, prosódia e discurso, estando, portanto, na dependência do nosso saber gramatical e elocutivo.

Autores como Oliveira (2001) e Azeredo (1999) propõem um estudo dos conectivos à luz da semântica e da sintaxe do texto, o que muito auxiliaria a própria classificação das orações, objetivo tão perseguido nos bancos escolares.

5.3 Revisitando os conceitos de coordenação e subordinação

É consensual que a conjunção subordinativa tem função predominantemente interoracional, enquanto as coordenativas podem ter papel intraoracional, interoracional ou interfrástica (OLIVEIRA, 2001, p. 63-64). Na subordinação, os conectivos inserem uma oração dentro de outra, para desempenhar função sintática de determinado termo, ao passo que, na coordenação, em virtude de os elementos coordenados terem a mesma função, ocorre

um processo de encadeamento no nível do discurso, ou seja, as orações são sintaticamente equivalentes, uma não se insere na outra.

Para Azeredo (1999, p. 51),

enquanto conceito gramatical, a distinção entre coordenação e subordinação tem um fundamento formal e funcional, que inclui posição hierárquica das unidades associadas e o lugar dos instrumentos dessa associação: incorporado ao segmento subordinado — no qual funciona como transpositor — ou interposto aos segmentos associados — situação típica dos coordenantes.

As orações estruturaram-se sintaticamente no interior do período, identificado nas gramáticas como simples ou composto. Bechara (2000) coloca à luz da discussão a utilização de período composto quando relacionado a subordinadas. A rigor, só se poderia falar em período composto quando este fosse formado por orações coordenadas, no período composto por mais de uma oração. Com referência à subordinação, como fenômeno de inserção de uma oração em outra, o mais apropriado seria o termo — oração complexa —, porque não há uma junção de orações, como as coordenadas.

Perini (2007, p. 130-136) expande o conceito de oração complexa também às coordenadas. Na frase “*Claudia toca violão e Flávia estuda canto*”, além das duas orações relacionadas aditivamente pelo processo da coordenação, o autor considera três orações, na medida em que as duas orações formam uma nova oração complexa. No caso, cada oração está subordinada à oração maior, desempenhando uma função sintática especial, denominada “membro de coordenação”. É o mesmo raciocínio empregado em relação às orações subordinadas, em que a oração principal não é apenas o fragmento que contém a subordinada, mas toda oração: “*Ele disse que viria*”.

De acordo com a linha de raciocínio de Perini, cada uma das orações coordenadas entre si, em casos assim, estaria sempre em relação de subordinação relativamente à oração complexa, isto é, ao todo da frase.

A conexão entre os períodos, subdivididos em coordenação e subordinação, foi considerada por José de Oiticica, em 1952, de quatro tipos: coordenação, subordinação, correlação e justaposição. Apesar de excelente estudo sobre o aspecto da correlação, a tese defendida pelo professor se fragilizou, na medida em que as duas primeiras não dizem respeito só à forma, mas também, e principalmente, à função. Correlação e justaposição são maneiras de se ligarem orações coordenadas e subordinadas. Enquanto a primeira denota excelente “expediente retórico, de rendimento enfático no discurso, e não um processo sintático” (AZEREDO, 2008, p. 351), a segunda é um artifício de omissão de conectivo, cuja única marca balizadora das orações reside na pontuação.

5.4 Análise do percentual dos articuladores após o ponto em *corpus* de 200 redações

É de praxe, nos livros de gramática, os processos de coordenação e de subordinação apresentarem-se em conformidade com a conjunção introdutora da oração, pouco associada à pontuação. Alguns autores mencionam a relação, mas se restringem a poucos casos, numa perspectiva limitada normalmente ao nível interoracional, em detrimento do nível transfrástico ou textual, do qual os conectivos coordenativos fazem parte ao articularem períodos ou parágrafos.

O assunto é abordado na linguística do texto, em obras pouco consultadas por estudantes dos níveis fundamental e médio que, se encontrarem dificuldade em sua utilização, dependerão de um esclarecimento docente.

Fazendo um levantamento dos conectivos precedidos de ponto, encontramos:

ARTICULADORES	INÍCIO DE PERÍODO	INÍCIO DE PARÁGRAFO
Mas, porém, contudo, no entanto, entretanto	78	33
E	41	3
Ou	1	0
Porque	4	0
Portanto, logo, então	15	44
Por isso	8	1
Sendo assim, dessa forma. Assim, e assim	21	4

Esse levantamento confirma a percepção pelo vestibulando da possibilidade de inserção do ponto antes de conectivos coordenativos.

Abaixo há uma tabela de recursos da língua para exprimir conclusão, portanto, alguns conectivos, os do início do último parágrafo, também contados como início de parágrafo na tabela anterior, entrarão em ambas. Na tabela há conectivos coordenativos, a saber, *portanto*, *logo*, *então*, *porém*, *contudo*, *mas*; bem como um conector reformulativo (*ou seja*). Os demais itens são expressões que significam conclusão, mas não são conectivos.

RECURSOS DA LÍNGUA PARA EXPRIMIR CONCLUSÃO NO INÍCIO DO ÚLTIMO PARÁGRAFO	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS
Portanto, logo, então	44
Sendo assim, desse modo, assim sendo	10
Diante do exposto, diante disso, visto isso, em vista dos argumentos acima, em vista dos fatos, com os elementos acima mencionados, desse modo, dessa forma	19
Tais ações (tais argumentos), são por esses motivos (estes meios, com essas mudanças, esses tipos)	6
Em suma, conclui-se, em síntese, para concluir, enfim, afinal, por fim	16
Ou seja	2
Porém, contudo	2

Nessa lista, verificamos o tipo de expressões e conectivos utilizados no fechamento do texto. Vale ressaltar o último item, o dos conectivos adversativos, como de emprego conclusivo. Em frases como:

- a) “O João estudou, mas não faz jus ao prêmio, porque obteve nota baixa”, temos o seguinte esquema: **concessão, mas (e sinônimos) restrição em forma de tese, porque (e sinônimos) argumento** (OLIVEIRA, 2001, p.87-88 e SCHNEDECKER, 1992, p. 94 - 95).
- b) “O João estudou, mas obteve nota baixa, portanto não faz jus ao prêmio”, temos o seguinte esquema: **concessão, mas (e sinônimos) restrição em forma de argumento, portanto (e sinônimos) tese** (OLIVEIRA, 2001, p.87-88 e SCHNEDECKER, 1992, p. 94 - 95).

Nas redações dos vestibulandos transcritas abaixo ocorre ora o esquema A ora o B. Vejamos:

R76, §5: “(...) População essa que deve combater a tais abusos de poder, não se deixando ser manipulada pelos meios de comunicação. E a única forma disso acontecer é pressionando o governo a criar leis de proteção ao livre arbítrio do povo, impondo assim limites aos meios de comunicação.

Porém, não se pode voltar à época da ditadura e impor uma censura absoluta, mas também não se pode deixar que os detentores dos meios de comunicação abusem do seu poder. Deve-se, **então** ponderar e encontrar um meio termo entre censura absoluta e liberdade de expressão.” (esquema B)

Propõe-se um limite aos meios de comunicação (**concessão**), porém não uma censura absoluta (**argumento**), logo deve encontrar-se um meio termo (**tese**).

Nesta outra:

R171, §4: “(...) Em consequência disso, as emissoras fazem de tudo para cada vez mais colocar programas novos com o intuito de ‘prender’ os telespectadores, para dar-lhes mais ibope. Mas isso não é problema para a população porque com isso elas se empenham em melhorar suas programações ainda mais, e isso, é melhor para nós, porque toda hora aparece um programa novo para assistirmos.

“**Contudo**, a televisão nos leva a ser submissos a ela, pois tudo é falado, feito e mostrado por ela sem que tenhamos o trabalho de virar a página como a de um jornal para ler as notícias.” (esquema A)

A televisão melhora sua programação com programas novos (**concessão**), contudo a televisão leva à submissão (**tese**), pois a população não tem trabalho em buscar as notícias (**argumento**).

A fim de aprofundar um pouco mais a possibilidade do ponto antes de conectivos coordenativos, explicitaremos algumas situações de sua ocorrência.

5.4.1 Em posição intraoracional.

A ocorrência do ponto no *corpus* antes de conectivos coordenativos em posição interoracional é bastante frequente, mas o mesmo, em princípio, não se aplica aos na posição intraoracional, na qual ocorrem apenas uns poucos pontos (errôneos), entretanto, há certos contextos em que isso é possível. Detalhes no final do presente item.

Em relação aos conectivos aditivos, as gramáticas descrevem a possibilidade de inserção de vírgula antes do “e”, quando os “sujeitos” são diferentes, convencionada sua proibição, quando iguais.

Oliveira (2010), entre outros, defende a posição de analisar o que está presente na frase, evitando subentender termos. Embora já se tenha comentado o uso do ponto antes de conectivo aditivo no item 2.1, falta explorar o assunto um pouco mais. Observem-se exemplos a seguir:

(1) *Ângela cursa o doutorado e Mário leciona na escola do município.*

(2) *Ângela cursa o doutorado e leciona na escola do município.*

Em ambas as frases, o “e” coordena entre si duas orações, porém, no primeiro, enquanto ele coordena duas orações completas, com sujeito e predicado, no segundo, coordena dois predicados. Outra possibilidade seria considerar que, na segunda frase, o “e” coordena uma oração de sujeito explícito a uma de sujeito nulo. No último caso, a vírgula não é permitida, sendo facultativo seu uso com sujeitos explícitos e de referentes distintos.

Se considerarmos, entretanto, que o conectivo está em posição interoracional tanto em “a” quanto em “b”, pois se trata de duas orações, independentemente da classificação do sujeito, justificar-se-ia a aceitabilidade do ponto antes do “e”, mesmo quando ele introduz uma oração de sujeito nulo, como se verá abaixo. O posicionamento, é claro, depende de com que teoria se trabalha. É um caso fronteiro entre interoracional (um sujeito explícito e um nulo, logo duas orações) e intraoracional (um sujeito com dois predicados coordenados entre si).

Nos exemplos abaixo, o uso do ponto é atípico e admiti-lo seria trabalhar com a concepção de as orações estarem em posição interoracional.

R7, §4: “Logo, é preciso uma fiscalização maior e mais rígida para controlar esse “mal” que abala a sociedade. E também um incentivo governamental nas empresas para que os privilégios não sejam apenas da elite, mas sim de grande parcela da população.”

Percebe-se, intuitivamente, esse ponto antes do “e” como correto e a explicação para isso é que um SN (precedido ou não de conectivo) pode-se tratar como frase, isto é, como algo que, na escrita, vai de uma letra maiúscula a um ponto, conforme já colocado. Esse fragmento é sintaticamente equivalente a:

- (1) “*É preciso maior cuidado com a segurança. E também planejamento*” (exemplo criado por nós).
- (2) “*Aprecio os vinhos franceses. E (também) os portugueses.* (idem)

Em:

R133, §3: “(...) No entanto, deve haver, com certeza, um monitoramento, um certo controle nos meios de comunicação, pois é através deste que crescemos culturalmente e intelectualmente. E imaginar um ‘buraco’ nessa via seria um resultado nada plausível. **E** é também uma forma de diminuir em grande escala os problemas sociais de pedofilia, prostituição, drogas, entre outros.”

O primeiro “e” liga orações cujos sujeitos não têm o mesmo referente, sendo, portanto, o ponto aceitável sem polêmica. Desse modo, é o segundo “e” que ilustra a descrição acima. Abaixo, mais um exemplo:

R104, §3: “A censura, que atingiria do rádio à internet, por melhor intencionada que fosse, daria ao governo o poder de escolher o que o cidadão poderia assistir. **E**, se no início controlaria somente, por exemplo, a quantidade de cenas com conotações sexuais mais sérias nas novelas...”

Em construções do tipo, há a possibilidade do uso do ponto, mas não da vírgula, pois a gramática convencionou sua proibição. Como pontuação é convenção, não interferiremos no assunto.

O uso atípico do ponto entre orações cujo referente é o mesmo não é uma prática apenas de escritores inexperientes. Na mídia impressa, não é difícil encontrar situações assim:

(...) os fundos não conseguiram competir com a caderneta. **E** perderam para a inflação medida pelo IGP-M, que ficou em 1,34% no mês. (*O Globo*, caderno economia, HAIDAR, Daniel, 1/08/12, 1/08/12, p.25)

“Há, ainda, temores de que jihadistas sunitas de países da África e até da Chechênia, dipostos a lutar na Síria contra Assad também possam mudar de rumo. **E** seguir ao Iraque. (*O Globo*, caderno economia, MALKES, Renata, p.31)

A viagem mudou minha vida. Eu virei mergulhador. **E** aprendi que, se aqueles tubarões de 5 ou 10 m de comprimento, quisesse, eles poderiam acabar com a jaula de alumínio onde eu estava- lembra. (*O Globo*, caderno Amanhã, 31/07/2012, p.11)

Nos exemplos abaixo, há uma espécie de transposição da oralidade para a escrita. Trata-se de um “e” estilisticamente indesejável, embora gramaticalmente correto, uma vez que entre qualquer frase e sua vizinha é sempre possível subentender-se um “e”.

R147, §2: *“A censura foi criticada no passado, pois não permitia que as pessoas tomassem conhecimento do que acontecia no mundo e não podiam discernir o certo do errado e ter voz ativa era impossível. E, enfim, a livre comunicação foi restaurada e festejada.(...)”*

R133, §3: (...) *“No entanto, deve haver com certeza um monitoramento, um certo controle nos meios de comunicação, pois é através deste que crescemos culturalmente e intelectualmente. E imaginar um “buraco” nessa via, seria um resultado nada plausível. E é também uma forma de diminuir, em grande escala, os problemas sociais de pedofilia, prostituição, drogas, entre outros.”* (citado acima com foco no segundo “e”)

R165, §3: *“Assim, acho que defender um controle nas formas de comunicação seria uma forma de diminuir a divulgação de assuntos ligados a crimes e com isso dar um fim a esses assuntos banais. A comunicação e os seus meios são feitos para divulgarem fatos de importância para a população e não a influenciarem de uma forma errada. E havendo uma censura a certos assuntos, e esses não ligados à liberdade como sexualidade, religião, cor da pele, e sim ligados aos preconceitos que esses são sofridos, haveria uma certa facilidade das barreiras serem quebradas e seguirmos em direção ao mundo ideal.”*

R148, §2: *“(...) Grandes canais de televisão, rádios, sites na internet são grandes fontes de informação, e até mesmo grandes formadores de opinião. E é por isso que se deve fazer uma manutenção do tipo de informação que é transmitida e em que momento essa transmissão acontece.”*

R187, §1: *“É inegável que a televisão e os outros meios de comunicação interferem na formação das pessoas. E quando se fala em formar cidadãos, um mínimo de controle é sempre bom.”*

Nos exemplos a seguir, o “e” tem a função de acréscimo argumentativo, de reforço, no segmento em que está inserido.

R157, §2: *“Resta claro, através de nossa história, que o controle do conhecimento e dos meios de comunicação foram decisivos para que a classe dominante subjugassem os menos favorecidos. E até hoje é assim.”*

R157, §2: *“Deve haver um controle sim, mas sem que se afete as empresas de comunicação e sem ferir o consumidor. E isso não é tão difícil de ser feito.”*

R188, §4: *“Mas, agora, com a liberdade reestabelecida, percebemos certos abusos da imprensa. Casos da vida particular de celebridades viram notícia, como é o caso da modelo e apresentadora de TV, Daniela Cicarelli, que teve um momento íntimo de sua vida filmado e posteriormente divulgado na televisão. E não são só esses os casos de abuso, a mídia usa seu poder de influenciar para seduzir as*

massas sem instrução intelectual, para defenderem determinada ideia, para comprar tal produto, acreditarem fatos que interessam a quem monopoliza os meios de comunicação.”

Em princípio, admite-se o uso do ponto somente em posição interoracional, entretanto, em algumas circunstâncias, é possível o uso do ponto tanto entre palavras como antes de conjunção de valor intraoracional. É o que ocorre de forma similar em:

(1) *Oca, pajé, tribo, mata, virgem, caça, pesca, coleta, pureza, perfeição. Santa Maria, Pinta e Nina. Descoberta. Portugueses, povoamento, contato, colonização, dominação. Pau-brasil, devastação, comércio. África, negro, banzo, trabalho, humilhação, escravidão. Engenho, moenda, caldeira, senzala, sofrimento, agressão. Senhores, quilombo, Palmares, luta, liberdade, prisão. Entradas, bandeiras, violência, domesticação. Ouro, extração, arrobas, derrama, inconfidentes, esgotamento, rebelião.(...)” (CANATTA, Fábio)³*

(2) *Detesto cachaça. E cigarro.*

(3) *A Joana vai casar com o Pedro. Ou com o José.*

Na letra “a”, o emparelhamento de substantivos possibilita a reconstrução de um fio narrativo, com o ponto delimitando etapas, situações. Nos dois últimos exemplos, temos a topicalização dos termos após o ponto. A segunda frase é nominal e admite o uso do ponto. Já, na frase a seguir, em virtude de os sintagmas comporem sujeito não é permitido o uso do ponto sob nenhuma hipótese: “*Claudia. E Maria vão sair*”.

Vejamos agora o exemplo abaixo, retirado do *corpus*:

R7, §2: “*No século XXI, o avanço da ciência permitiu ao indivíduo se deslocar de um lugar para outro com mais facilidade, rapidez, podendo assim, conhecer costumes de povos, línguas, lugares naturais ou humanizados diferentes. Ou exercer comércio internacional entre países e/ou continentes.*”

A utilização do ponto é heterodoxa, uma vez que, apesar de o conectivo ser coordenativo alternativo, introduz oração reduzida de gerúndio, com verbo subentendido, sempre subordinada. Conforme Azeredo, o gerúndio denota “fato posterior ao do verbo usado em forma finita e tende a exprimir adição, consequência e conclusão” (2008, p.346). No caso, esta última foi a circunstância identificada em R7: “(...) o avanço da ciência **permitiu** ao indivíduo se deslocar..., **podendo conhecer... ou (podendo) exercer** (...)”. Embora subordinada, como a circunstância é conclusiva, característica da coordenada, admite-se o uso do ponto.

³ <http://www.pucrs.br/gpt/substantivos.php>

Apenas para ilustrar como o fato não é uso de escritor inexperiente, alguns exemplos retirados da mídia impressa e de artigo acadêmico:

A corte não tem mais qualquer semelhança a um monastério distante de tudo e todos, mas a maioria já demonstrou saber exercitar a equidistância para decidir com equilíbrio em meio às diversas pressões desencadeadas em julgamentos importantes. Foi assim na revogação da Lei de Imprensa, um entulho autoritário. Bem como, em outro plano, na liberação do aborto de fetos anencéfalos. **Ou** na confirmação da constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa (seção Opinião, O Globo, 29/07/12, p.20).

Quantos, por este nosso Brasil afora, não são conhecidos em suas cidades como habilidosíssimos ladrões, que nasceram em famílias para lá de mal remediadas e hoje estão entre as grandes fortunas dos estados de onde vieram, ou mesmo do Brasil? **Ou**, se não estão entre as grandes fortunas, se encontram entre os mais bem aquinhoados, com terreninhos, fazendinhas, apartamentozinhos e a família toda bem ‘colocada’ (UBALDO, O Globo, 29/07/12, p.20).

O dinheiro é cada vez mais volátil e portátil pelos ares, ninguém sabe o tamanho e as ramificações dos tentáculos da corrupção e ainda moramos num país com muitos municípios onde, se quiser, o prefeito saca o dinheiro do governo, enfia-o na algibeira e se pirulita para sempre, já aconteceu. **Ou** às vezes é pegado, mas não dá em nada, o processo rola indefinidamente, o juiz é gente do senador, a acusação faz corpo mole (...) (ibidem).

Pode ser um palhaço sem causa que perdeu a calça. **Ou** alguém que vingue uma minoria, e, depois mame, às gargalhadas, nas tetas do opressor. **Ou** o bêbado, emblema cambaleante, que abacá e pede perdão, que erra soco, que dança para o malandro rir.

Pode ser o artista, por seu gênio, por sua técnica, por sua audácia, por seu suor. **Ou** por sua inépcia e impostura feitas fama. Por seu passado. **Ou** por sua covardia presente.

Pode ser o amado, ainda que consuma a vida do ser que ama. **Ou** o ser que ama, pela culpa que imputa ao amado. (BLOCH, Arnaldo, *O Globo*, segundo caderno, 4/08/2012, p. 12)

(...) É interessante comparar estes dados com o consumo médio de um país como o Brasil, que é de 99 quilos de aço, 27 de papel e 167 de cimento. **Ou** então de Bangladesh, que é de 5 quilos de aço, 1 de papel e 3 de cimento (PÁDUA, 1999, p.65)

5.4.2 Em posição interoracional.

Ainda em relação ao conectivo “e”, quando os sujeitos são diferentes, é facultativo o uso da vírgula, tendo esse conectivo função interoracional, coerentemente com a proposta da gramática, como por exemplo: “Maria cursa o doutorado e sua irmã leciona na escola do município”. Vejamos alguns casos:

R187, §1: *É inegável que a televisão e os outros meios de comunicação interferem na formação das pessoas. E quando se fala em formar cidadãos, um mínimo de controle é sempre bom.*

R142, §4: *“Apesar dessas medidas de controle realizadas pelo governo serem muito eficazes, será necessário também uma maior conscientização populacional quanto aos seus deveres sociais. E só assim, com o povo junto com o governo, será possível que em um futuro próximo os meios de comunicação apresentem apenas suas benesses.”*

No último exemplo (R142), o aluno poderia optar por não inserir conectivo algum, comprovando nossa regra das assindéticas, em que é melhor o uso do ponto, ou inserir um conectivo explicativo, escolhendo a vírgula ou o ponto.

5.4.3 Em posição interfrástica

5.4.3.1 Quando “e” se aproxima de “ai”, característica da oralidade

Nos exemplos abaixo, embora não haja um uso continuado e repetitivo do conectivo E, “característica proeminente da oralidade” (SANTOS, 2003, p. 41), como “sua função é só de adição (função básica e primária), configura quase semanticamente vazio, podendo-se retirar da frase” (OLIVEIRA, 2010). Isso não significa dizer, por outro lado, que sempre ele será retirado da frase, vai depender do contexto. Ainda conforme Oliveira,

o emprego do E, como de outras marcas linguísticas da adição, obedece, em princípio a três ‘exigências’: (a) que exista um eixo semântico comum às asserções conjuntas; (b) que as asserções ligadas pelo conector sejam co-orientadas para a mesma conclusão; (c) que o segundo dos conteúdos articulados contenha, em relação ao primeiro, alguma informação nova — do contrário, o enunciado parecerá estranho e inaceitável (cf. LAKOFF e FIORIN, *apud* OLIVEIRA, 1996, p. 69).

Nos exemplos, como o conectivo apresenta apenas as funções (a) e (c) levantadas por Oliveira, sua utilização é a de mero articulador, ou seja, coordena informações, a fim de dar progressão ao discurso, o que o aproxima da oralidade. Vejamos:

R136, §2: *“É indiscutível que necessitamos dos meios de comunicação na sociedade atual. E, ao nos beneficiarmos dessas tecnologias como a internet, televisão, seja no trabalho ou em nosso lar, nos questionamos se poderíamos sobreviver sem essa tecnologia.” (...)*

R145, §5: *“Outro assunto discutível são os sites de relacionamento. Não que eles devam ser extintos, pelo contrário, mas algumas coisas devem ser discutidas e definidas, para evitar que pedófilos, estelionatários entre outros usem essas páginas para realizarem seus crimes, já que não podem ser investigados e, portanto, punidos, devido à existência de mecanismos que obriguem os servidores a divulgar seus conteúdos, o que é uma atitude correta, porém discutível de acordo com a situação em pauta,*

E, como nem tudo é solucionado somente com leis, é necessário orientar os usuários a aproveitar melhor o que essa tecnologia pode oferecer, mas sem se colocar em posição arriscada ao expor em demasia detalhes da sua vida.”

R187, §3: *Além disso, não podemos esquecer que muitas crianças atingem a maturidade antes da hora. E um dos principais pontos criticados pelos*

especialistas é a grande quantidade de cenas “quentes” que passa na televisão em horário tachado como livre.

R186, §2: *Algumas dessas transformações foram boas e outras ruins, um exemplo disso é o excesso de propagandas a que somos submetidos, que nos leva a um consumismo barato, que sai caro; por outro lado, uma grande massa da população pôde tornar-se participante da cultura (assistindo espetáculos, ouvindo música, etc...). E mesmo que uma grande minoria das famílias tenham o costume de “papear” uns com os outros para ficar assistindo a telenovelas que surgem, a diversidade de eventos culturais que em contrapartida também surgem, só nos trazem conhecimentos de informações e de pessoas! (...)*

R153, §5: *“A população deveria questionar certos veículos de informações, pois estes, muitas vezes, manipulam a informação sem que nada seja feito. Como que um jornal provado manipulador de notícias durante o período eleitoral continua sendo um dos mais lidos do país? Também deveria ter um maior controle do governo para impedir a divulgação de notícias distorcidas. E deveria haver uma maior rigidez quanto à criação de um site na internet, com uma investigação mais profunda quanto ao propósito do site.”*

Este candidato (R153) demonstra pouca intimidade com o texto escrito, ainda muito “preso” a forma oral de contar as coisas: “deveria questionar, também deveria ter maior controle, e deveria haver maior rigidez”. O advérbio “também” e o “e” vão adicionando informações.

5.4.3.2 Conectivos adversativos

Abaixo, verificamos o uso do ponto antes do conectivo adversativo, indicando tanto restrição em forma de tese quanto em forma de argumento.

Exemplo de restrição em forma de tese (conclusão):

R1, §1: *As experiências com as ditaduras e os governos autoritários induziram grande parte da população a acreditar que a censura da imprensa é maléfica. **Porém**, é necessário raciocinar de maneira diferente para observar que a censura não significa acabar com a liberdade de expressão.*

R110, §5: *“Por isso, todos os meios de comunicação devem sofrer sim, algum tipo de controle. A liberdade de expressão não pode ser confundida com libertinagem. Deve haver censura como forma de horários, seleção de programas, de conteúdo e etc.*

*“**Mas** o mais importante é você buscar o que é melhor. Optar por cultura e coisas que façam bem a você mesmo. Viva a liberdade dos meios de comunicação, mas de forma saudável.”*

Exemplo de restrição em forma de argumento:

R7, §1: “Com a terceira Revolução Industrial, a comunicação tornou-se um meio indispensável no cotidiano do homem. Ela serve para interligar cultura, esporte, informação e negócio no mundo todo. Tem como objetivo facilitar a vida das pessoas. **No entanto**, há grupos que utilizam esses meios para divulgar pedofílias, preconceitos, facções criminosos ou capitalizar o lazer dos cidadãos.”

(EXPLICAÇÃO ARGUMENTO: esse fragmento está a serviço da tese de que deve existir algum tipo de censura)

R7, §3: *Todavia*, toda essa modernidade trouxe consigo um lado negativo. Existem pessoas mal intencionadas que usam a televisão, a propaganda e a internet, cujas cenas mostram abusos de menores, prostituição, racismo contra judeus, canhotos, homossexuais, asiáticos entre outros.

(EXPLICAÇÃO ARGUMENTO: esse fragmento está a serviço da tese de que deve existir algum tipo de censura)

R14, §4: *Porém*, a dependência da sociedade contemporânea é tamanha, que muitos sequer conseguem tal feito. Por esses, a solução é tentar “filtrar” ao máximo as informações que recebem para não se “alienar” e ter como uma verdade tudo o que lhes é exposto

(EXPLICAÇÃO ARGUMENTO: esse fragmento está a serviço da tese de que não deve existir algum tipo de censura)

R39, §3: “Assim, fica evidenciado a necessidade de algo que sirva como auxílio ao controle nessa relação. Uma ótima alternativa seria uma melhor fiscalização por parte de órgãos responsáveis, podendo assim usufruir da censura, além de se criar um cadastro que exiba o conteúdo exposto por um site ou programa.

Contudo, a melhor opção para esse problema seria o melhor uso do homem perante algo que pode ser tão útil, prático e simples, além de uma maior dedicação por parte dos pais, exercendo um maior controle e impondo limites sobre seus filhos, ajudando-os a tornar meios de comunicação como métodos de diversão.”

(EXPLICAÇÃO ARGUMENTO: esse fragmento está a serviço da tese de que não deve existir algum tipo de censura)

Nos trechos abaixo, o “mas” e o “entretanto” estabelecem uma ressalva ao afirmado anteriormente. As perguntas são praticamente retóricas.

R65, §3: “Ao comprar um telefone celular, a pessoa quer ter a capacidade de ligar de onde estiver e que possa ser encontrada também. **Mas** será que ela está disposta a receber uma chamada de “telemarketing” ou mesmo um torpedo de propaganda?”

R116, §1: “(...) Aparelhos de televisão, internet e celulares são as principais formas de entretenimento do ser humano, que consome exageradamente esses

produtos, contribuindo para a modernização dos mesmos. Entretanto, será que é necessário controlar os meios de comunicação?”

Não há uma predominância de um conectivo em especial. Listamos o ponto em relação aos **conectivos explicativos**, um pouco menos frequente. É bom frisar que, sob este aspecto, os vestibulandos citados não cometeram erro, uma vez que é válido o ponto antes de qualquer conectivo coordenativo, embora com as explicativas isso seja menos frequente. Ex.: “Agora não adianta chorar sobre o leite derramado. Porque, se derramar, é você quem vai limpar.” (BIONDO, *apud*, OLIVEIRA, 2001, p. 28)

R7, §4: “*E também um incentivo governamental nas empresas para que os privilégios não sejam apenas da elite, mas sim de grande parcela da população. Porque a comunicação é importante na sociedade, uma vez que ela reúne grupos étnicos diferentes e informa simultaneamente os acontecimentos de todos os lugares para todos.*”

R74, §2: “*Esta criação antrópica que foi uma das maiores invenções criadas está perdendo o controle. Porque a internet não tem leis, fazendo com que países entrem na justiça, pois há conteúdos que são proibidos de serem mostrados a suas populações.*”

R108, §3: “*Mas, para que esse tipo de sistema, mencionado acima, funcione, é preciso que todos tenham uma boa educação. Pois é por meio da educação que cada indivíduo constrói a sua própria análise crítica (...).*”

5.4.4 Conectivos aditivos e expressões reformulativas como introdutores de conclusão

Neste item, os conectivos estarão obviamente em posição interfrástica. Na verdade, ocorrem, inclusive, em início de parágrafo. Aqui não se falará de adversativa introduzindo conclusão, pois já o fizemos no item 5.4.3.2.

R145, §5: *E, como nem tudo é solucionado somente com leis, é necessário orientar os usuários a aproveitar o melhor que essa tecnologia pode oferecer, mas sem se colocar numa posição arriscada, de expor em demasia detalhes de sua vida. (...)*”

R177, §5: “*E por essas, somos obrigados a ser a grande televisão dos expectadores.*”

As frases introduzidas pelo “e” concluem o texto. A expressão “e por essas”, na segunda, está no lugar de palavras ou expressões conclusivas, tais como: assim, em vista disso

etc. Nesse caso, não há mera adição. O articulador, além do valor aditivo, tem o conclusivo que se reforça com a junção do pronome demonstrativo, típico de fechos conclusivos.

R65, §5: (...) *Fora o risco hoje de sermos vítimas de golpes e furtos através da internet. Se um contraventor pode ser rastreado nas ruas, por que não na internet?*

***Ou seja,** a solução não é simples, mas somente com a participação dos governantes, especialistas, empresas do ramo e da sociedade civil como um todo, é que os instrumentos da lei, comando e controle, podem ser adaptados para acompanhar a evolução tecnológica de modo a garantir os direitos de todos, sem a necessidade de uma repressão exagerada e/ou autoritária.*

R157, §3: (...) *É certo que alguns tipos de conteúdo devem ser deixados para horários específicos na TV e os sites da internet devem conter avisos sobre seus conteúdos, se estes forem impróprios para algum grupo de pessoas.*

***Ou seja,** cabe às empresas fazerem sua parte e aos consumidores se policiarem e controlarem ao que suas crianças e jovens têm acesso para evitar constrangimentos.*

R179, §3: (...) *Por causa dessa falta de controle, a infância das crianças está terminando cada vez mais cedo, fazendo com que elas ajam precocemente, criando ainda mais preocupações para os pais.*

***Ou seja,** se não houver um controle, não extremista, mas que seja acompanhado por quem entende do assunto, e que não transforme a censura no caos que era alguns anos atrás, a infância terminará cada vez mais antes da hora, causando problemas à sociedade, que terá que lidar com isso.*

Nas frases, o “ou seja” é um sinônimo aproximado de portanto, está introduzindo a conclusão. Apesar de não ser comum a utilização de conector reformulativo nessa posição, como uma de suas funções é a de introduzir paráfrase, a justificativa de seu uso reside no fato de a conclusão, muitas vezes, parafrasear o argumento, retomando o que foi dito anteriormente.

5.4.5 Conectivos conclusivos no último parágrafo

Em grande parte dessas redações, observamos o último parágrafo como uma “receita” aprendida nos bancos escolares preparatórios para o vestibular: deve retomar-se tudo o que foi dito, fechando a redação. Daí encontrarmos:

a) muitas expressões, que apontam para o que foi dito anteriormente, como: “tais argumentos reforçam”, “fica claro”, “fica evidente”, “em vista dos argumentos mencionados”, “tendo em vista os fatos mencionados”, “diante de tantas mudanças”;

b) expressões com pronomes demonstrativos anafóricos: “tais ações”, “apesar dessas medidas”, “visto isso”, “são por esses motivos”, “estes meios”, “com essas mudanças e esse tipo de pensamento”, “esses tipos de diversão”, “dessa forma”;

c) conclusões iniciadas por conectivos ou expressões conclusivas: “então”, “portanto”, “assim”, “sendo assim”, “logo”, “por conseguinte”;

d) expressões finalizadores: “por fim”, “enfim”, “em suma”, “em conclusão”.

6 PROPOSTAS DIDÁTICAS PARA O USO DO PONTO E DA VÍRGULA

O contato com os dados examinados permite a afirmativa de que o estudo dos sinais de pontuação como vírgula e ponto demonstra a necessidade, pelo menos nesse tópico do ensino, de sólida base gramatical. Como se trata de uma pesquisa cujo aporte se dá acima do nível oracional, as situações propostas contemplarão o uso do sistema pontuatório em sua atuação intraoracional, interoracional e interfrástica.

Evidenciaremos dificuldades encontradas pelos discentes no uso do ponto e da vírgula, a fim de propor exercícios que sirvam de apoio para o professor colocar em prática a teoria demonstrada. O levantamento realizado permitiu contemplar muitas situações vivenciadas por docentes no dia a dia. Não pretendemos esgotar o assunto, pois a prática de sala de aula configura verdadeiro manancial para a realização de exercícios, entretanto, há, neste capítulo, sugestões diversas para aplicação imediata ou para servirem de modelo para o desenvolvimento de outras estratégias de ensino, adaptando-as a cada circunstância.

Conforme Oliveira:

Aprendemos que é antididático levar o aluno a corrigir formas linguísticas, isto é, a cotejar o correto com o incorreto, já que isso levaria à fixação do incorreto. De fato, é bom não abusar desse recurso, mas cabem duas ressalvas:

(1º) Não há mal em abrir algumas exceções, desde que a relação custo-benefício as justifique.

(2º) A inconveniência de trabalhar com formas errôneas é inversamente proporcional ao estrato da língua com que se opera. Do “menor” para o “maior”, numa classificação simplificada, temos os seguintes estratos ou níveis: (1) o do segmento fônico (na fala), que corresponde ao do grafema (na escrita); (2) o do morfema; (3) o da palavra; (4) o do sintagma; (5) o da frase; (6) o do texto. Quanto mais baixo o estrato, menos convém usar esse recurso: operar com vocábulos ortograficamente incorretos, por exemplo, é mais antididático que comparar frases agramaticais com suas equivalentes gramaticais.

No caso da pontuação, inclusive, que envolve os níveis (5) e (6), esse recurso é inofensivo, podendo até, em certos casos, ser aconselhável (2009).⁴

Assim, seguindo a linha de raciocínio de Freire (1988), que propõe trabalhar com temas relacionados à realidade dos alunos, utilizamos textos escritos por eles. Quando o texto do candidato não atende à proposta do exercício, foram utilizados trechos da mídia impressa.

A fim de facilitar a consulta, se dividiu o capítulo em três partes: (1) exercícios de vírgula; (2) de ponto; (3) de ambos em relação aos conectivos. De maneira geral, os exercícios centram-se na distinção do ponto e da vírgula, agrupados em conformidade com os casos identificados na pesquisa, apresentando-se, em cada item, o objetivo a ser alcançado. Os casos de facultatividade somente foram abordados quando julgado pertinente. Além disso, em

⁴ X Fórum de Estudos Linguísticos da UERJ

algumas propostas, há apenas um exemplo, o que não foi motivo de preocupação, uma vez que se pretende fornecer modelos, cabendo ao professor desenvolver as atividades.

6.1 Ponto

6.1.1 Ponto em relação às orações assindéticas

A certa altura de cada um dos trechos abaixo cabe um ponto não utilizado. Faça as devidas correções.

a) *“Os meios de comunicação sofreram um grande controle na área da política na ditadura militar, hoje em dia, o que não falta são piadas e críticas ao governo.”*

RESPOSTA: “Os meios de comunicação sofreram um grande controle na área da política na ditadura militar. **Hoje em dia**, o que não falta são piadas e críticas ao governo.”

b) *“Os meios de comunicação aparecem rotineiramente em nossa vida, seja por meio de jornais, revistas, televisão, seja pela internet, com variados tipos de informações e opiniões, cabe a nós refletir sobre o que devemos ou não absorver e utilizar em nosso dia a dia.”*

RESPOSTA: Os meios de comunicação aparecem rotineiramente em nossa vida, seja por meio de jornais, revistas, televisão, seja pela internet, com variados tipos de informações e opiniões. **Cabe a nós refletir** sobre o que devemos ou não absorver e utilizar em nosso dia a dia

c) *“Toda essa tecnologia também pode ser perigosa, pois estudos nos mostram, nesses dias, que o sedentarismo e a inércia da população são gigantescos, muitas pessoas preferem assistir a Tv o dia inteiro a ir ao parque levar o cachorro para passear, preferem ficar na frente do computador em sites de relacionamento a sair e ir ao cinema com os amigos, até as relações se tornaram impessoais.”*

RESPOSTA: “Toda essa tecnologia também pode ser perigosa, pois estudos nos mostram, nesses dias, que o sedentarismo e a inércia da população são gigantescos. **Muitas pessoas**

preferem assistir a Tv o dia inteiro a ir ao parque levar o cachorro para passear, preferem ficar na frente do computador em sites de relacionamento a sair e ir ao cinema com os amigos. Até as relações se tornaram impessoais.”

Comentário:

No decorrer deste trabalho, como estabelecemos critérios para a inserção do ponto, em casos estilísticos, justifica-se no enunciado a utilização do termo “correção”.

Objetiva-se desenvolver no aluno a sensibilidade para aspectos estilísticos do ponto, quando a relação entre frases não muito curtas é assindética. Em todos os casos, embora não haja erro, o ponto no lugar da vírgula torna a frase estilisticamente melhor, o que nos autoriza a dizer correta.

6.1.2 Ponto antes de determinante pronominal

Nos fragmentos abaixo, há algumas inadequações em virtude do uso de vírgulas. Troque-as pelo ponto e, quando possível, proponha outra forma de redação. Justifique sua correção.

a) *“Durante o período do governo militar, assim como os artistas, a mídia sofreu absurdamente com a censura, essa censura privou a população de tomar conhecimento de informações relevantes, impedindo assim que a mesma formasse uma opinião concreta. A única verdade que era conhecida era a dos militares.”*

RESPOSTA: Durante o período do governo militar, assim como os artistas, a mídia sofreu absurdamente com a censura. Essa censura privou a população de tomar conhecimento de informações relevantes, impedindo assim que a mesma formasse uma opinião concreta. A única verdade que era conhecida era a dos militares.

Justificativa:

A retomada de um referente textual introduzido por demonstrativo torna aconselhável o uso do ponto antes dele.

OU: Durante o período do governo militar, assim como os artistas, a mídia sofreu absurdamente com a censura, que privou a população de tomar conhecimento de informações relevantes, impedindo assim que a mesma formasse uma opinião concreta. A única verdade conhecida era a dos militares.

Justificativa:

Como a palavra “censura” está muito próxima, melhor ainda seria o uso do pronome relativo em vez de trocar a vírgula pelo ponto. Note-se que a esta altura se aborda simultaneamente pontuação e coesão referencial.

b) *“Com a evolução dos meios de comunicação e sua banalização, sua influência torna-se poderosa. Logo, aparece o medo da alienação da população, tal receio é real, visto que há empresas que monopolizam diversos ramos da informação e não se pode deixar massas vulneráveis a desejos dos grandes grupos, a proteção destas é necessária para o desenvolvimento saudável da sociedade.”*

RESPOSTA: Com a evolução dos meios de comunicação e sua banalização, sua influência torna-se poderosa. Logo, aparece o medo da alienação da população. Tal receio é real, visto que há empresas que monopolizam diversos ramos da informação e não se pode deixar massas vulneráveis a desejos dos grandes grupos. A proteção destas é necessária para o desenvolvimento saudável da sociedade.

Justificativa:

A retomada da palavra “medo” por um sinônimo precedido de um pronome demonstrativo, bem como a retomada de “massas” pelo demonstrativo “destas” torna aconselhável o uso do ponto.

c) *“Jornais, rádio, televisão e internet, veículos de informação em um mundo globalizado, esses meios de comunicação se tornaram necessários à sociedade mundial.”*

RESPOSTA: Jornais, rádio, televisão e internet, veículos de informação em um mundo globalizado. Esses meios de comunicação se tornaram necessários à sociedade mundial.

RESPOSTA: Jornais, rádio, televisão e internet são veículos de informação em um mundo globalizado, que se tornaram necessários à sociedade mundial.

Justificativa:

Deve-se utilizar o ponto antes de sintagma nominal precedido de demonstrativo retomando o referente textual “veículos de informação”. A frase reescrita ganhou em concisão com o uso do pronome relativo.

6.1.3 Ponto delimitando tópico de parágrafo

Já ministrada a noção de tópico de parágrafo, este tipo de exercício vai ajudar o aluno a reconhecer o tópico, utilizando a pontuação adequada.

Identifique, nos fragmentos abaixo, o tópico de parágrafo e delimite-o, utilizando ponto e não vírgula.

a) *“O avanço das telecomunicações acontece dia a dia em escala monstruosa, o bombardeio de informações deixa a sociedade por muito confusa, porém ainda é possível definir o que você quer observar deste mundo de informações.”*

RESPOSTA: **O avanço das telecomunicações acontece dia a dia em escala monstruosa.** O bombardeio de informações deixa a sociedade por muito confusa, porém ainda é possível definir o que você quer observar deste mundo de informações.

b) *“O meio de comunicação evoluiu muito nesse último século, se no início do século XX a população se informava principalmente por ‘radio e jornais, agora a informação circula muito mais rápido através da televisão e da internet. As notícias e o entretenimento proporcionados por esses novos meios circulam de forma tão rápida e intensa que grande parcela da população começa a cobrar um maior controle das autoridades sobre esse fluxo de conteúdos.”*

RESPOSTA: **O meio de comunicação evoluiu muito nesse último século.** Se no início do século XX a população se informava principalmente por ‘radio e jornais, agora a informação

circula muito mais rápido através da televisão e da internet. As notícias e o entretenimento proporcionados por esses novos meios circulam de forma tão rápida e intensa que grande parcela da população começa a cobrar um maior controle das autoridades sobre esse fluxo de conteúdos.

c) *“Há fatores positivos em fiscalizar os meios de comunicação, mesmo num país livre como o Brasil, há certos assuntos que não devem ser expostos, como a pornografia infantil, por isso a fiscalização da televisão e principalmente da internet é importante. Manter um controle é sempre necessário.”*

RESPOSTA: Há fatores positivos em fiscalizar os meios de comunicação, mesmo num país livre como o Brasil. Há certos assuntos que não devem ser expostos, como a pornografia infantil, por isso a fiscalização da televisão e principalmente da internet é importante. Manter um controle é sempre necessário.

Comentário:

Objetiva-se capacitar o aluno a distinguir a frase que funciona como tópico de parágrafo a ser desenvolvida no restante, que funciona como uma espécie de subtema. É bom deixar claro para o discente que o tópico de parágrafo, como o próprio nome já sugere, costuma estar no início do parágrafo, como primeira frase, mas isso não é condição *sine qua non*, uma vez que ele também pode estar no meio ou no fim ou conter duas frases (raramente mais que duas). A título de ilustração, no caso abaixo, o tópico se encontra no meio do parágrafo:

*O dever de casa é um mal necessário na vida de um aluno. O único método seguro de um professor mensurar o seu progresso na disciplina é designar uma tarefa que teste seu conhecimento das informações ensinadas. Alguns professores, entretanto, parecem utilizar os deveres de casa como um modo de confirmarem que ‘ensinaram’ as informações aos alunos. Muitos alunos, cientes destes usos, tendem a tratar as tarefas de casa como uma obrigação, colocando um pouco ou nenhum raciocínio no trabalho que entregam. Entretanto, como qualquer tarefa designada, o dever de casa é um reflexo seu não só como aluno, mas como indivíduo. Quando um empregador decide se vai ou não contratá-lo, considera sua habilidade de atender às demandas do mercado de trabalho. **Para muitos empregadores, o modo como você lida com seus ‘deveres de casa’ na universidade, muitas vezes indica como você lidará com as tarefas de seu trabalho.** Por exemplo, muitas vezes sua nota em uma disciplina é determinada pela qualidade de seus deveres de casa. Esta nota de deveres de casa pode ser uma parte significativa da sua nota final na disciplina. Na verdade, muitos alunos podem verificar quanta diferença faz a nota de deveres de casa no seu coeficiente de rendimento acumulado (CRA). Uma vez que se formam e tentam encontrar um emprego, seu CRA que aparece em seu histórico escolar pode indicar ao seu empregador em potencial que você fez seus*

‘deveres de casa’ na universidade, indicando por sua vez como você poderá lidar com suas tarefas no trabalho”⁵

6.1.4 Ponto antes de expressões resumitivas

Identifique nos trechos abaixo as expressões resumitivas e verifique se a pontuação está correta. Caso não, reescreva o exemplo, corrigindo-a.

a) *“Os meios de comunicação são muito importantes em nossas vidas hoje em dia, pois é uma forma de podermos estar cientes do que ocorre no mundo, faz com que haja o encurtamento das distâncias, nós, aqui no Brasil, podemos saber o que está acontecendo lá no Japão em tempo real, isso é um privilégio que temos em função do desenvolvimento dos meios de comunicação.”*

RESPOSTA: Os meios de comunicação são muito importantes em nossas vidas hoje em dia, pois é uma forma de podermos estar cientes do que ocorre no mundo, faz com que haja o encurtamento das distâncias, nós, aqui no Brasil, podemos saber o que está acontecendo lá no Japão em tempo real. **Isso** é um privilégio que temos em função do desenvolvimento dos meios de comunicação.

2) *“O primeiro tour internacional do candidato republicano Mitt Romney virou um festival de gafes. Ofendeu os palestinos, irritou o governo britânico, virou piada do início das Olimpíadas e rompeu o código de ética pelo qual candidatos não criticam a política externa americana em território estrangeiro, na última escala, foi seu porta-voz que xingou os jornalistas por perguntarem sobre a desastrosa estreia do estilo Romney no cenário externo, um vexame completo”* (adaptado, CELESTINO, Helena, *O Globo*, seção Mundo, 1/08/12, p. 30).

RESPOSTA: O primeiro tour internacional do candidato republicano Mitt Romney virou um festival de gafes. Ofendeu os palestinos, irritou o governo britânico, virou piada do início das Olimpíadas e rompeu o código de ética pelo qual candidatos não criticam a política externa

⁵ <http://www.uff.br/lecha/Paragrafos.pdf>- acesso em 30/07/12

americana em território estrangeiro. Na última escala, foi seu porta-voz que xingou os jornalistas por perguntarem sobre a desastrosa estreia do estilo Romney no cenário externo, **um vexame completo**.

3) *“Milner disse que queria conhecer os avanços nos mais profundos mistérios da física e do Universo, essa saga intelectual para entender o Universo nos define como seres humanos”* (adaptado, CHANG, Kenneth, *O Globo*, 1/08/12, p. 32).

RESPOSTA: Milner disse que queria conhecer os avanços nos mais profundos mistérios da física e do Universo. Essa **saga intelectual** para entender o Universo nos define como seres humanos.

Comentário:

O objetivo é levar o aluno a perceber que o pronome demonstrativo e algumas expressões podem resumir, adjetivando ou não, tudo o que foi dito anteriormente e que nesse caso se deve utilizar ponto e não vírgula. No exemplo 2, pode-se ainda mencionar que a expressão “festival de gafes” que exprime cataforicamente um atributo de tudo o que vem depois.

6.1.5 Ponto em relação à extensão da frase

Leia os fragmentos abaixo e proponha nova forma de redação, inserindo um ponto, de modo a diminuir o período.

a) *“Controlar os meios de comunicação, não necessariamente está associado à censura, até porque a censura é uma forma de proibir que a melhor informação chegue às pessoas, já que, através dela se tem uma restrição para certos assuntos, o ser humano deve parar de pensar na televisão como uma parte da família, parar de ser controlado por esse meio de comunicação, e ver que esses aparelhos vão lhes ensinar coisas novas e sempre os manterão informados.”*

RESPOSTA: Controlar os meios de comunicação, não necessariamente está associado à censura, até porque a censura é uma forma de proibir que a melhor informação chegue às pessoas, já que, através dela se tem uma restrição para certos assuntos. **O ser humano** deve

parar de pensar na televisão como uma parte da família, parar de ser controlado por esse meio de comunicação, e ver que esses aparelhos vão lhes ensinar coisas novas e sempre os manterão informados.

b) *“Os meios de comunicação são muito importantes em nossas vidas hoje em dia, pois é uma forma de podermos estar cientes do que ocorre no mundo, faz com que haja o encurtamento das distâncias, nós aqui no Brasil podemos saber o que está acontecendo lá no Japão em tempo real, isso é um privilégio que temos em função do desenvolvimento nos meios de comunicação.”*

RESPOSTA: Os meios de comunicação são muito importantes em nossas vidas hoje em dia, pois é uma forma de podermos estar cientes do que ocorre no mundo, faz com que haja o encurtamento das distâncias. **Nós aqui** no Brasil podemos saber o que está acontecendo lá no Japão em tempo real, isso é um privilégio que temos em função do desenvolvimento nos meios de comunicação.

c) *“É importante observarmos que, com o desenvolvimento de novos e mais rápidos meios de comunicação, não devemos fazer a censura, todavia devemos sim fazer o controle através da educação dentro de casa e nas escolas, com os pais e educadores, porque é só eles que sabem o que é melhor para cada um de nós e não o governo que, na verdade, só sabe que existimos quando vão pedir voto ou cobrar impostos.”*

RESPOSTA: É importante observarmos que, com o desenvolvimento de novos e mais rápidos meios de comunicação, não devemos fazer a censura. **Todavia** devemos sim fazer o controle através da educação dentro de casa e nas escolas, com os pais e educadores, porque é só eles que sabem o que é melhor para cada um de nós e não o governo que, na verdade, só sabe que existimos quando vão pedir voto ou cobrar impostos.

Comentário:

Neste exemplo, apesar de facultativo o uso da vírgula ou do ponto por causa da presença do conectivo adversativo, em virtude da extensão da frase, estilisticamente, o ponto seria mais apropriado.

Comentário geral:

Pretende-se sensibilizar o aluno para os aspectos estilísticos envolvidos na escolha do ponto e não da vírgula. Quando a construção é mais longa, recomenda-se o ponto como melhor opção estilística, a vírgula recomendada se a construção for mais curta. Se as frases forem bem curtas, admite-se inclusive a omissão da vírgula. Ex.: “Monique se arrumou mas desistiu de sair”. A mídia impressa procede desse modo. Além disso, ainda há o reforço do uso do ponto em virtude de a relação entre as frases ser assindética.

6.1.6 Ponto antes de orações subordinadas deslocáveis

Leia os trechos abaixo e identifique a oração subordinada deslocada e a separe da frase anterior, utilizando o ponto.

a) *“Na relação mídia-indivíduo, isso não é diferente, assim como os meios têm liberdade de comunicar, o cidadão tem a mesma liberdade para cobrar e adquirir informações de qualidade.”*

RESPOSTA: Na relação mídia-indivíduo, isso não é diferente. **Assim como os meios têm liberdade de comunicar**, o cidadão tem a mesma liberdade para cobrar e adquirir informações de qualidade.

b) *“A informação é algo muito valioso no mundo contemporâneo e muitos reclamam de sua manipulação, assim como a mídia manipula, o ser humano contesta e a liberdade não é ferida. Muitas vezes, os indivíduos também controlam a comunicação, pois em certas horas isso é cômodo para ele.”*

RESPOSTA: A informação é algo muito valioso no mundo contemporâneo e muitos reclamam de sua manipulação. **Assim como a mídia manipula**, o ser humano contesta e a liberdade não é ferida. Muitas vezes, os indivíduos também controlam a comunicação, pois em certas horas isso é cômodo para ele.

c) *“Durante os anos da ditadura militar, a sociedade civil lutou por seu direito à liberdade de expressão, **quando uma nova constituição foi promulgada em 1988**, houve a vitória da cidadania e a sociedade voltou a poder se expressar.”*

RESPOSTA: Durante os anos da ditadura militar, a sociedade civil lutou por seu direito à liberdade de expressão. **Quando uma nova constituição foi promulgada** em 1988, houve a vitória da cidadania e a sociedade voltou a poder se expressar.

Comentário:

Com esse exercício, objetiva-se capacitar o aluno a identificar uma declaração inicial como forma de se iniciar o parágrafo e a separá-la por meio de ponto da oração subordinada deslocada, do restante de sua oração complexa.

6.1.7 Ponto antes da expressão “sendo que”

Leia o fragmento abaixo e corrija a pontuação, justificando-a.

a) *“Nem sempre existe tempo para a assimilação de todas as informações que os diversos veículos, tais como televisão, rádio, jornais e internet apresentam. Sendo que, explicitamente ou não, encontram-se diferentes versões sobre cada fato, respeitando fatores distintos com interesses políticos, econômicos e até culturais.”*

RESPOSTA: Nem sempre existe tempo para a assimilação de todas as informações que os diversos veículos, tais como televisão, rádio, jornais e internet apresentam, **sendo que**, explicitamente ou não se encontram diferentes versões sobre cada fato, respeitando fatores distintos com interesses políticos, econômicos e até culturais.

Justificativa:

Na sequência “sendo que”, a forma “sendo” mantém o seu valor de gerúndio aditivo, o que implica que se trata de uma subordinada reduzida, logo tem de ser precedida por vírgula e não por ponto. Observa-se, entretanto, que, se o aluno optar por redigir a frase omitindo a expressão “sendo que”, admitir-se-á o uso do ponto, uma vez que a estrutura deixará de ser subordinativa, para assumir *status* coordenativo (e aditivo), o que torna aconselhável o uso do ponto.

Observações:

1) O fato de o gerúndio poder assumir valor semântico de aditivo, não significa, ao contrário do que dizem alguns livros didáticos, que a reduzida de gerúndio se torne por isso coordenativa (é o caso de KURY, 1986, p. 66). Reduzida de gerúndio é sempre subordinativa.

2) Embora se possa considerar o ponto antes do “sendo que” como uma pontuação heterodoxa, optamos para fins didáticos por tratar como incorreta a construção do aluno no exemplo acima, considerando que a fundamentação teórica para justificar o ponto é tão complexa que é pedagogicamente indesejada.

Nas últimas décadas, ganhou força a tendência a usar ponto onde ortodoxamente seria vírgula, e o ponto antes de “sendo que” se insere nessa tendência, na medida em que “sendo” nessa locução está aos poucos perdendo a força de gerúndio, por ter se “fossilizado”. Torna-o um caso fronteiro entre subordinativo e coordenativo, justificando o uso do ponto.

6.1.8 Ponto antes da expressão “sendo assim”

Identifique o valor semântico da expressão “sendo assim” e verifique se o melhor sinal utilizado é a vírgula ou o ponto, justificando a resposta.

*“Ao longo da história da humanidade, já foi comprovado que qualquer tipo de controle, de alguma forma, acaba se tornando uma censura, visto que o que está certo para uma pessoa pode estar errado para outra, **sendo assim**, não há como chegar a um acordo sobre o que pode ser mostrado e o que deve ser censurado.”*

RESPOSTA: Ao longo da história da humanidade, já foi comprovado que qualquer tipo de controle, de alguma forma, acaba se tornando uma censura, visto que o que está certo para uma pessoa pode estar errado para outra. **Sendo assim**, não há como chegar a um acordo sobre o que pode ser mostrado e o que deve ser censurado.

Justificativa:

A locução “sendo assim” introduz uma nova oração complexa com valor conclusivo, sinonimizada por “logo”, “portanto” etc.

6.2 Vírgula

6.2.1 Vírgula (ou ponto) antes de expressões reformulativas

1) Utilize ponto **e/ou** vírgula antes (e depois) das expressões reformulativas.

a) *“O trabalho mais pesado o cineasta carioca fez no ano passado: conceber e lapidar um universo dramaturgico sintonizado com as hipóteses pós-modernas de formação familiar num ambiente histórico ou seja a ‘Era do gelo’ é ‘A grande família’ do cinema de animação(...)”*(adaptado, *O Globo*, caderno especial, 29/06/2012, p. 12).

RESPOSTA: “O trabalho mais pesado o cineasta carioca fez no ano passado: conceber e lapidar um universo dramaturgico sintonizado com as hipóteses pós-modernas de formação familiar num ambiente histórico. **Ou seja**, a ‘Era do gelo’ é ‘A grande família’ do cinema de animação (...).”

RESPOSTA: “O trabalho mais pesado o cineasta carioca fez no ano passado: conceber e lapidar um universo dramaturgico sintonizado com as hipóteses pós-modernas de formação familiar num ambiente histórico, **ou seja**, a ‘Era do gelo’ é ‘A grande família’ do cinema de animação (...).”

Comentário:

Embora seja possível tanto o uso do ponto quanto o da vírgula, esse tipo de exercício desenvolve no aluno a capacidade de perceber a possibilidade de realce que o ponto oferece à frase seguinte. Somando-se a isso, configura também oportunidade de se trabalhar com a extensão da frase.

b) *“Tal infraestrutura ainda é carente de leis que protejam seus usuários, que, na maioria das vezes, são afetados sem nem mesmo perceber. Como, por exemplo, no caso da internet, onde os detentores dessa infraestrutura podem saber tudo o que você faz, com quem se relaciona e o que compra na internet, sendo isto uma arma valiosa para grandes empresas e governos totalitaristas.”*

RESPOSTA: Tal infraestrutura ainda é carente de leis que protejam seus usuários, que, na maioria das vezes, são afetados sem nem mesmo perceber, **como, por exemplo**, no caso da internet, onde os detentores dessa infraestrutura podem saber tudo o que você faz, com quem se relaciona e o que compra na internet, sendo isto uma arma valiosa para grandes empresas e governos totalitaristas.

c) *“As seleções de programações assistidas ou até mesmo ouvidas começam dentro de casa, por exemplo escolhendo horários propícios para as crianças verem ou ouvirem um rádio ou uma televisão.”*

RESPOSTA: As seleções de programações assistidas ou até mesmo ouvidas começam dentro de casa. **Por exemplo**, escolhendo horários propícios para as crianças verem ou ouvirem um rádio ou uma televisão.

Se a expressão estiver deslocada, entretanto, o uso da vírgula será admissível:

As seleções de programações assistidas ou até mesmo ouvidas começam dentro de casa, escolhendo horários propícios para as crianças, **por exemplo**, verem ou ouvirem um rádio ou uma televisão.

As seleções de programações assistidas ou até mesmo ouvidas começam dentro de casa, escolhendo horários propícios para as crianças verem ou ouvirem um rádio ou uma televisão, **por exemplo**.

Comentário:

Nesse caso, o raciocínio é o mesmo utilizado para expressões deslocadas em português — marcação por vírgula.

Comentário geral:

Esse tipo de exercício objetiva capacitar o aluno a usar a vírgula, e não o ponto, antes da expressão reformulativa “como, por exemplo” e a usar o ponto, e não a vírgula, antes da expressão “por exemplo”.

2) Corrija os fragmentos abaixo quanto à pontuação.

a) *“Tal infraestrutura ainda é carente de leis que protejam seus usuários, que, na maioria das vezes, são afetados sem nem mesmo perceber. Como, por exemplo, no caso da internet, em que os detentores dessa tecnologia podem saber tudo o que você faz, com quem se relaciona e o que compra na internet, sendo isso uma arma valiosa para grandes empresas.”*

RESPOSTA: Tal infraestrutura ainda é carente de leis que protejam seus usuários, que, na maioria das vezes, são afetados sem nem mesmo perceber, como, por exemplo, no caso da internet, em que os detentores dessa tecnologia podem saber tudo o que você faz, com quem se relaciona e o que compra na internet, sendo isso uma arma valiosa para grandes empresas.

b) *“A internet, que é o maior exemplo de livre expressão, demonstra esse paradoxo quando permite a demonstração de atitudes preconceituosas. Como comunidades racistas, pedófilas e outras que violam os direitos pessoais, por exemplo.”*

RESPOSTA: A internet, que é o maior exemplo de livre expressão, demonstra esse paradoxo quando permite a demonstração de atitudes preconceituosas, como comunidades racistas, pedófilas e outras que violam os direitos pessoais, por exemplo.

c) *“É indiscutível que necessitamos dos meios de comunicação na sociedade atual. E ao nos beneficiarmos dessas tecnologias, como a internet, televisão, seja no trabalho ou no nosso lar, nos questionamos se poderíamos sobreviver sem essa tecnologia. Só que todo esse avanço tecnológico traz também malefícios, exemplo disso são os sites de pedofilia, cenas de sexo explícito.”*

RESPOSTA: É indiscutível que necessitamos dos meios de comunicação na sociedade atual. E ao nos beneficiarmos dessas tecnologias, como a internet, televisão, seja no trabalho ou no nosso lar, nos questionamos se poderíamos sobreviver sem essa tecnologia. Só que todo esse avanço tecnológico traz também malefícios. Exemplo disso são os sites de pedofilia, cenas de sexo explícito.

Comentário:

Este exercício tem como foco trabalhar com o aluno a diferença de pontuação entre “como, por exemplo” e “por exemplo” (expressões afins). No dois primeiros casos, usa-se a vírgula e, no último, o ponto.

6.2.2 Ponto separando a subordinada do restante da oração complexa

Faça a leitura dos fragmentos a seguir e verifique o porquê da pontuação estar incorreta. Proponha nova forma de redação.

a) “Tendo em vista o grande poder de influência desses meios e a ganância de quem está no poder. O controle dos meios de comunicação por uma única instituição, governamental ou não, transformará esses meios em uma máquina de alienação e total ignorância.”

RESPOSTA: Tendo em vista o grande poder de influência desses meios e a ganância de quem está no poder, o controle dos meios de comunicação por uma única instituição, governamental ou não, transformará esses meios em uma máquina de alienação e total ignorância.

b) “(...) Isso porque o sedentarismo cresce no mundo todo, causando danos a um indivíduo, por perder horas em frente a um computador, por exemplo. Perdendo, assim, o controle de sua vida cotidiana com interferência desse meio de comunicação em sua rotina diária, comprometendo sua saúde e relações em uma sociedade prejudicada pelo sedentarismo.”

RESPOSTA: Isso porque o sedentarismo cresce no mundo todo, causando danos a um indivíduo, por perder horas em frente a um computador, por exemplo, perdendo, assim, o controle de sua vida cotidiana com interferência desse meio de comunicação em sua rotina diária, comprometendo sua saúde e relações em uma sociedade prejudicada pelo sedentarismo.

c) “É necessário que haja maior discernimento das pessoas ao escolher uma programação para assistir na TV ou ao utilizar o computador. Para assim evitar qualquer tipo de controle e manter viva a liberdade conquistada há anos.”

RESPOSTA: É necessário que haja maior discernimento das pessoas ao escolher uma programação para assistir na TV ou ao utilizar o computador, para assim evitar qualquer tipo de controle e manter viva a liberdade conquistada há anos.

d) “Entretanto, a liberdade conquistada ao longo de gerações não pode ser afetada. Visto que o respeito à cultura, aos diferentes gostos, às ideias devem ser garantidos.”

RESPOSTA: Entretanto, a liberdade conquistada ao longo de gerações não pode ser afetada, visto que o respeito à cultura, aos diferentes gostos, às ideias devem ser garantidos.

e) “Logo, o melhor a ser definido seria o controle sobre as propagandas, que fogem à ética, vetando os exageros sobre a venda de um produto. De forma que ficasse dividido, entre canais, o perfil de programas para que o telespectador não fosse obrigado a assistir o que não quisesse.”

RESPOSTA: Logo, o melhor a ser definido seria o controle sobre as propagandas, que fogem à ética, vetando os exageros sobre a venda de um produto, de forma que ficasse dividido, entre canais, o perfil de programas para que o telespectador não fosse obrigado a assistir o que não quisesse

Comentário (válido para todos os itens do exercício):

Esse tipo de exercício favorece a compreensão do que significa uma estrutura de subordinação. Objetiva-se levar o aluno a usar vírgula e não ponto entre a oração subordinada (reduzida ou não) e o restante da oração complexa. Aqui não se trata da forma estilisticamente preferível, mas da correta. O contrário seria errado.

6.2.3 Ponto separando oração subordinada adjetiva explicativa do restante da oração complexa

Identifique a oração adjetiva explicativa e verifique se a pontuação está correta. Caso não, corrija-a.

a) “Atualmente, no Brasil, a hegemonia televisiva é da Rede Globo. Que por sua vez tem várias ramificações não só na televisão, como, por exemplo, no jornal *O Globo*.”

RESPOSTA: Atualmente, no Brasil, a hegemonia televisiva é da Rede Globo, que por sua vez tem várias ramificações não só na televisão, como, por exemplo, no jornal *O Globo*.

b) “Deveria haver leis que proibissem programas sensacionalistas de caráter apelativo ou com informações deturpadas. Que chegam aos meios com o intuito de induzir um indivíduo a algum a fazer alguma coisa.”

RESPOSTA: Deveria haver leis que proibissem programas sensacionalistas de caráter apelativo ou com informações deturpadas, que chegam aos meios com o intuito de induzir um indivíduo a fazer alguma coisa.

c) “Um estudo de qualidade vai depender dos governantes agirem da forma correta com os recursos e investirem melhor em projetos para as classes mais carentes. Já uma boa educação vai depender dos pais. Que devem dar amor, carinho e ensinar valores para seus filhos crescerem com dignidade, para se tornarem homens e mulheres de bem.”

RESPOSTA: Um estudo de qualidade vai depender dos governantes agirem da forma correta com os recursos e investirem melhor em projetos para as classes mais carentes. Já uma boa educação vai depender dos pais, que devem dar amor, carinho e ensinar valores para seus filhos crescerem com dignidade, para se tornarem homens e mulheres de bem.

Comentário:

Espera-se que o aluno aprenda a usar corretamente a vírgula — e não o ponto — antes de pronome relativo, em início de oração explicativa.

6.2.4 Uso indevido do ponto antes de oração substantiva

Leia os trechos abaixo e verifique a necessidade da inserção do ponto ou da vírgula.

a) “É inegável para qualquer ser deste planeta que nos dias de hoje a mídia produz muito mais que entretenimento.”

RESPOSTA: É inegável para qualquer ser deste planeta que nos dias de hoje a mídia produz muito mais que entretenimento.

Comentário:

O aluno não poderá inserir vírgula antes do “que”, a não ser dupla vírgula, antes do “para” e do “que”, enfatizando o objeto indireto de interesse. Além disso, a expressão “nos dias de hoje” poderá vir entre vírgulas, o que geraria uma vírgula também após o “que”.

b) “Não resta dúvidas de que em nome da assimetria das informações veiculadas e por total falta de critério para a concessão de direitos de resposta é fundamental a instauração deste controle.”

RESPOSTA: Não resta dúvidas de que, em nome da assimetria das informações veiculadas e por total falta de critério para a concessão de direitos de resposta, é fundamental a instauração deste controle.

Observação:

Embora essas vírgulas não sejam obrigatórias, são muito recomendáveis, uma vez que estão separando adjunto adverbial deslocado. Aqui, como no exercício anterior, o aluno não poderá inserir vírgula antes do “que”.

Comentário (para todos os itens):

O objetivo de exercício desse tipo é capacitar o aluno a perceber a relação entre os termos da frase, de modo a não inserir vírgula antes de oração substantiva, separando-a do restante da oração complexa. É importante trabalhar a questão da pontuação com orações introduzidas por nominalizadores, ou seja, na construção do tipo **“que” + oração = SN**, com exceção do caso em que **“que” + oração = SN de valor apositivo**, mostrando que o nominalizador, em princípio, não é precedido nem seguido de vírgula, a não ser que o “termo vizinho” da “esquerda” ou da “direita” exija ou permita vírgula (mas não é o nominalizador que a requer).

No caso da vírgula antes ou depois do conectivo, é preciso distinguir a “exigida” pelo próprio conectivo da resultante de coincidência e decorrente do emprego de vocativos, apostos, adjuntos adverbiais etc.

6.2.5 Emprego incorreto de ponto antes da expressão “o que” significando “fato que”

Avalie os fragmentos abaixo e decida qual o melhor para se usar antes da expressão “o que”: vírgula ou ponto.

a) “Muito se discute a respeito da influência que os meios de comunicação exercem sobre a sociedade atual e até que ponto essa situação deve ser objeto de controle por parte dos órgãos governamentais o que, entretanto, deve ser avaliado com muita cautela, uma vez que há enorme dificuldade em distinguir-se o que seria censura de uma forma racional de controle.”

RESPOSTA: Muito se discute a respeito da influência que os meios de comunicação exercem sobre a sociedade atual e até que ponto essa situação deve ser objeto de controle por parte dos órgãos governamentais. **O que**, entretanto, deve ser avaliado com muita cautela, uma vez que há enorme dificuldade em distinguir-se o que seria censura de uma forma racional de controle.

b) “Essa problemática já ocasionou a mudança de certas grades de programação e muitos questionam se essas transformações servem de fato para proibir crianças de assistirem ao que não é recomendado, o que não se pode negar é de como a mídia possui influência na cultura e nos hábitos dos brasileiros.”

RESPOSTA: Essa problemática já ocasionou a mudança de certas grades de programação e muitos questionam se essas transformações servem de fato para proibir crianças de assistirem ao que não é recomendado. **O que** não se pode negar é de como a mídia possui influência na cultura e nos hábitos dos brasileiros.

c) “O controle se apresenta de formas sutis, com a falsa liberdade de expressão e com o monitoramento das pessoas, seja no telefone, no banco, nas câmeras de vigilância, seja na internet, o que muitas vezes traz insegurança e inibe a liberdade.”

RESPOSTA: O controle se apresenta de formas sutis, com a falsa liberdade de expressão e com o monitoramento das pessoas, seja no telefone, no banco, nas câmeras de vigilância, seja na internet. **O que** muitas vezes traz insegurança e inibe a liberdade.

Justificativa:

Nos três casos, embora a vírgula seja aceitável, o ponto realça o fragmento seguinte, além de, se for preocupação de quem escreve, não deixar a frase muito longa.

Comentário:

Espera-se sensibilizar o aluno para certo grau de relatividade sob controle presente na pontuação. O uso do ponto antes da expressão “o que” é aceitável, embora não ortodoxo. Mesmo assim, é bastante utilizado na mídia impressa.

6.2.6 Uso de vírgula e de pronome relativo para evitar repetição de termo

Substitua o segundo termo grifado de cada item por um pronome relativo, fazendo as adaptações necessárias.

a) “Durante o período do governo militar, assim como os artistas, a mídia sofreu absurdamente com a **censura**. **Essa censura** privou a população de tomar conhecimento de informações relevantes.”

RESPOSTA: Durante o período do governo militar, assim como os artistas, a mídia sofreu absurdamente com a **censura, que (ou o qual)** privou a população de tomar conhecimento de informações relevantes.

b) “Muitos jovens, hoje, assistem à televisão por mais de quatro horas seguidas, isso acarreta uma série de **problemas**. **Esses problemas** podem ser de ordem psicológica, visual, comportamental etc.”

RESPOSTA: Muitos jovens, hoje, assistem à televisão por mais de quatro horas seguidas, isso acarreta uma série de **problemas, que (ou os quais)** podem ser de ordem psicológica, visual, comportamental etc.”

c) “Sabe-se que vários meios distintos de comunicação estão presentes no cotidiano de um cidadão. E este vivendo em um país democrático tem os mesmos direitos que qualquer um.”

RESPOSTA: Sabe-se que vários meios distintos de comunicação estão presentes no cotidiano de um cidadão, que, por viver em um país democrático, tem os mesmos direitos que qualquer um.

Comentário:

Objetiva-se sensibilizar o aluno para o uso do pronome relativo como mecanismo coesivo destinado a evitar a repetição, ao mesmo tempo em que se solicita o uso da vírgula. No último exemplo, foi necessário fazer certos reajustes na frase, mas a experiência nos tem demonstrado que a inserção no exercício de itens desafiadores como esse se mostra produtiva.

6.2.7 Uso de vírgula e reescritura

Elimine o ponto entre a primeira e a segunda frase, e entre a terceira e a quarta, fazendo as adaptações necessárias (inserção ou omissão de conectivos, mudança de tempo verbal).

a) “Com a terceira Revolução Industrial, a comunicação tornou-se um meio indispensável no cotidiano do homem. Ela serve para interligar cultura, esporte, informação e negócio no mundo todo. Tem como objetivo facilitar a vida das pessoas. No entanto, há grupos que utilizam esses meios para divulgar pedofalias, preconceitos, facções criminosas ou capitalizar o lazer dos cidadãos.”

RESPOSTA: Com a terceira Revolução Industrial, a comunicação tornou-se um meio indispensável no cotidiano do homem, servindo para interligar cultura, esporte, informação e negócio no mundo todo. Tem como objetivo facilitar a vida das pessoas, no entanto há grupos que utilizam esses meios para divulgar pedofalias, preconceitos, facções criminosas ou capitalizar o lazer dos cidadãos.

b) “Essa dependência com o petróleo até se reduziu nos últimos anos. Mas o estado erra quando não consegue atrair a cadeia produtiva do setor para o interior do Rio. E, dessa maneira, a periferia vem se degradando recentemente. Falta uma política de infraestrutura e uma política de turismo mais eficiente- comentou Mauro Osório, um dos maiores especialistas em economia fluminense” (RIBEIRO, Fabiana, *O Globo*, caderno de economia, 5/08/2012).

RESPOSTA: Essa dependência com o petróleo até se reduziu nos últimos anos, mas o estado erra quando não consegue atrair a cadeia produtiva do setor para o interior do Rio. Dessa maneira, a periferia vem se degradando recentemente, pois falta uma política de infraestrutura e uma política de turismo mais eficiente- comentou Mauro Osório, um dos maiores especialistas em economia fluminense.

c) “Quero fazer faculdade, me formar em análise de sistemas. Só que diploma aqui só vale para quem vai trabalhar na prefeitura. Já estou lá, gosto do que faço. Mas quero mais. Quero emprego, mas emprego de qualidade. Espero mais da vida. Tenho ambição.” (RIBEIRO, Fabiana, *O Globo*, caderno de economia, 5/08/2012).

RESPOSTA: Quero fazer faculdade, me formar em análise de sistemas, mas o diploma aqui só vale para quem vai trabalhar na prefeitura. Já estou lá, gosto do que faço, mas quero mais, quero um emprego de qualidade, espero mais da vida, tenho ambição.

Comentário:

O objetivo é trabalhar a pontuação, mostrando a possibilidade de ora se usar a vírgula, ora o ponto.

6.3 A pontuação em relação aos conectivos

6.3.1 O ponto e a vírgula em relação aos conectivos adversativos, explicativos, conclusivos

1) Leia os trechos abaixo e veja se há possibilidade de troca do ponto pela vírgula e vice-versa, antes dos conectivos coordenativos, fazendo as adaptações necessárias.

a) “*A média das pesquisas mostra um índice de aprovação de 48% para Obama. É baixo, mas parece consagrador se comparado aos 13% de aprovação do Congresso. Mas o pior para o presidente é que 70% acham que o país está na direção errada.*” (*O Globo*, 06/01/2012, p.22)

RESPOSTA: Pode haver uma troca entre os dois sinais (onde é vírgula usar ponto e vice versa) ou usar só o ponto ou só a vírgula. Entretanto, haverá diferença quanto ao destaque da informação.

Comentário:

O professor pode propor outras formas de pontuação e analisar com os alunos. Vejamos apenas um caso:

A média das pesquisas mostra um índice de aprovação de 48% para Obama. É baixo. Mas parece consagrador se comparado aos 13% de aprovação do Congresso, mas o pior para o presidente é que 70% acham que o país está na direção errada.

Nesse caso, a pontuação não ficou tão boa quanto à proposta no texto original, pois o uso do ponto dá mais destaque ao índice de aprovação no Congresso do que para a opinião da população, que já está sendo enfatizada pela palavra “pior”.

b) *“Há progresso e algum desejo político no texto. Mas a Europa preferiria ver mais de ‘Nós nos comprometemos, nós decidimos’ e não apenas boa intenção, queríamos algo mais afirmativo. Mas temos algumas coisas mencionadas que são importantes, como os objetivos do desenvolvimento sustentável.” (O Globo, caderno especial, 20/06/2012, p. 11)*

RESPOSTA: O primeiro ponto destaca a informação seguinte, podendo ser utilizada também a vírgula. No lugar do segundo ponto, se também fosse utilizada a vírgula, poderia dar a entender que “as coisas mencionadas” estariam em oposição ao que “a Europa preferia ver”, em vez de “Há progresso e algum desejo político no texto”. Assim, é preferível o uso do ponto.

c) *“Os meios de comunicação são de extrema importância para a obtenção de informações, para a economia de forma geral e também para a propaganda política. Por isso o controle de tão poderosa ferramenta não pode ser feito por uma única organização”*

RESPOSTA: Poderia ter sido utilizada a vírgula também; o ponto, entretanto, dá ênfase à informação.

2) Verifique a possibilidade de se deslocar o conectivo destacado e, se necessário, ajeite a pontuação.

a) *“Não há como negar que os meios de comunicação exercem um forte controle sobre o homem. A televisão e o computador assumem tal papel de forma mais intensa, devido à*

quantidade de imagens e informações passadas por segundo. Porém nenhuma medida deve ser tomada contra isso, visto que a liberdade de expressão é um dos marcos da democracia.”

RESPOSTA: “*Não há como negar que os meios de comunicação exercem um forte controle sobre o homem. A televisão e o computador assumem tal papel de forma mais intensa, devido à quantidade de imagens e informações passadas por segundo. Nenhuma medida, porém, deve ser tomada contra isso, visto que a liberdade de expressão é um dos marcos da democracia.”*

Observação:

O conectivo adversativo deve vir entre vírgulas em virtude de seu deslocamento.

b) “*A criação de empregos do setor privado no mês de dezembro veio mais forte do que o esperado, com novas 325 mil vagas. Ainda assim os economistas olham esse número com desconfiança, porque, segundo dizem, ele é muito sensível à sazonalidade.*” (O Globo, 06/01/2012, p. 22)

RESPOSTA: Nesse exemplo, não dá para deslocar o conectivo, mas a pontuação pode ser diferente. Vejamos:

(1) “*A criação de empregos do setor privado no mês de dezembro veio mais forte do que o esperado, com novas 325 mil vagas. Ainda assim os economistas olham esse número com desconfiança, porque ele é muito sensível à sazonalidade, segundo dizem*” (O Globo, 06/01/2012, p. 22).

Observação:

Fizemos uma adaptação, ao deslocamos “segundo dizem” para o fim da frase.

(2) “*A criação de empregos do setor privado no mês de dezembro veio mais forte do que o esperado, com novas 325 mil vagas. Ainda assim os economistas olham esse número com desconfiança. Porque, segundo dizem, ele é muito sensível à sazonalidade.*”

c) A cozinheira preparou todo o jantar, mas esqueceu de fazer a sobremesa. (exemplo nosso)

RESPOSTA: Nessa frase, o “mas” não se pode deslocar.

Comentário: O professor deve mencionar o fato de os conectivos coordenativos poderem ser precedidos por ponto, desde que não estejam em função intraoracional, e que sejam deslocados. É uma característica exclusiva das adversativas (com exceção do “mas” e do “só que”) e das conclusivas (com exceção do “logo”).

O objetivo dos exercícios é levar o aluno a perceber:

- * a possibilidade de uso tanto do ponto quanto da vírgula em orações iniciadas por conectivos coordenativas;
- * a relação entre conectivos e sinais de pontuação, principalmente, quando os conectivos estiverem deslocados.

6.3.2 O ponto antes de conectivo aditivo

Explique a opção pelo ponto antes do conectivo aditivo.

a) *“Um livro gigante para contos universais. **E** é dele que devem saltar personagens rotulados como infantis, mas que no musical “Era uma vez...Grimm”, que estreou ontem, no Sesc Ginástico, são interpretados para adultos.”* (caderno *Rio Show*, 29/06/2012, p. 36)

b) *“Este quarto filme, de longe, é o mais dinâmico em ritmo e montagem. **E**, nele, a contribuição de Martino e Thurmeier foi amplificar a voltagem da série, a partir do ingresso de uma nova trupe de piratas liderados pelo primata Entranha.”* (caderno *Rio Show*, 29/06/2012, p. 12)

RESPOSTA: Tanto em (a) quanto em (b), o ponto enfatiza a informação iniciada pelo conectivo. Além disso, como em (a), a primeira frase funciona como frase nominal seguida de explicação, e em (b), a primeira frase representa o tópico frasal, é aconselhável o uso do ponto.

c) *“A nudez se torna política. **E** é válida porque chama a atenção para a causa.”* (*O Globo*, caderno especial, 20/06/2012, p. 12)

d) “Dois narradores introduzem os atos, de forma biográfica. E, através das canções, interpretadas ao vivo por cinco músicos, se desenrolam as tramas.” (caderno Rio Show, 29/06/2012, p. 36)

RESPOSTA: A gramática indica vírgula facultativa “quando os sujeitos são diferentes”. Nos dois casos (c) e (d), optou-se pelo uso do ponto, a fim de realçar a oração seguinte.

Comentário:

Como a gramática não explora a possibilidade do uso do ponto antes de conectivo aditivo, pretende-se que o aluno identifique situações em que isso é possível.

6.3.3 Ponto no lugar de conectivos explicativo e conclusivo

1) Substitua o ponto pelo conectivo adequado, prestando atenção à necessidade ou não da vírgula.

a) Não beba dessa água. Você pode passar mal.

RESPOSTA: Não beba dessa água, porque você pode passar mal.

b) “O telegrama chama-lhe mania, eu digo convicção.” (ASSIS, *apud*, AZEREDO, 2008, p. 299)

RESPOSTA: O telegrama chama-lhe mania, porém eu digo convicção.

c) Anda, minha filha. O caminho é longo.

RESPOSTA: Anda, minha filha, porque o caminho é longo.

d) “Seu amigo está doente e sem recursos. Deve auxiliá-lo e confortá-lo.” (adaptação de ALI, 1969, p. 134)

RESPOSTA: Seu amigo está doente e sem recursos, portanto deve auxiliá-lo e confortá-lo.

e) “Já passa da meia-noite. Nicolle ainda não chegou.”

RESPOSTA: Já passa da meia-noite e Nicolle ainda não chegou.

Comentário:

Pretende-se que o aluno perceba a possibilidade da inserção do ponto quando não há conectivo ou da presença destes em certas construções frasais feitas com as necessárias adaptações. Esse tipo de exercício, além de capacitar o aluno quanto ao aspecto semântico dos conectivos, configura excelente recurso em produção de texto como artifício para evitar repetição de conectivo ou frases curtas, dependendo do caso.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito desta tese foi examinar em que contextos sintáticos, com implicações estilístico-discursivas, prosódicas e semânticas, há a troca incorreta da vírgula pelo ponto e vice-versa no gênero textual redação escolar. Para alcançar tal objetivo, desenvolvemos um estudo que leva em conta um breve histórico da pontuação, sua relação com o ensino, bem como sobre a interface do sistema pontuatório com a sintaxe, a semântica, o discurso e a prosódia. Esse embasamento subsidiou a análise das redações, fornecendo fundamento não só para a formulação de regras no âmbito do discurso com abrangência estilística, como também para a identificação de infrações a regras prescritas pela gramática normativa.

Em relação às gramáticas, podemos afirmar, pela pesquisa que empreendemos, que a seção pertinente à pontuação apresenta poucas variações e, de maneira geral, expõe situações de uso interoracional ou intraoracional, fornecendo instrumento de apoio reflexivo para questões que surjam em função do discurso, no nível interfrástico, mas sem resolvê-las satisfatoriamente. Visto sob tal prisma, importante se faz o estudo do sistema pontuatório em sala de aula conjugado à sintaxe, a fim de fornecer ao discente condições para se posicionar diante de variadas situações discursivas. Para tanto, reafirma-se a validade da metalinguagem, não como um fim em si mesma, mas como condição de entendimento dos manuais gramaticais. O estudo facilita a compreensão da função dos sinais de pontuação na composição do texto, favorecendo a percepção da criatividade que se estabelece nas entrelinhas, quando da utilização do sistema pontuatório de forma heterodoxa, revelando ao estudante da língua os estratagemas da escrita.

O maior sucesso científico-didático de um trabalho em Linguística Aplicada ao ensino de línguas foi formular “regras rígidas” para o que até então parecia nebuloso e flutuante. Estudar pontuação, portanto, significa primeiramente apreender essas regras, para depois voltar o olhar para as possibilidades de uso, à flutuação que se submete ao interesse do redator, pendendo para um viés ora mais gramatical, ora mais prosódico, subordinado ao gênero textual em questão. As possibilidades instauradas por intermédio dos sinais de pontuação exigem domínio de regras facultativas, que materializam graficamente os intuitos enunciativos. Assim, leitura e produção de texto constituem ambiente fecundo para estudo e análise da pontuação, na medida em que mobilizam conhecimento de mundo e linguístico, num intercruzamento com outros discursos, ampliando a competência comunicativa do aluno.

Entre os sinais de pontuação, o ponto e a vírgula destacam-se, porque são básicos na organização sintática de praticamente todos os textos. Além de balizarem sequências à direita

e à esquerda, concluem frases e isolam, separam ou indicam supressão de elementos respectivamente. A frequência desses sinais e a dificuldade na sua utilização observada no trabalho de correção de vestibular de uma entidade privada nos instaram a pesquisar em que contextos há a troca de um pelo outro. Optamos, todavia, pelo *corpus* de entidade pública, em virtude de, num primeiro momento, não termos noção da quantidade de redações necessárias para tal propósito.

Como ponto de partida, separaram-se os casos da troca da vírgula pelo ponto em um capítulo e do ponto pela vírgula em outro, de modo a organizar ocorrências e delas extrair subsídios que guiarão o estudo. O *corpus* analisado forneceu material para o construto desta tese, além de evidenciar que a utilização do ponto no lugar da vírgula acarreta erro e da vírgula em vez do ponto, inadequação.

Esse resultado indica a necessidade de desenvolver uma prática em sala de aula que se divide em duas vertentes não estanques: o da sensibilização do aluno para as malformações decorrentes da troca do ponto pela vírgula, sendo necessário operar com “regras estilísticas”, que forneçam orientação de uso; e o do trabalho com a sintaxe do período, com exercícios que abordem aspectos específicos, em frases soltas, para firmar conceitos e conteúdo, e exercícios envolvendo textos.

Conforme dados fornecidos pela análise do *corpus*, nos casos em que houve a troca do ponto pela vírgula, aconselha-se o uso do ponto quando: a) a relação for assindética, com frase não muito curta e não se tratar de enumeração; b) um referente é retomado por pronome ou hiperônimo; c) houver elipse e o conectivo estiver deslocado; d) ocorrer a retomada de um referente textual precedido por um demonstrativo; e) a frase funcionar como tópico de parágrafo; f) a construção frasal for longa; g) houver conjunções e equivalentes introdutoras de subordinadas deslocáveis para antes da “principal” com características de conectivo; h) houver expressões resumitivas e afins.

Nos casos do ponto utilizado no lugar da vírgula, detectou-se o comprometimento da qualidade do texto, na medida em que: a) houve o rompimento da estrutura frasal, isto é, dividiu-se a oração complexa em duas (separou-se a subordinada de caráter adverbial desenvolvida e reduzida, de gerúndio e de infinitivo, além da de caráter substantiva, da “principal” da qual fazem parte); b) a construção relativa explicativa foi separada do sintagma a que se refere; c) usou-se o ponto antes de certos conectores reformulativos com os quais ele não deve ser usado. Além dessas conclusões, chegamos também à de que é aceitável o uso do ponto antes da expressão “o que” dentro de certos contextos, apesar de tratar-se de construção não ortodoxa.

A troca entre sinais permitiu observar que, em alguns casos, o emprego da pontuação não ocorre por ordem sintática, sendo a divisão do texto instaurada pragmática e cognitivamente pela maneira como o escritor segmenta e avalia as relações entre os eventos presentes, as quais podem vincular-se a um esquema mental, motivado por escuta interior, o que no caso do aprendiz talvez o leve a erros. Assim, por exemplo, ocorreu o rompimento das orações de estrutura complexa.

Traçado esse panorama, confirmou-se a necessidade da propositura de exercícios de pontuação que contemplem os aspectos inter e intraoracional, além do interfrástico, a fim de evidenciar contextos de uso do ponto e da vírgula, propiciando momentos de reflexão em relação aos sinais e à própria estrutura da língua, uma vez que a decisão por um ou por outro sinal demanda conhecimento sintático.

Trabalhando-se dessa forma, o aluno, por exemplo, terá a resposta a uma das suas perguntas mais frequentes: “Para que eu preciso saber classificar orações?” O estudo dos sinais de pontuação em relação às orações, termina com sua utilização empírica, em que a leitura mental, à revelia, favorece a inserção dos sinais com base na respiração, nos moldes do que se fazia nos primórdios de sua criação. Com efeito, muitas redações apresentaram textos superpontuados, com trechos não segmentáveis — sujeito e predicado — separados por vírgula, orações complexas e construções relativas divididas por ponto, unidades paragrafícas coincidindo com frases curtíssimas ou muito longas. Conforme perspectiva normativa, esses erros traduzem o distanciamento entre o processo cognitivo da atividade redacional e o conhecimento da sintaxe.

Parafraseando Drummond (1974), pode a língua e a gramática parecerem ser duas, e esta, mistério para aquele aluno que não percebe o conteúdo gramatical como parte da língua, mas como teoria isolada, sem muita aplicabilidade. O ensino da língua portuguesa na escola nem sempre o leva a manejá-la com desenvoltura, sendo necessários mais alguns anos no ensino superior e, às vezes, mais outros tantos após o término da graduação, mesmo assim, sem certeza de sua concretização.

Acreditamos que esse assunto — a pontuação — se trazido para o texto do aluno, favorece o aprendizado do arcabouço linguístico que, em conjunto com o estudo de outros aspectos estruturais, configura um caminho a dar conta da lógica interna da língua. O discente, de “posse” desse conhecimento, do fim a que serve o sistema pontuatório, poderá preocupar-se com o conteúdo e com a organização das informações no texto, delineando estilo próprio, que satisfaça suas intenções comunicativas. Ao se despreocupar relativamente à

organização gramatical da frase, seu olhar se dirigirá para o discurso, ficando a estrutura linguística na interação com a produção do texto.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Antonio Soares de. *Curso de redação*. 11. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- ADAM, Olivier. *À l'abri de rien*. [S. l.]: Éditions de l'Olivier, 2007.
- ALI, Manuel Said. *Gramática secundária da língua portuguesa*. 8. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1969.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Obra completa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Aguillar, 1967.
- _____. *Reunião: 10 livros de poesia*. 4. ed. Rio de Janeiro : Editora José Olympio, 1974.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *O Alienista*. 32. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- _____. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Scipione, 1994.
- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- _____. *Iniciação à sintaxe do português*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BAKHTIN, Mikhail M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2000.
- _____. *Lições de português pela análise sintática*. 16. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- BUARQUE, Chico. *Leite derramado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- CAFEZEIRO, Edwaldo Machado. Pontuação: do caos ao cosmos. *Revista ABRALIN*, Boletim 14, 1993.
- CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. *Contribuição à estilística portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1978.
- CARONE, Flávia de Barros. *Morfossintaxe*. 8.ed. São Paulo: Ática, 1999.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CATACH, Nina. La ponctuation. In: *LANGUE Française*. n. 45, 1980. p. 16-27.
- CHAFE, Wallace. *What good is punctuation*. Occasional paper n.2, 1987. Disponível em: <<http://www.eric.ed.gov/PDFS/ED292120.pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2011.
- _____. *Punctuation and the prosody of written language*, 1988 Disponível em: <<http://www.eric.ed.gov/PDFS/ED297319.pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2011.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

COLASANTI, Marina. *Longe como o meu querer*. São Paulo: Ática, 1997.

_____. *Uma ideia toda azul*. 14. ed. Rio de Janeiro: Nórdica, 1979.

CONFORTE, André. *A esfinge clara em prosa moderna: a contribuição de Othon Moacyr Garcia aos estudos lingüísticos, textuais e literários*. 2011. 255f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CONSTANCIO D. M., Francisco Solano. *Grammatica analytica da lingua portugueza*. Paris: Officina Typographica de Casimir, 1831.

COSTA, Maria Rosa. *A pontuação*. Porto: Porto Editora, 1994.

CUNHA, Celso F. da; CINTRA, Luis F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DAHLET, Véronique. *Pontuação, língua, discurso*. In: SEMINÁRIO DO GEL, 24., 1995, São Paulo. *Anais: estudos linguísticos*.

_____. *As (man)obras da pontuação: usos e significações*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. 22. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

GARCIA, Othon, M. *Comunicação em prosa moderna*. 16. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

JUNKES, Terezinha Kuhn. *Pontuação: uma abordagem para a prática*. Florianópolis: UFSC, 2002.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Sintaxe: estudos descritivos da frase para o texto*. Rio de Janeiro: Elsevier editora, 2008.

KATO, Mary A. *No mundo da escrita: uma perspectiva sociolinguística*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2002.

KOCH, Ingedore G. Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender os sentidos do texto*. 3. ed. São Paulo: Contexto 2011.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1986.

LIMA, Mario Pereira de Souza. *Gramática expositiva da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 31. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

MACIEL, Maximino. *Grammatica descriptiva*. 3. milheiro da 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia, 1916.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2004.

MARVILA, Aurení da Silva Magalhães. *Causalidade e explicação em português: contribuição ao ensino produtivo da língua*. Rio de Janeiro: UERJ, 2009. Tese de Doutorado.

NASCIMENTO, Varnei. *Memórias póstumas de Brás Cubas em cordel*. São Paulo: Nova Alexandria, 2008.

NEVES, Maria Helena de Moura. O que nos diz sobre a sintaxe a pontuação de manuscritos medievais portugueses. *Boletim ABRALIN*, n. 14, 1993.

_____. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2011.

OITICICA, José. *Teoria da correlação*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1952.

OLIVEIRA, Helênio Fonseca de. Como e quando interferir no comportamento linguístico do aluno. In: JÚDICE, Norimar, GAVAZZI, Sigrid, TROUCHE, Lygia et al (Org.). *Português em debate*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1999. p. 65-82.

_____. *Descrição do português à luz da linguística do texto*. Rio de Janeiro: UFRJ/CEP, 2001.

_____. *Como tornar as teorias sobre a linguagem aplicáveis ao ensino de português?* Comunicação apresentada no Congresso Nacional de Linguística e Filologia. UERJ, 2005.

_____. Gêneros textuais e conceitos afins: teoria. In: VALENTE, André (Org). *Língua portuguesa e identidade: marcas culturais*. Rio de Janeiro: Caetés, 2007.

_____. *Por que infringimos regras que conhecemos ou como aumentar a 'consciência linguística' do aluno*. Trabalho apresentado no Grupo temático (GT) "Ensino de Português como Língua Materna", coordenado pelo autor no X Fórum de Estudos da Linguagem, UERJ, 2009. Disponível em: <www.dialogarts.uerj.br>. Acesso em: jan. 2012.

_____. Curso ministrado no Doutorado em Língua Portuguesa, UERJ, 1º semestre de 2010.

_____. Curso ministrado no Doutorado em Língua Portuguesa, UERJ, 1º semestre de 2011.

_____. *Por que a mesma construção é erro na produção textual do aluno e recurso estilístico num texto maduro?* [Inédito].

ORLANDI, Eni P. *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. São Paulo, 2001.

PÁDUA, José Augusto. *Produção, consumo e sustentabilidade: o Brasil e o contexto planetário*. Cadernos de debate, 6. Brasil Sustentável e Democrático, 1999.

PERINI, Mario. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 2007.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática Expositiva: curso superior*. 58. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. [a primeira edição é de 1907.]

RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. 72. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

RIBEIRO, Julio. *Grammatica portugueza*. 2. ed. São Paulo: Teixeira & Irmão, Editores, 1885.

ROCHA, Iúta Lerche Vieira. *O sistema de pontuação na escrita ocidental: uma retrospectiva*. *Delta*, São Paulo, v.13, n. 1, p. 83-117, 1997.

_____. Flutuação no modo de pontuar e estilos de pontuação. *Delta*, São Paulo, v. 14, n. 1, p.1-12, 1998.

_____. Pontuação e formato gráfico do texto: Aquisições paralelas. *Delta*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 1-34, 1996.

ROSA, Maria Carlota Amaral Paixão. *Pontuação e sintaxe em impressos portugueses renascentistas*. 1994. 281f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. *Renascimento: A pontuação de impressos*. ABRALIN, Boletim 14, 1993.

SACCONI, Luiz Antonio. *Nossa gramática*. Teoria. 9. ed. São Paulo: Atual, 1989.

SANTOS, Leonor Werneck dos. *Articulação textual na literatura infantil e juvenil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

SARAMAGO, José. *O conto da ilha desconhecida*. 27ª reimpressão. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

SCHNEDECKER, Catherine. Quand il faut faire des concessions: quelques suggestions pour une didactique de la concession. *Pratique*, Metz, n.75, p.76-100, set. 1992.

SHIN, Kyung-Sook. *Por favor, cuide da mamãe*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.

SILVEIRA, Olmar Guterres. *A "grammatica" de Fernão D'Oliveyra*. Apreciação, texto reproduzido da 1ª Edição (1536). Rio de Janeiro: [s.n.], 1954.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

VIANA, Antonio Carlos (Coord.) *Roteiro de redação: lendo e argumentando*. São Paulo: Scipione, 1998.